

CARTA DE ACORDO ENTRE

O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA) E A FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA (FADESP) PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO BRA/20/016 - METODOLOGIAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL PARA REDUÇÃO DOS HOMICÍDIOS E OUTROS CRIMES VIOLENTOS

Prezado(a) Senhor(a),

1. Referimo-nos às consultas entre oficiais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (doravante denominado PNUD) no Brasil e representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (doravante denominada Senasp/MJSP) a respeito da realização por parte da Universidade Federal do Pará (doravante denominada UFPA) com a interveniência da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (doravante denominada FADESP) de atividades de execução do Projeto BRA/20/016 “Metodologias Integradas de Segurança Pública e Defesa Social para Redução de Homicídios e Outros Crimes Violentos, como especificado no Anexo 1: Descrição do Projeto, no qual o PNUD atua como parte responsável.
2. De acordo com o Documento do Projeto assinado entre o governo, aqui representado pela SENASP e o PNUD e com os presentes termos e condições, confirmamos nosso aceite às atividades a serem realizadas pela UFPA e pela FADESP, no âmbito do projeto conforme Anexo 2: Termo de Referência para Elaboração dos Produtos (doravante denominado genericamente como “Produtos”). A UFPA, a FADESP, a SENASP e o PNUD atuarão de forma próxima, com consultas mútuas, em todos os aspectos da elaboração dos Produtos.
3. A UFPA será totalmente responsável pela elaboração de todos os Produtos, com devida diligência (*“due diligence”*) e eficiência, conforme suas regras e regulamentos, na medida em que as mesmas sejam consistentes com as Regras e Regulamentos Financeiros do PNUD. A FADESP será responsável pelas atividades administrativas e financeiras conforme suas regras e regulamentos. Em todos os outros casos, as Regras e Regulamentos Financeiros do PNUD devem ser observados.
4. Na condução dos Produtos previstos nesta Carta, os funcionários e os subcontratados da UFPA e da FADESP não serão considerados em nenhum aspecto empregados ou agentes do PNUD. O PNUD não assumirá nenhuma responsabilidade por reclamações advindas de atos ou omissões da UFPA e da FADESP ou de seus funcionários, ou de seus subcontratados e seus funcionários, na execução dos Produtos, ou por ações relativas à morte, lesão corporal, invalidez, dano à propriedade ou outros prejuízos que possam ser sofridos pela UFPA e pela FADESP e seus funcionários, resultantes de trabalhos relacionados aos Produtos.
5. Todo subcontratado, incluindo organizações não-governamentais (ONGs) que tenham contratos assinados com a UFPA e a FADESP, deverá trabalhar sob supervisão de um responsável designado pela UFPA e pela FADESP. Esses subcontratados permanecerão responsáveis perante à UFPA e à FADESP no que tange à maneira em que as funções designadas são executadas.
6. Mediante a assinatura desta Carta, o PNUD efetuará pagamentos à FADESP, de acordo com o cronograma e com as condições de pagamentos especificados no Anexo 3: Cronograma de Apresentação de Produtos e Pagamentos.
7. A UFPA e a FADESP não deverão realizar nenhum comprometimento financeiro ou incorrer em despesas que excedam o orçamento dos Produtos, conforme estabelecido no Anexo 3. A UFPA e a FADESP deverão consultar regularmente o PNUD e a SENASP a respeito do status e do uso dos recursos e deverão prontamente informar a ambos, a qualquer tempo, caso tomem ciência de que o orçamento para a execução dos Produtos seja insuficiente para implementar completamente o projeto da forma como foi acordado no Anexo 2. O PNUD não terá obrigação de prover qualquer recurso ou fazer qualquer reembolso à UFPA e à FADESP por despesas realizadas pela UFPA e pela FADESP e que ultrapassem o orçamento total estabelecido no Anexo 3.
8. Quando da apresentação de cada Produto, a FADESP deverá encaminhar também um relatório de execução orçamentária por Produto à SENASP. O formato do relatório seguirá o padrão disponível no Anexo 4. A SENASP realizará a análise e aprovação do Produto e respectivo relatório de execução orçamentária. O PNUD considerará o relatório de execução orçamentária como um detalhamento do relatório financeiro do Projeto BRA/20/016. Reserva-se ao PNUD o direito de dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste relatório de execução orçamentária e/ou do Produto.
9. O não atendimento às especificações do item 8 acima poderá configurar na suspensão de pagamentos futuros à FADESP, até a regularização da pendência.

10. A UFPA e a FADESP deverão submeter relatórios de progresso das atividades conforme seja considerado necessário pelo Gestor do Projeto no exercício de suas atribuições.
11. A FADESP deverá fornecer um relatório final em até seis (6) meses após completar todos os Produtos (modelo básico disponível no Anexo 5), incluindo lista de equipamentos duráveis adquiridos pela UFPA e pela FADESP e todas as demonstrações e registros financeiros relevantes auditados ou certificados relacionadas a tais Produtos, conforme apropriado e de acordo com suas próprias Regras e Regulamentos Financeiros.
12. Na eventualidade de que equipamentos e suprimentos venham a ser fornecidos pelo PNUD ou adquiridos por meio de fundos administrados pelo PNUD serão alocados conforme acordado, por escrito, entre o PNUD e a FADESP.
13. Quaisquer alterações no Documento de Projeto que possam vir a afetar o desenvolvimento do trabalho realizado pela UFPA e pela FADESP, conforme Anexo 2, deverão ser recomendadas somente após consulta entre as partes e após anuênciça por escrito da SENASP.
14. Para quaisquer questões não especificamente mencionadas nesta Carta as partes assegurarão que elas sejam resolvidas conforme as provisões adequadas do Documento do Projeto, ou de quaisquer de suas revisões, observados as respectivas Regras e Regulamentos Financeiros da FADESP e do PNUD.
15. O disposto nesta Carta ficará em vigor até o final do projeto, ou até a conclusão dos Produtos constantes do Anexo 2, ou até que seja finalizado por escrito (com trinta (30) dias de aviso prévio) por qualquer uma das partes. O cronograma de pagamentos especificado no Anexo 3 permanece em vigor com base na execução continuada pela UFPA e pela FADESP, a menos que receba indicação contrária por escrito do PNUD.
16. Qualquer saldo de recursos sem alocação ou comprometimento após a conclusão dos Produtos deverá ser devolvido, em até noventa (90) dias, ao PNUD na conta corrente do projeto BRA/20/016.
17. Qualquer aditamento à presente Carta deverá ser efetuado por mútuo acordo entre as partes envolvidas e por escrito.
18. Correspondência adicional referente a esta Carta, para além de cartas de acordo assinadas e aditivos relativos, deverá ser direcionada para a Representante Residente do PNUD:

Claudio Providas
Representante Residente do PNUD
Endereço: Casa das Nações Unidas no Brasil
Complexo Sérgio Vieira de Mello, Módulo I – Prédio Zilda Arns
Setor de Embaixadas Norte,
Quadra 802, Conjunto C, Lote 17,
CEP: 70800-400 – Brasília/DF

E para a Agência Executora do Projeto PNUD BRA/20/016:

Isabel Seixas de Figueiredo
Diretora Nacional do Projeto BRA/20/016,
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Endereço: Bloco T, Anexo II, 5º andar, Sala 520.
CEP: 70064-900 - Brasília – DF

19. A UFPA e a FADESP deverão manter o Diretor de País, a Gerência do Projeto PNUD BRA/20/016 e a SENASP devidamente informados sobre as ações realizadas para cumprir com o estipulado nesta Carta.
20. O PNUD poderá suspender esta Carta de Acordo, em sua totalidade ou em parte, por meio de notificação por escrito, caso surjam circunstâncias que possam prejudicar a conclusão bem-sucedida das atividades.
21. Qualquer controvérsia entre o PNUD, a UFPA e a FADESP decorrente ou relacionada a esta Carta e que não seja resolvida por meio de negociação ou outra forma acordada de resolução deve, a pedido de qualquer das partes, ser submetida a um Tribunal

de três (3) árbitros. Cada parte deverá nomear um árbitro, e os dois árbitros nomeados deverão nomear um terceiro árbitro, que será o Presidente do Tribunal. Se no prazo de quinze (15) dias após a nomeação dos dois árbitros o terceiro não tiver sido nomeado, qualquer das partes poderá solicitar ao Presidente da Corte Internacional de Justiça que nomeie o referido árbitro. O Tribunal deverá determinar seus próprios procedimentos, desde que dois dos árbitros constituam quórum para todos os efeitos e que todas as decisões requeiram a aprovação de dois dos árbitros. As despesas do Tribunal deverão ser custeadas pelas partes, conforme definido pelo Tribunal. A sentença arbitral deverá conter uma declaração das razões nas quais a mesma é baseada e deverá ser final e vinculante às partes.

22. Nada neste acordo ou a ele relacionado deverá ser considerado como desistência, expressa ou tácita, dos privilégios e imunidades das Nações Unidas, incluindo seus órgãos subsidiários.
23. Se Vossa Senhoria estiver de acordo com o disposto acima, solicita-se gentilmente assinar e devolver a este escritório duas vias desta Carta. A aceitação de Vossa Senhoria constituirá a base para a participação da UFPA e da FADESP na execução do projeto.
24. Esta Carta será assinada em português.

Atenciosamente,

Assinado em nome da UFPA

DocuSigned by:



Gilmar Pereira da Silva

985BFDA7244448F...

Gilmar Pereira da Silva

Reitor

Data: 28-mar-2025.

Assinado em nome da FADESP

Assinado por:



Roberto Ferraz Barreto

F0EEA7E02DA9407...

Roberto Ferraz Barreto

Diretor

Data: 20-mar-2025

Assinado em nome do PNUD

Signed by:



4A1C04A46ED441C...
Elisa Calcaterra Representante
Residente Adjunto do PNUD

01-Apr-2025
Data: _____.

DS
AFS

Initial
LN

DS
IA

DS
MB

ANEXO 1

DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO DE PROJETO

A necessidade de identificação de uma agência implementadora para as atividades previstas nesta Carta-Acordo se deu no desenho da Matriz de Resultados e Plano de Trabalho do Projeto BRA/20/016 – “Metodologias Integradas de Segurança Pública e Defesa Social para Redução dos Homicídios e outros Crimes Violentos”, devidamente aprovados pela ABC, PNUD e SENASP.

Esta Carta-Acordo se insere na estrutura lógica do Projeto BRA 20/016, conforme descrito a seguir:

- Produto 2 - Gestão do conhecimento relacionado às metodologias integradas de segurança pública e defesa social para a redução de homicídios e outros crimes violentos realizada, com o intuito de incorporá-las ao escopo de planejamento das políticas de segurança pública do Governo Federal.

O orçamento destinado à Carta-Acordo: BRL R\$ 699.950,38 (seiscentos e noventa e nove mil e seiscentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos).

Outras informações sobre o Documento de Projeto podem ser solicitadas diretamente ao organismo e estarão disponíveis no Portal do PNUD: www.pnud.org.br

O referido Documento de Projeto discrimina os papéis e as responsabilidades do PNUD e da Senasp/MJSP. Com base nos dispositivos dos Arranjos de Gerenciamento do projeto, previstos na Seção VIII, caberá à Senasp/MJSP a supervisão técnica dos Produtos desta Carta de Acordo, os quais, uma vez apresentados, serão analisados e aceitos pela direção/coordenação do Projeto BRA/20/016, Senasp/MJSP, previamente aos trâmites de pagamento a serem conduzidos pelo PNUD nos termos desta Carta de Acordo.

Outras informações sobre o Documento de Projeto podem ser solicitadas diretamente ao organismo e estarão disponíveis no Portal Internacional de Transparência do PNUD: <http://open.undp.org/>

ANEXO 2

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS

1. Antecedentes

A Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública tem, dentre suas atribuições, a função de promover a articulação intersetorial de políticas públicas de prevenção e repressão qualificada às violências e ao crime. Por sua vez, a Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública – DSUSP tem dentre as suas competências coordenar e integrar as atividades dos órgãos que compõem o Sistema e articular, propor, formular e executar políticas de segurança pública e defesa social.

Considerando a gravidade do cenário das mortes violentas intencionais no país, em 2021 teve início a presente parceria entre a Senasp e o PNUD, por meio do Prodoc BRA/20/016 “– Metodologias Integradas de Segurança Pública e Defesa Social para Redução dos Homicídios e outros Crimes Violentos” que visa a redução da criminalidade violenta no país e é estruturado na busca dos seguintes resultados intermediários:

1. Estratégia de disseminação, implantação e avaliação de metodologias integradas de segurança pública e defesa social para a redução de homicídios e outros crimes violentos em municípios prioritários elaboradas e testadas, em caráter piloto;
2. Gestão do conhecimento relacionado às metodologias integradas de segurança pública e defesa social para a redução de homicídios e outros crimes violentos realizada, com o intuito de incorporá-las ao escopo de planejamento das políticas de segurança pública do Governo Federal;
3. Intercâmbio nacional e internacional em temas relacionados às metodologias de segurança pública e defesa social para a redução de homicídios e outros crimes violentos realizado, para desenvolvimento de abordagens inovadoras, aderentes ao contexto nacional; e
4. Gestão eficiente e gestão do conhecimento do projeto realizadas.

Dentre as diversas medidas a serem adotadas para redução dos homicídios e demais crimes violentos letais, encontram-se iniciativas na área da prevenção e na de repressão qualificada. Nesta última, é fundamental o estímulo à qualificação da investigação criminal de homicídios, com o consequente aumento da taxa de elucidação destes crimes. Isso é fundamental para que o ciclo da Justiça se feche, possibilitando um julgamento justo e baseado em evidências técnicas que possa chegar à condenação do(s) autor(es), quando pertinente.

Neste sentido, um dos problemas encontrados no Brasil é a fragilidade da produção da prova técnica. Pelas diversas questões que perpassam as estruturas e os processos de trabalho

da perícia criminal oficial no Brasil, ainda são muitas as situações em que a prova pericial não é produzida ou, quando realizada, não chega oportunamente aos autos dos processos criminais.

Foi buscando entender melhor os obstáculos da produção da prova técnica no país que, em 2013, a Senasp, também em parceria com o PNUD, publicou o primeiro diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil. Naquele momento, o propósito da pesquisa era subsidiar as ações de fortalecimento da perícia forense que, à época, integravam o Programa Brasil Mais Seguro, que era voltado à redução da criminalidade violenta e tinha como foco central a redução da impunidade e a priorização e o aprimoramento da produção da prova técnica.

A realização do Diagnóstico em 2013 enfrentou algumas dificuldades como a diversidade de estruturas e a escassez de dados sistematizados nos estados e no Distrito Federal. Apesar disso, o trabalho tornou-se referência para a elaboração de políticas públicas e para diversos estudos e pesquisas sobre a perícia criminal no país.

Alguns aspectos gerais detectados no Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil (ano 2013) merecem ser destacados:

- escassez de dados sistematizados evidenciada como regra, sendo por vezes fator limitador para o gestor conhecer plenamente a própria instituição;
- falta de conhecimento do orçamento ou ausência de acompanhamento da execução orçamentária pelos gestores dos órgãos oficiais de perícia na maioria dos estados;
- escalas de trabalho totalmente diversas nas diferentes Unidades Federativas;
- ausência de previsão de tempo para confecção dos laudos no ambiente de trabalho;
- insuficiência, ou mesmo ausência, de profissionais de perícia no interior dos Estados;
- grande quantidade de profissionais com mais de 20 anos de serviço, ou seja, que estavam próximos da aposentadoria; e
- necessidade de reformulação da gestão da criminalística.

Passados 10 anos da realização desse primeiro diagnóstico, faz-se necessária sua atualização, especialmente ao se considerar a evolução da Perícia Oficial no Brasil, com o desenvolvimento de especialidades e novos nichos necessários às atividades periciais e ao aumento da eficiência e eficácia na elucidação de crimes.

Portanto, visando o cumprimento do objetivo desta parceria, o produto 5 desse termo de referência deverá conter o resultado do diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil, levando em

consideração todos os achados durante o processo de pesquisa, bem como deverá conter análise comparativa entre os resultados encontrados neste trabalho com o Diagnóstico da Perícia Criminal publicado pela Senasp em 2013.

2. Objeto

Realizar diagnóstico envolvendo aspectos quantitativos e qualitativos sobre a Perícia Oficial no Brasil.

A pesquisa deverá ser desenvolvida em ao menos três etapas, que compreendem basicamente:

- a) a elaboração da metodologia de trabalho, com formulação dos instrumentos de pesquisa;
- b) a coleta de dados; e
- c) a sistematização dos resultados.

A coleta de dados deverá envolver a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com gestores. As entrevistas deverão ser realizadas presencialmente em, ao menos, 14 Unidades Federativas das diferentes regiões do país e de maneira virtual nas demais. Deverão ser entrevistados, pelo menos, os gestores do órgão central de perícia e dos institutos de criminalística, medicina legal e identificação, além da central de custódia - ou unidades correlatas.

Deverão ser coletados, no mínimo, os dados constantes do Diagnóstico produzido pela Senasp em 2013 e a descrição detalhada presente no item 3. No que tange à Cadeia de Custódia, deve ser considerado o Diagnóstico e Proposição de um Modelo sobre a Cadeia de Custódia no Brasil, realizado em parceria com a UnB, para o desenvolvimento dos questionários e entrevistas, visando complementar a Pesquisa realizada, além de coletar informações atualizadas.

A sistematização dos resultados deverá ser apresentada em um documento descritivo e analítico, que apresente o resultado da pesquisa e sua comparação com o cenário diagnosticado em 2013.

A UFPA terá o prazo estabelecido no cronograma do Anexo 3 para desenvolver a pesquisa, sendo possível a prorrogação do prazo, sem aditivo de valores, desde que devidamente justificada em razões concretas.

3. Conteúdo do diagnóstico e Produtos

As ações previstas neste Termo de Referência visam a atuação técnica da UFPA junto à Senasp/MJSP, por meio da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública (DSUSP/Senasp), no desenvolvimento de Diagnóstico da Perícia Oficial de Natureza Criminal no Brasil, considerando os dados constantes do Diagnóstico produzido pela Senasp em 2013 e os seguintes temas:

I. Organização administrativa (áreas meio);

- a) Áreas da perícia e especialidades desenvolvidas;
- b) Interiorização e cobertura dos serviços periciais;
- c) Subordinação e autonomia (financeira, administrativa);
- d) Cooperação ou termo equivalente com outras instituições;
- e) Gestão da informação;
- f) Acesso à internet;
- g) Sistemas de gerenciamento das informações (registro dos procedimentos administrativos e periciais, laboratório, cadeia de custódia, produtividade, almoxarifado, logística, recursos humanos, entre outros);
- h) Digitalização dos arquivos das unidades, incluindo identificação, laudos, documentos administrativos e registros em geral;
- i) Recursos Materiais e de Estrutura Física;
- j) Equipamentos relevantes existentes (incluindo os elencados na pesquisa 2013) por área, respectivo estado de funcionamento e de manutenção além de sua localização;
- k) Instalações e espaço físico (área);
- l) Controle e monitoramento efetivo de acesso.

II. Recursos Humanos;

- a) Quantitativo de profissionais por cargo nas unidades;
- b) Quantidade de profissionais à disposição de outros órgãos e disponibilizados à perícia;
- c) Quantidade de profissionais por sexo/gênero;
- d) Quantidade de profissionais por faixa etária;
- e) Quantidade de profissionais por área pericial;
- f) Natureza das atividades (administrativo, técnico);
- g) Nível educacional;

- h) Tempo de serviço;
- i) Política de capacitação de novos profissionais;
- j) Plano de Carreira, incluindo número de vagas previstas, ocupadas e ociosas;
- k) Área de formação;
- l) Atuação dos peritos;
- m) Remuneração;
- n) Funcionamento das unidades;
- o) Regime de trabalho por área (expediente, plantão);
- p) Regime de atendimento externo e interno;
- q) Processos de trabalho, incluindo cadeia de custódia, padronização de procedimentos operacionais, avaliação de laudos, entre outros pertinentes.

III. Produtividade;

- a) Métricas de produção em 2023 (quantidade de Laudos emitidos por tipo, quantidade de atendimentos periciais, quantidade de análises laboratoriais, entre outros);
- b) Demandas recebidas e atendidas por área em 2023;
- c) Demanda não atendida por área em 2023;
- d) Laudos periciais pendentes em 2023 e anos anteriores;
- e) Tempo médio de liberação do laudo pericial ou termo equivalente.

IV. Capacitação e Valorização;

- a) Política de Capacitação dos profissionais;
- b) Curso de formação e matriz curricular;
- c) Cursos Oferecidos;
- d) Quantidade de Capacitados em cursos específicos de perícia;
- e) Instituição executora e financiadora;
- f) Principais demandas de cursos;
- g) Cuidado com os profissionais;
- h) Assistência à saúde;
- i) Investimentos em projetos e atividades que visam qualidade de vida para os profissionais;

- j) Informações sobre atendimentos psiquiátricos e psicológicos oferecidos aos profissionais;
- k) Questões relativas à desmotivação profissional ou ambiente de trabalho.

V. Logística;

- a) Transporte de materiais (incluindo biológicos);
- b) Manutenção e gestão de frota;
- c) Controle e gestão de almoxarifado.

VI. Resíduos Sólidos, Químicos, de Serviço de Saúde;

- a) Gerenciamento de Resíduos: geração, classificação, segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, destinação até a disposição final ambientalmente adequada.

VII. Pesquisa Científica;

VIII. Parcerias;

IX. Publicações; e

X. Eventos.

Visando cumprir o objeto deste termo de referência, a UFPA deverá entregar os seguintes produtos:

Produto	Descrição	Atividades previstas
01	Documento técnico contendo plano de trabalho revisado, conforme orientações da Senasp e do PNUD, com desenvolvimento detalhado da abordagem metodológica que será utilizada e especificação dos instrumentos de pesquisa, estratégia de aplicação e técnica de análise das respostas, bem como o cronograma detalhado de execução.	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia e fluxo que serão utilizados no desenvolvimento do diagnóstico; • Detalhamento do cronograma semanal de trabalho; • Definição da agenda imediata; • Formulação dos questionários aplicáveis, conforme Nota Técnica com apresentação das demandas e resultados esperados pela Senasp/MJSP • Validação dos produtos, equipes, papéis e responsabilidades; • Constituição da equipe de acompanhamento do diagnóstico (comissão de Governança a ser definida pelas partes); e • Validação do modelo de gestão e monitoramento do diagnóstico.
02	Documento técnico com a metodologia e o roteiro dos grupos focais e das	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de ação acerca das visitas

	entrevistas em profundidade do objeto desta consultoria.	<p>técnicas, devendo especificar as unidades escolhidas e quais serão realizadas em formato <i>on line</i>;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar roteiro base das entrevistas em profundidade e dos grupos focais; • Dimensionar a quantidade, forma de mobilização e perfil dos profissionais que serão entrevistados e que participarão dos grupos focais; • Validação dos produtos, equipes, papéis e responsabilidades.
03	Relatório circunstanciado dos grupos focais e entrevistas do diagnóstico.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar visitas técnicas para a realização de entrevistas, bem como para a verificação <i>in loco</i> da estrutura dos locais, visando entender e sistematizar o diagnóstico; • Reunir as informações coletadas durante os trabalhos; • Apresentação de relatório circunstanciado contendo o registro do trabalho realizado pelos grupos focais.
04	Relatório com a base de dados estruturada, contendo as respostas obtidas na aplicação dos questionários e dicionários de variáveis. A apresentação dos dados deverá conter dashboards dinâmicos.	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar os questionários, com a coleta de dados referentes ao período de janeiro a dezembro do ano de 2023; • Analisar os dados coletados, com o intuito de verificar se a metodologia e instrumentos aplicados contemplam as demandas e resultados esperados pela Senasp/MJSP; • Reunir as informações coletadas durante os trabalhos; • Apresentação da base de dados estruturada contendo as respostas obtidas na aplicação do questionário e dicionário de variáveis do diagnóstico;
05	Documento analítico contendo o resultado do diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil. O documento deverá conter a descrição e respostas dos questionários, complementadas pelas entrevistas e o trabalho dos grupos focais, contemplando o conteúdo do item 3 deste Termo de Referência. Deverá, ainda, conter análise	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar as informações coletadas durante os trabalhos desenvolvidos pela consultoria; • Definir responsáveis por cada capítulo, contidos no Anexo VII; • Elaborar relatório técnico do diagnóstico, considerando todas as informações coletadas; • Análise dos dados resultantes do

	<p>comparativa entre os resultados encontrados na pesquisa e o Diagnóstico da Perícia Criminal publicado pela Senasp em 2013.</p>	<p>Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, realizado em 2013;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise dos dados resultantes do Diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil, objeto deste instrumento; • Acerca do tema da cadeia de custódia, análise dos dados resultantes do Diagnóstico e Proposição de um Modelo sobre a Cadeia de Custódia no Brasil, realizado em parceria com a UnB (Universidade de Brasília); • Análise correlacional e comparativa entre os dados resultantes do diagnóstico de 2013, com os dados coletados no presente diagnóstico nacional; • Definição do design e da prototipagem do Diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil, objeto deste instrumento; • Validação do conteúdo, design e prototipagem do Diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil, objeto deste instrumento.
--	---	---

4. Duração dos trabalhos (vigência):

270 dias após a assinatura da Carta-Acordo.

5. Cronogramas de entregas dos Produtos e Pagamentos:

Vide Anexo 3

6. Aceite dos Produtos:

Conforme dispositivos da Cláusula 8 desta Carta de Acordo, com base nos arranjos de implementação do Documento de Projeto, os Produtos técnicos desenvolvidos e seu respectivo Relatório de Execução Orçamentária por Produto (Anexo 4) serão apresentados à Senasp/MJSP e ao PNUD. A análise e o aceite dos Produtos serão realizados pela Senasp/MJSP e pelo PNUD.

7. Monitoramento da Carta de Acordo:

O PNUD monitorará a execução desta Carta de Acordo, podendo dispor da contratação de consultorias técnicas para tal fim, com base no Documento de Projeto e acordo prévio com a SENASP.

A UFPA e a FADESP deverão facilitar a atuação das atividades de monitoramento pelo PNUD, franqueando acesso a informações, documentos e instalações relacionados com a

implementação do objeto do presente instrumento às instituições e a representantes por elas designados, quando diretamente solicitado.

A fim de atender estas atividades de monitoramento da Carta de Acordo, a UFPA e a FADESP deverão manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para as despesas relativas ao objeto da presente Carta de Acordo.

8. Divulgação dos resultados destes trabalhos:

A UFPA e a FADESP deverão destacar obrigatoriamente a participação da SENASP e do PNUD nas ações promocionais e demais divulgações relativas às ações objeto da presente Carta de Acordo;

Conforme provisões do Documento de Projeto BRA/20/016 (Seção de Obrigações e Pré-Requisitos), a propriedade intelectual de qualquer Produto, publicação, ferramenta ou inovação oriundos da presente Carta de Acordo será da SENASP, reconhecido o crédito pela autoria ao PNUD e UFPA e FADESP.

A utilização dos resultados técnicos e de todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrentes dos trabalhos realizados no âmbito da presente Carta de Acordo em qualquer outro projeto deve ser acordada previamente com o PNUD e a SENASP.

ANEXO 3

Cronograma de Entrega dos Produtos, Indicadores e Valor do Desembolso

Produtos	Descrição	Valor (R\$)*	Entrega
Produto 1	Documento técnico contendo plano de trabalho revisado, conforme orientações da Senasp e do PNUD, com desenvolvimento detalhado da abordagem metodológica que será utilizada e especificação dos instrumentos de pesquisa, estratégia de aplicação e técnica de análise das respostas, bem como o cronograma detalhado de execução.	R\$ 69.995,04	30 dias após assinatura do Acordo
Produto 2	Documento técnico com a metodologia e o roteiro dos grupos focais e das entrevistas em profundidade do objeto desta consultoria.	R\$ 104.992,56	60 dias após assinatura do Acordo
Produto 3	Relatório circunstanciado dos grupos focais e entrevistas do diagnóstico.	R\$ 139.990,08	180 dias após assinatura do Acordo
Produto 4	Relatório com a base de dados estruturada, contendo as respostas obtidas na aplicação do questionário e dicionário de variáveis do diagnóstico completo. A apresentação dos dados deverá conter dashboards dinâmicos.	R\$ 139.990,08	210 dias após assinatura do Acordo
Produto 5	Documento analítico contendo o resultado do diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil. O documento deverá conter a descrição e respostas dos questionários, complementadas pelas entrevistas e o trabalho dos grupos focais, contemplando o conteúdo do item 3 do Termo de Referência. Deverá, ainda, conter análise comparativa entre os resultados encontrados na pesquisa e o Diagnóstico da Perícia Criminal publicado pela Senasp em 2013.	R\$ 244.982,62	270 dias após assinatura do Acordo

O prazo de implementação do Acordo poderá ser prorrogado, se necessário, mediante acordo prévio entre a SENASP, o PNUD e a UFPA e FADESP. Caso ocorra, a extensão de prazo será formalizada por meio de aditivo ao acordo.

Contrapartida

Como parte do compromisso institucional e em conformidade com os termos da colaboração proposta, a Universidade Federal do Pará (UFPA) se compromete a oferecer contrapartidas essenciais para a execução eficaz do projeto. Entende-se a importância de prover suporte adequado para garantir que as atividades sejam realizadas com sucesso. Contrapartidas da UFPA incluem:

Despesas de Energia e Telefonia: A UFPA arcará com todas as despesas relacionadas ao consumo de energia elétrica e serviços de telefonia necessários para o desenvolvimento das atividades do projeto.

Equipamentos de Informática: Será disponibilizado o uso de equipamentos de informática pertinentes e necessários para a realização das atividades do projeto. Isso inclui computadores, softwares específicos, e acessórios de TI, conforme as necessidades apresentadas pela equipe do projeto.

Recursos Humanos: A UFPA compromete-se a designar profissionais de seu quadro próprio, que serão responsáveis por contribuir com expertise técnica e suporte administrativo, garantindo a execução das tarefas designadas ao projeto.

Instalações Físicas: Serão disponibilizadas instalações físicas adequadas para o desenvolvimento do projeto, incluindo espaços para escritórios, salas de reunião e outras dependências necessárias, assegurando um ambiente propício para a realização das atividades.

Memória de Cálculo

PRODUTO 1 (10%)					
Categoria	Item de Despesa	Especificação Simplificada	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total
Pagamento da Equipe	Coordenador	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.500,00	1	R\$ 6.500,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-A	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 7.750,00	2	R\$15.500,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-B	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.175,00	3	R\$18.525,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-C	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 4.987,50	1	R\$ 4.987,50
	Equipe Técnica - Discente Doutorado	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 3.100,00	2	R\$ 6.200,00
	Equipe Técnica - Discente IC	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 800,00	6	R\$ 4.800,00
Outros	Despesas Operacionais - Fundação de Apoio	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 13.482,54	1	R\$ 13.482,54
TOTAL PRODUTO 1					R\$ 69.995,04

PRODUTO 2 (15%)					
Categoria	Item de Despesa	Especificação Simplificada	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total
Pagamento da Equipe	Coordenador	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.500,00	2	R\$ 13.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-A	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 7.750,00	4	R\$ 31.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-B	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.175,00	6	R\$ 37.050,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-C	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 4.987,50	2	R\$ 9.975,00
	Equipe Técnica - Discente Doutorado	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 3.100,00	4	R\$ 12.400,00
Outros	Despesas Operacionais - Fundação de Apoio	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.567,56	1	R\$ 1.567,56
TOTAL PRODUTO 2					R\$ 104.992,56
PRODUTO 3 (20%)					

Categoria	Item de Despesa	Especificação Simplificada	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total
Pagamento da Equipe	Coordenador	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.500,00	2	R\$ 13.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-A	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 7.750,00	4	R\$ 31.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-B	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.175,00	6	R\$ 37.050,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-C	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 4.987,50	2	R\$ 9.975,00
	Equipe Técnica - Discente Doutorado	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 3.100,00	4	R\$ 12.400,00
	Equipe Técnica - Discente IC	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 800,00	12	R\$ 9.600,00
Material Permanente	Gravadores de Voz	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 500,00	8	R\$ 4.000,00
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	Serviço de Transcrição de Áudio (Minutos)	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 0,43	4990	R\$ 2.145,70
Matreial de Consumo	Material de Consumo TIC - 33.90.30-17	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 530,96	1	R\$ 530,96

Outros	Despesas Operacionais - Fundação de Apoio	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 10.144,21	2	R\$ 20.288,42
TOTAL PRODUTO 3					R\$ 139.990,08
PRODUTO 4 (20%)					
Categoria	Item de Despesa	Especificação Simplificada	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total
Pagamento da Equipe	Coordenador	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.500,00	2	R\$ 13.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-A	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 7.750,00	4	R\$ 31.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-B	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.175,00	6	R\$ 37.050,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-C	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 4.987,50	2	R\$ 9.975,00
	Equipe Técnica - Discente Doutorado	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 3.100,00	4	R\$ 12.400,00
	Equipe Técnica - Discente IC	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 800,00	12	R\$ 9.600,00

Material de Consumo	Material de Expediente - 33.90.30-16	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 3.000,00	1	R\$ 3.000,00
	Material de Consumo TIC - 33.90.30-17	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 2.469,04	1	R\$ 2.469,04
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	Serviço de Transcrição de Áudio (Minutos)	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 0,43	5010	R\$ 2.154,30
Outros	Despesas Operacionais - Fundação de Apoio	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 9.670,87	2	R\$ 19.341,74
TOTAL PRODUTO 4					R\$ 139.990,08
PRODUTO 5 (35%)					
Categoria	Item de Despesa	Especificação Simplificada	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total
Pagamento da Equipe	Coordenador	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.500,00	2	R\$ 13.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-A	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 7.750,00	4	R\$ 31.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-B	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.175,00	6	R\$ 37.050,00

	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-C	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 4.987,50	2	R\$ 9.975,00
	Equipe Técnica - Discente Doutorado	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 3.100,00	4	R\$ 12.400,00
	Equipe Técnica - Discente IC	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 800,00	24	R\$ 19.200,00
Passagens Aéreas (ida e volta)	Passagem Aérea Belém-Macapá-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 750,00	2	R\$ 1.500,00
	Passagem Aérea Belém-Manaus-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.200,00	2	R\$ 2.400,00
	Passagem Aérea Belém-São Luis-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.050,00	2	R\$ 2.100,00
	Passagem Aérea Belém-Fortaleza-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.500,00	2	R\$ 3.000,00
	Passagem Aérea Belém-Natal-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 2.100,00	2	R\$ 4.200,00
	Passagem Aérea Marabá-Palmas-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 2.550,00	2	R\$ 5.100,00
	Passagem Aérea Marabá-Brasília-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.800,00	2	R\$ 3.600,00

	Passagem Aérea Marabá-BH-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 2.100,00	2	R\$ 4.200,00
	Passagem Aérea Marabá-São Paulo-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.800,00	2	R\$ 3.600,00
	Passagem Aérea Belém-Rio de Janeiro-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.950,00	2	R\$ 3.900,00
	Passagem Aérea Belém-Curitiba-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.800,00	2	R\$ 3.600,00
Diárias	Diárias para a Passagem Aérea Belém-Macapá-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Belém-Manaus-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Belém-São Luis-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Belém-Fortaleza-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Belém-Natal-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	20	R\$ 7.200,00

	Diárias para a Passagem Aérea Marabá-Palmas-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Marabá-Brasília-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Marabá-BH-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Marabá-São Paulo-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Belém-Rio de Janeiro-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Belém-Curitiba-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	20	R\$ 7.200,00
Passagens Rodoviárias (Ida e Volta)	Trecho Rodoviário Natal-João Pessoa	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 150,00	2	R\$ 300,00
	Trecho Rodoviário João Pessoa-Recife	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 150,00	2	R\$ 300,00
	Trecho Rodoviário Recife-Natal	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 225,00	2	R\$ 450,00

	Trecho Rodoviário Curitiba-Florianópolis	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 225,00	2	R\$ 450,00
	Trecho Rodoviário Florianópolis-Porto Alegre	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 300,00	2	R\$ 600,00
	Trecho Rodoviário Porto Alegre-Curitiba	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 300,00	2	R\$ 600,00
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	Serviço de Editoração e Impressão (Relatório Final)	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 11.999,99	1	R\$ 11.999,99
Outros	Despesas Operacionais - Fundação de Apoio	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 9.154,41	4	R\$ 36.617,63
TOTAL PRODUTO 5					R\$ 244.982,62

Nota:

- Os desembolsos serão realizados pelo PNUD conforme dispositivos desta Carta de Acordo, mediante entrega e aprovação, pela SENASP, dos Produtos previstos, conforme cronograma acima. A cada entrega de Produtos, deverá ser apresentado, ainda, Relatório de Execução Orçamentária por Produto (vide Anexo 4). Este relatório também deverá ser aprovado pela SENASP.

- Ajustes em cada uma das seções podem ser realizados em consulta entre o PNUD, a , SENASP, a UFPA e a FADESP. Tais ajustes poderão ocorrer desde que se mantenham em consonância com as disposições do Documento do Projeto e forem estabelecidas para o melhor interesse do projeto. Os ajustes deverão ser formalizados por meio de Termo Aditivo à Carta de Acordo, firmado pelas partes.

ANEXO 4

MODELO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PRODUTO EXECUTADO

Carta de Acordo 2/2024

Projeto BRA/20/016

Produtos	Atividades realizadas	Previsão de Insumos (Memória de Cálculo)				Valor efetivo do Produto	Observações (Caso necessário, registrar para a Agência Executora e para o PNUD quaisquer mudanças entre o previsto em Carta de Acordo e o executado)
		Item	Valor unitário	Quantidade estimada	Subtotal		
Produto (número/ descrição curta)	Passagens						
	Diárias						
	Subcontratos						
	etc						

A UFPA e a FADESP, por meio de seu representante legal abaixo identificado, certificam a veracidade das informações ora fornecidas, comprováveis por meio de documentação e registros existentes na entidade, arquivados conforme suas próprias regras e diretrizes internas.

Assinatura: _____

Nome:

Cargo:

Data:

ANEXO 5

MODELO DE RELATÓRIO FINAL

Carta de Acordo 2/2024**Projeto BRA/20/016**

1. Objetivo Geral da Carta de Acordo:
2. Relatório sintético de execução orçamentária

Produtos	Atividades Planejadas (Descrever brevemente as atividades a serem realizadas para a realização dos Produtos)	Insumos		Valor efetivo do Produto	Observações (Caso necessário, registrar para a Agência Executora e para o PNUD quaisquer mudanças entre o previsto em Carta de Acordo e o executado)
		Item	Custos efetivos		
Produto 1 - xxxx		Passagens			
		Diárias			
		Subcontratos			
		etc			
Produto 2 - xxxx		Passagens			
		Diárias			
		Subcontratos			
		etc			
Produto 3 - xxxx		Passagens			
		Diárias			
		Subcontratos			
		etc			
Produto 4 - xxxx		Passagens			
		Diárias			
		Subcontratos			

Produto 5 - xxxx	etc				
	Passagens				
	Diárias				
	Subcontratos				
	etc				

2.1 - Caso tenham sido identificados saldos de recursos não utilizados no relatório acima, este saldo será devolvido ao PNUD pela UFPA e pela FADESP, para crédito ao Projeto BRA/20/016. Nestes casos, quando do aceite deste relatório final, o PNUD apresentará à entidade um boleto bancário elaborado pela Agência Executora do Projeto para reembolso ou documento similar a fim de viabilizar tal devolução.

3. Lista de equipamentos duráveis adquiridos pela UFPA e pela FADESP no âmbito desta Carta de Acordo:

Descrição do Item/ identificação/No. série	Valor de aquisição	Controle Interno (patrimônio)	Localização	Responsável

3.1 – A UFPA e a FADESP confirmam que os equipamentos foram adquiridos e inventariados respeitando suas normas e regulamentos internos para aquisições, estando todos os procedimentos em sintonia com os princípios gerais de aquisição e controle patrimoniais do PNUD.

3.2 - A entidade se torna proprietária do equipamento em definitivo a partir do aceite deste relatório final.

4. A UFPA e FADESP, por meio de seu representante legal abaixo identificado, certificam a veracidade das informações ora fornecidas, comprováveis através de documentação e registros existentes na entidade, arquivados conforme suas próprias regras e diretrizes internas.

Assinatura: _____

Nome:

Cargo:

Data:

ANEXO 6

PROPOSTA COMPLETA DA UFPA

PROPOSTA COMPLETA DA UFPA

PROJETO BRA/20/016 Edital de Convocação nº 02/2024 – Seleção de Projetos

No âmbito do Prodoc BRA/20/016 – “Metodologias Integradas de Segurança Pública e Defesa Social para Redução dos Homicídios e outros Crimes Violentos”, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASA), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tornam pública a presente convocação e CONVIDAM as instituições públicas interessadas a apresentarem suas candidaturas, nos termos aqui estabelecidos

A - APRESENTAÇÃO GERAL DA PROPOSTA

Nome da instituição

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Unidades da federação escolhidas para a entrevista presencial (no mínimo 14);

O roteiro de viagens proposto inclui uma série de deslocamentos a partir de dois principais pontos de origem: Belém e Marabá (PA), abrangendo diversas capitais e cidades importantes do Brasil. A partir de Belém, estão planejadas viagens para Macapá, Manaus, São Luís, Fortaleza, Natal, Rio de Janeiro e Curitiba, permitindo uma cobertura ampla do norte ao sul do país. Essas rotas garantem uma conexão direta entre Belém e cada uma dessas cidades, com retorno para Belém, facilitando o acesso a diferentes regiões e a integração entre elas.

Por outro lado, Marabá para o centro e o sul do Brasil, com viagens programadas para Palmas, Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e também para cidades mais ao sul como Rio de Janeiro e Curitiba. Estas rotas de Marabá são um ponto estratégico para viagens dentro do Brasil, especialmente para o acesso a capitais. Além desses, o roteiro inclui viagens inter-regionais no nordeste e sul do país, conectando Natal a João Pessoa, João Pessoa a Recife, e Recife de volta a Natal, assim como Curitiba a Florianópolis, Florianópolis a Porto Alegre, e Porto Alegre de volta a Curitiba. Estas viagens são essenciais para fortalecer a conexão entre cidades próximas, otimizando o tráfego regional e facilitando a mobilidade entre as capitais vizinhas.

Contextualização

O Pará, segundo maior estado do País, apresenta intensos contrastes regionais, de ordem econômica, social e cultural. Em 2010, os mais de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) da região de integração de Carajás a colocava em primeiro lugar neste quesito no ranking estadual. Nesta região, é clara a carência por informações, a necessidade de pesquisa aplicada, teórica e experimental, com incentivo a novas tecnologias que permitam a inovação e a aquisição de conhecimentos técnico científicos de coleta, diagnóstico, análise e avaliação de evidências para compreender as pesquisas, as dinâmicas criminais e cíveis, apresentadas de forma difusa para a sociedade. É neste contexto que a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), cuja influência se estende aos Estados do Tocantins e Maranhão, tem a responsabilidade de, em sua missão, contribuir para a transformação social. Aos Programas de Pós-Graduação em Administração (PPGAD), em Ciências Forenses (PPGCF), cabe contribuirem a partir de uma formação qualificada de recursos

humanos para atuar, especialmente no campo interdisciplinar, servindo de recursos humanos especializados para o suporte à tomada de decisões de aspectos criminais ou cíveis.

A presente proposta, insere-se na apresentação de projeto para o Edital de Convocação nº 02/2024 da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASA), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O projeto tem como proponente o pesquisador Prof. Dr. Thiago Poleto da Universidade Federal do Pará e sua equipe técnica de profissionais, pesquisadores, estudantes de graduação, mestrado e doutorado da Universidade Federal do Pará (Mestrado em Administração; Mestrado e Doutorado em Engenharia Elétrica), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Mestrado em Ciências Forenses), Polícia Científica do Pará (Unidade Central/Belém), Segurança Pública do Pará (Central/Belém). O grupo de pesquisadores do Estado Pará já desenvolveu vários projetos, pesquisas e inovação tecnológica, bem como a realização de diagnóstico no âmbito interinstitucional cujo objetivo era estabelecer de forma planejada e sistemática a integração de pesquisas e de gerenciamento administrativos entre as entidades. Dessa forma, por meio dessa iniciativa, houve elaboração de diversos projetos e pesquisas para reduzir as assimetrias na região amazônica, onde destacam-se: a) elaboração de projetos de diagnósticos e análises propositivas para questões de interesses comuns das Instituições de Ensino Superior (IES) no que tange aos intercâmbios de profissionais, pesquisadores e discentes; b) a elaboração de projetos para melhoria da qualidade dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), conjuntamente com as IES do protocolo (Protocolo de cooperação n. 23479.016707/2015-74, DOU N. 129, 9 de julho de 2015); c) elaboração e desenvolvimento de diagnósticos das políticas públicas voltadas para região amazônica, em especial à região Sul e Sudeste do Pará. Diante disso, os profissionais e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pará (PPGAD/UFPA), do Programa de Pós-Graduação em Ciências Forenses da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PPGCF/Unifesspa) e os peritos criminais da Polícia Científica do Pará e da Segurança Pública do Pará reuniram-se para propor este projeto de elaboração de um diagnóstico de maturidade das instituições de Segurança Pública brasileiras que atuam na perícia de natureza criminal, considerando a evolução do desenvolvimento de especialidades, os novos nichos necessários às atividades periciais e ao aumento da eficiência e eficácia na elucidação de crimes.

Justificativa

Estudos sobre segurança pública, violência e policiamento estão na agenda de pesquisadores brasileiros, sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988, sob diversos olhares. Há trabalhos debatendo como o exercício violento e monopolizado da força ocorreu após a transição autoritária (Pinheiro, 1991), quais dimensões podem explicar a crescente violência no cenário nacional (Adorno, 2002) ou apontam ainda a distinção crucial entre policiamento e polícia como necessário para discorrer teoricamente sobre as funcionalidades e aplicações de ambos. (Muniz; Paes-Machado, 2010).

Constitucionalmente, há referências à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade como direito inalienável (CF. Art. 5º CF/88). Iniciativas governamentais e arranjos institucionais no âmbito da segurança pública procuram atender as diretrizes jurídicas, fundamentalmente, através da preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas.

Todavia, embora determinado legalmente, ter a vida como direito garantido não é, efetivamente, um êxito do Estado brasileiro. Para discutir apenas homicídios, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA assinala que a partir da promulgação da Constituição de 1988 a taxa de homicídios no Brasil cresceu 5,56% até 2021, sendo 2017 o cenário mais penoso do período, com a taxa de homicídios alcançando 31,59%.

O debate sobre a problemática da violência no Brasil possui diversas facetas. Dois documentos recentemente publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública acerca da letalidade violenta manifestam, visivelmente, o dramático panorama amazônico: o primeiro, “*Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal*” (2023), afirma não haver capacidade operativa de enfrentamento à criminalidade organizada na Amazônia, nesse sentido, a ineficiência institucional e baixa produção de arranjos interinstitucionais não conseguem mitigar os crimes ambientais e o narcotráfico. O segundo trata de “*Cartografias das Violências na Região Amazônica*” (2021), argumenta como a violência na região se consolidou a partir de um processo de interiorização, entendida como um fenômeno ocorrido entre 2018 e 2020, onde há redução de morte violenta em municípios urbanos em contraposição ao crescimento de homicídios em espaços rurais, assinala ainda como “[...]

a taxa média de violência letal na região é 40,8% superior à taxa verificada nos demais municípios brasileiros” e que “[...] municípios com as maiores taxas são os sob pressão de desmatamento, 37,1 por 100 mil habitantes.

A perícia criminal se insere na elucidação de crimes, sejam homicídios ou demais ilícitos. De acordo com o Código Processual Penal, quando houver vestígios, é indispensável o exame de corpo de delito, obrigatoriamente realizado pelo perito oficial de natureza criminal que, a partir de conhecimentos especializados, procede com os exames necessários para confecção do laudo pericial, produto fundamental das Polícias Científicas. O laudo pericial, ou seja, o trabalho metodológico e científico da prova material, aparece como basilar no processo criminal desde o inquérito até a tomada de decisão judicial. (Cf. Silva *et al.*, 2022).

Contudo, ainda que a perícia seja constituída como ator relevante na justiça criminal, não há tentativas recorrentes e sistemáticas sobre o entendimento e o desenvolvimento da atividade pericial no Brasil. A análise institucional e administrativa sobre o papel das polícias científicas, no campo de políticas públicas, aparece como uma lacuna de conhecimento na temática da segurança, pois não apresenta um campo real de teorias, literatura e domínios de pesquisas relacionados a responder qual a função e a evolução da perícia criminal no Brasil.

Em contraposição, há um ponto de destaque positivo referente a atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública quanto ao levantamento de dados, informações e diagnóstico relativo ao funcionamento das Polícias Científicas nos estados. Ainda em 2014, o Ministério da Justiça aponta, através de *Modelos de estruturação das atividades de polícia técnica e de perícia no Brasil* (2014), o que seria o modelo ideal de perícia. No ano anterior, a Secretaria Nacional de Segurança Pública publicou o *Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil* (2013), principal referência na visualização das Polícias Científicas e ferramenta de análise comparada entre as unidades federativas, abordando a estrutura organizacional, gestão da informação, recursos materiais e humanos, funcionamento, processos e produtividade. Os dados agregados concernentes a homicídios e os diagnósticos promovidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública apontam direcionamentos possíveis no enfrentamento da violência letal e diversos outros atos delituosos característicos em cada região.

Nesse sentido, a presente proposta diagnóstica pretende atualizar dados, informações e elementos que identificam a organização pericial implementada nos territórios, remodelando a diagnose inicial produzida há onze anos, com apresentação de níveis de maturidade institucional (1 a 5), através do trabalho de campo imersivo e emergente acerca das entregas sociais realizadas pelas Polícias Científicas nos Estados, em onze dimensões, com ênfase especial sobre o cumprimento da Lei. 13. 964/2019, que aperfeiçoa a legislação penal e processual, com inovações acerca da rastreabilidade do vestígio através da Cadeia de Custódia.

Experiência e conhecimento acumulado da instituição candidata

A Universidade Federal do Pará (UFPA) é uma instituição pública de educação superior, com personalidade jurídica sob a forma de autarquia especial, criada pela Lei no 3.191, de 2 de julho de 1957, estruturada pelo Decreto no 65.880, de 16 de dezembro de 1969, sendo modificada em 4 de abril de 1978 pelo Decreto no 81.520. Possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, caracterizando-se como universidade multicampi, com atuação no estado do Pará, sede e foro legal na cidade de Belém. Atualmente, além do campus de Belém, há 11 campi instalados nos seguintes municípios: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí ¹⁰.

A UFPA vem estreitando fortemente as suas relações com o meio público e privado, com o propósito de estimular a criação, implantação e consolidação de pesquisas de alto impacto na região Norte. A experiência da UFPA também é evidenciada através de suas publicações e contribuições acadêmicas, que têm ampla repercussão na comunidade científica. A universidade é lar de vários grupos de pesquisa que regularmente contribuem para o avanço do conhecimento em suas respectivas áreas, publicando em jornais e revistas de alto impacto. Por fim, a UFPA possui uma infraestrutura de pesquisa de ponta, com laboratórios bem equipados e tecnologias avançadas, facilitando a realização de pesquisas complexas e inovadoras. Esses recursos são complementados por um corpo docente altamente qualificado e uma base de estudantes talentosos, preparados para enfrentar desafios científicos e tecnológicos.

As Universidades Federais do Estado do Pará têm investido fortemente nos pesquisadores que atuam na pesquisa básica e aplicada, teórica e experimental devido ao alto crescimento das publicações científicas e de

patentes ¹⁰. A UFPA também é pioneira na proteção da Propriedade Intelectual na Amazônia, disseminando a cultura de proteção ao conhecimento, promovendo os registros de direitos autorais, em convênio com a Fundação Biblioteca Nacional – FBN (obras literárias, artísticas e científicas), os de propriedade industrial (patentes, marcas e desenho industrial, indicações geográficas e cultivares), bem como o registro de softwares e projetos arquitetônicos ¹⁰.

Município(s) e Unidade(s) da Federação de cobertura das ações e Justificativa para a escolha do município

REGIÃO NORTE -

1 - Amazonas possui a terceira maior taxa de Mortes Violentas (MVI) no Brasil em 2022 (FBSP, 2023). Nesse sentido, é importante perceber de que maneira a instituição de perícia oficial recebe as demandas da criminalidade e quais os maiores entraves observados em função desta problemática. O município escolhido para as ações do projeto foi Manaus/AM devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas descritas abaixo em relação ao Estado do Amazonas.

2 - Pará - A capital Belém é conhecida como grande metrópole da Amazônia e importante porto fluvial. Em 2022, a taxa de MVI na região amazônica é 54% superior ao restante do país, possui 12 (doze) municípios entre os 50 (cinquenta) mais violentos da nação e 7 (sete) estão localizados no Pará, sendo Altamira o município mais violento da região norte e o sétimo mais letal do país, alcançando a taxa de 70,5% em 2022, enquanto a média nacional é 23,4% no mesmo ano (FBSP, 2023). O município escolhido para as ações do projeto foi Belém/PA devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado do Pará.

3 - Amapá - Estado localizado na divisa entre o Brasil, a Guiana Francesa e o Suriname, com dinâmicas fronteiriças características. O Estado do Amapá possui a maior taxa de mortes violentas intencionais registradas em 2022. Enquanto a média brasileira é de 23,3 por 100 mil habitantes, o Amapá registra 50,6%. Esse indicador pressiona sobremaneira a instituição responsável pela perícia oficial, razão pela qual o Estado entra no rol de entrevistas presenciais desta proposta diagnóstica. O município escolhido para as ações do projeto foi Macapá/AP devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado do Amapá.

REGIÃO NORDESTE -

4 - Rio Grande do Norte - A capital Natal, tem enfrentado desafios significativos relacionados à criminalidade, especialmente em termos de violência e delitos relacionados ao tráfico de drogas. Dados recentes indicam uma alta incidência de homicídios, colocando Natal entre as cidades com maiores taxas de violência no Brasil. As autoridades locais têm intensificado esforços para combater esses problemas, implementando estratégias como o aumento do efetivo policial, instalação de câmeras de vigilância e programas de prevenção ao crime nas áreas mais vulneráveis. Além disso, há iniciativas para fortalecer a integração comunitária e promover atividades que ofereçam alternativas positivas para os jovens. O município escolhido para as ações do projeto foi Natal/RN devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado do Rio Grande do Norte.

5 - Ceará - Fortaleza Importante centro econômico e cultural do Nordeste. É importante considerar que o Ceará reduziu as taxas de MVI de 2021 a 2022 em 9%, mas ainda integra o rol de estados mais violentos, sendo o quarto mais letal do nordeste em números de mortes intencionais. O município escolhido para as ações do projeto foi Fortaleza/CE devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado do Ceará.

6 - Pernambuco - Com uma metrópole importante, Recife. O Estado apresenta uma taxa de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres de 32,9% em 2022 (FBSP, 2023). Uma taxa maior que o Estado da Bahia (26,4%) e o Ceará (10,6%). O município escolhido para as ações do projeto foi Recife/PE devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado de Pernambuco.

7 - Maranhão - A capital São Luís enfrenta desafios relacionados à criminalidade, comuns a muitas cidades brasileiras. A criminalidade urbana, incluindo roubos, furtos e violência, é uma preocupação constante para os moradores e autoridades. Nos últimos anos, esforços significativos foram implementados para combater essas questões, como o aumento do policiamento nas áreas mais afetadas e programas de prevenção ao crime voltados para a juventude. O município escolhido para as ações do projeto foi São Luís/MA devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado do Maranhão.

8 - Tocantins - A jovem capital Palmas, enfrenta desafios relacionados à criminalidade, refletindo uma realidade comum em diversas cidades brasileiras. A cidade, planejada e com uma estrutura urbana organizada, ainda assim

lida com índices preocupantes de violência, principalmente relacionados a assaltos, furtos e conflitos associados ao tráfico de drogas. O município escolhido para as ações do projeto foi Palmas/TO devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado do Tocantins.

9 - Paraíba - A capital da João Pessoa, enfrenta desafios relacionados à criminalidade que são comuns a muitas cidades brasileiras, mas com particularidades regionais. O Estado apresenta uma taxa de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres de 40,9% em 2022. Uma taxa maior que os dois Estados juntos, Amazonas e Roraima (FBSP, 2023). O município escolhido para as ações do projeto foi João Pessoa/PB devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado da Paraíba.

REGIÃO CENTRO-OESTE -

10 - Distrito Federal - Brasília, a capital federal do Brasil, apresenta um cenário de criminalidade que varia significativamente entre suas diversas regiões administrativas. Conhecida por sua arquitetura modernista e importância política, a cidade também enfrenta desafios relacionados à segurança pública. Os tipos de crimes mais comuns incluem furtos, roubos, e violência doméstica, além de problemas relacionados ao tráfico de drogas e a crimes contra a propriedade. O município escolhido para as ações do projeto foi Brasília/DF devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado do Distrito Federal.

REGIÃO SUDESTE -

11 - São Paulo - O Estado mais populoso e economicamente forte do Brasil, mas com as menores taxas de mortes violentas do país. A escolha do Estado deve representar um importante comparativo com regiões que possuem indicadores de violência expressivos. O Estado apresenta uma taxa de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres de 46,1% em 2022, menor que o Estado de Mato Grosso (FBSP, 2023). O município escolhido para as ações do projeto foi São Paulo/SP devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado de São Paulo.

12 - Rio de Janeiro - Com questões urbanas complexas e relevantes para a segurança pública. O Estado apresenta uma taxa de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres de 39,2% em 2022 (FBSP, 2023). O município escolhido para as ações do projeto foi Rio de Janeiro/RJ devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado do Rio de Janeiro.

13 - Minas Gerais - Oferece uma dinâmica diferente, com um foco na indústria e no comércio. O Estado apresenta uma taxa de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres de 34,7% em 2022, menor que o Estado do Rio de Janeiro (FBSP, 2023). O município escolhido para as ações do projeto foi Belo Horizonte/MG devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado de Minas Gerais.

REGIÃO SUL -

14 - Rio Grande do Sul - Com fronteiras internacionais, apresenta desafios únicos em segurança e perícias. O Estado apresenta uma taxa de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres de 39,1% em 2022, menor que o Estado do Rio de Janeiro (FBSP, 2023). O município escolhido para as ações do projeto foi Porto Alegre/RS devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado do Rio Grande do Sul.

15 - Paraná - Economicamente diversificado e com uma população significativa. O Estado apresenta uma taxa de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres de 30,1% em 2022, menor que o Estado do Rio Grande do Sul (FBSP, 2023). O município escolhido para as ações do projeto foi Curitiba/PR devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado do Paraná.

16 - Santa Catarina - A capital de Florianópolis é conhecida por suas belas praias e qualidade de vida elevada, também enfrenta desafios de segurança que são críticos para a manutenção de sua reputação como um dos principais destinos turísticos do Brasil. A cidade experimenta uma variedade de problemas de criminalidade, que incluem furtos, roubos, assaltos à mão armada e tráfico de drogas, particularmente nas áreas mais turísticas e nos bairros periféricos. O município escolhido para as ações do projeto foi Florianópolis/SC devido ao acesso centralizado das informações e pelas taxas supracitadas em relação ao Estado de Santa Catarina.

B- Detalhamento da proposta

I - Objetivo geral

O objetivo geral do projeto é elaborar um diagnóstico de maturidade das instituições da perícia de natureza criminal do Brasil. Para tanto, foram incluídos como objetivos específicos:

II - Objetivos específicos

- Identificar e descrever as condições das instituições da perícia criminal para constatar quais lacunas operacionais afetam a eficiência e a eficácia das investigações e dos procedimentos periciais.
- Examinar a tecnologia atualmente em uso pela perícia criminal para determinar a adequação e eficácia em atender às necessidades atuais e futuras das operações forenses.
- Desenvolver recomendações para melhorias nos processos e na utilização de tecnologia com base nas análises realizadas.
- Identificar necessidades de treinamento e desenvolvimento profissional para os membros da perícia criminal.
- Mensurar e analisar a maturidade das instituições de perícia criminal do Brasil através de estimação de índices e estatística aplicada

III - Metas e Atividades Previstas

Meta 1: Documento técnico: apresentar um documento técnico contendo plano de trabalho revisado detalhado da abordagem metodológica que será utilizada e especificação dos instrumentos de pesquisa, estratégia de aplicação e técnica de análise das respostas.

Metodologia e fluxo que serão utilizados no desenvolvimento do diagnóstico (Conforme item IV - Metodologia proposta);

Detalhamento do cronograma semanal de trabalho ;

Definição da agenda imediata;

Validação equipes, dos produtos, papéis e responsabilidades;

Constituição da equipe de acompanhamento do diagnóstico (comissão de Governança a ser definida pelas partes);

Validação do modelo de gestão e monitoramento do diagnóstico.

Meta 2 – Elaboração do Instrumento de Diagnóstico: Documento técnico com a metodologia e o roteiro dos grupos focais e das entrevistas em profundidade do objeto desta consultoria.

Plano de ação acerca das visitas técnicas, devendo especificar as unidades escolhidas e quais serão realizadas em formato presencial;

Elaborar roteiro base das entrevistas em profundidade e dos grupos focais;

Dimensionar a quantidade, forma de mobilização e perfil dos profissionais que serão entrevistados e que participarão dos grupos focais;

Validação dos produtos, equipes, papéis e responsabilidades.

Meta 3 – Realizar Visitas In Loco: Realizar visitas técnicas para a realização de entrevistas, bem como para a verificação in loco da estrutura dos locais, visando entender e sistematizar o diagnóstico;

Coletar dados durante os trabalhos. Nesta etapa todas as entrevistas serão gravadas.

Apresentação de relatório circunstanciado contendo o registro do trabalho realizado pelos grupos focais.

Meta 4 – Realizar a apresentação dos dados que deverão conter dashboards dinâmicos.

Aplicar os questionários, com a coleta de dados referentes ao período de janeiro a dezembro do ano de 2023;

Analizar os dados coletados, com o intuito de verificar se a metodologia e instrumentos aplicados contemplam as demandas e resultados esperados pela Senasp/MJSP

Reunir as informações coletadas durante os trabalhos;

Apresentação da base de dados estruturada contendo as respostas obtidas na aplicação do questionário e dicionário de variáveis do diagnóstico;

Meta 5 – Documento analítico contendo o resultado do diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil.

Análise dos dados resultantes do Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, realizado em 2013;

Análise correlacional e comparativa entre os dados resultantes do diagnóstico de 2013, com os dados coletados no presente diagnóstico nacional;

IV - Metodologia proposta

Justificativa e contextualização para a escolha do método

Historicamente, os Modelos de Maturidade (MM) surgiram nos anos 70 no contexto dos sistemas de informação (SI) para gerenciar o desempenho desses sistemas. Gibson e Nolan, em 1974, são reconhecidos como pioneiros deste conceito com o modelo que delineava o uso de recursos computacionais em organizações através de quatro estágios: iniciação, expansão, formalização e maturidade (Van de Wetering, Batenburg & Lederman, 2010; Bititci et al., 2015; Zhong et al., 2014). Posteriormente, o Software Engineering Institute (SEI) da Carnegie Mellon University desenvolveu, em 1986 a pedido do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, o Capability Maturity Model (CMM). Este modelo foi baseado nos princípios da qualidade total e foi inspirado pelo modelo de avaliação da qualidade gerencial de Crosby de 1979 (Liou, 2011; Veldman & Klingenber, 2009; Silveira, 2009). Em 2001, o SEI introduziu o Capability Maturity Model Integration (CMMI) para unificar os existentes MM de capacidade (SEI, 2002; Liou, 2011; Veldman & Klingenber, 2009). O CMMI detalha elementos-chave para um processo eficaz e descreve como aprimorar os processos, facilitando a transição de processos imaturos para processos maduros e disciplinados (Day & Lutteroth, 2011).

A maturidade é descrita como o estado ou período em que uma entidade atinge desenvolvimento pleno (Oxford, 2017). Os Modelos de Maturidade (MM) são valorizados por evidenciar o desenvolvimento gradual e sistemático, além da melhoria de habilidades, processos, estruturas ou condições gerais dentro de uma organização (Blondiau et al., 2016). Ao considerar implementações de melhorias, uma variedade de alterações é possível e, frequentemente, não é evidente qual seria a maneira mais eficaz de modificar um processo. Essa incerteza é uma das razões pelas quais os MM são aplicados no aprimoramento de processos. Estes modelos servem como ferramentas de planejamento essenciais na gestão de melhorias, ajudando a determinar quais ações devem ser implementadas e em que estágio do processo devem ser introduzidas (Helgesson, Höst & Weyns, 2012).

Estudos sobre o emprego de Modelos de Maturidade (MM) têm recebido atenção no âmbito acadêmico, setor público e privado, conforme destacam Santos Neto e Costa (2019). Essa tendência se deve, em parte, às diversas vantagens que esses modelos oferecem às organizações para realização de diagnóstico. Uma das principais é a natureza evolutiva dos MM, que são estruturados em uma sequência de estágios, com complexidade progressivamente maior, culminando em estágios que exemplificam a eficiência dos processos. Esses modelos são reconhecidos por fortalecer as organizações, proporcionando as condições operacionais necessárias para gerenciar mudanças organizacionais de maneira eficaz (Serna, 2012). Adicionalmente, a utilização de um MM proporciona uma metodologia simples e eficaz para as organizações avaliarem seus processos (Wendler, 2012). Eles são projetados especificamente para planejar transições rumo a estágios avançados de maturidade, facilitando a identificação de avanços potenciais para as organizações, como observado em estudos de Danese, Molinaro e Romano (2017) e Lentes et al. (2017). Além disso, após a implementação, será possível desenvolver uma proposta prescritiva com ações estratégicas para a melhoria e evolução do domínio avaliado.

Etapas para implementação do diagnóstico

A implementação de um modelo de diagnóstico para a Perícia Criminal envolve etapas estratégicas para que as avaliações subsequentes sejam eficazes e alinhadas com os objetivos da perícia oficial. A seguir, apresenta-se um plano para a implementação desse modelo:

- Implementar um modelo de maturidade para estabelecer padrões de operação e práticas consistentes dentro da Perícia Oficial de Natureza Criminal.
- O modelo facilita o alinhamento das práticas da Perícia Oficial de Natureza Criminal com as melhores práticas e padrões de gestão.
- Ao identificar deficiências e oportunidades de melhoria, o modelo de maturidade orienta o nível atual para em relação às dimensões de avaliação estratégica de recursos.

- O uso de um modelo de maturidade permitirá a comparação e a transparência das operações da Perícia Oficial de Natureza Criminal.



Figura 1: Etapas da pesquisa: Aplicação do modelo de Diagnóstico

Fase 1: Preparação e Planejamento

Avaliação dos Questionários: Validar os questionários detalhados que abordem todas as áreas por eixos de interesse conforme especificado pela Nota Técnica da Senasp/MJSP. Esta etapa tem como objetivos assegurar que os questionários capturem dados relevantes sobre as demandas e resultados esperados para a perícia oficial criminal. Logo, os questionários deverão ser submetidos a uma revisão por especialistas da perícia oficial e pesquisadores para garantir abrangência e relevância previamente antes da entrevistas. Primeiramente, o diagnóstico do projeto será realizado na cidade de Belém, servindo como uma etapa tanto para treinamento quanto para validação de metodologias que serão posteriormente aplicadas em outros estados do Brasil. Todos os pesquisadores envolvidos no projeto participarão deste encontro inicial, que terá como objetivos principais a padronização das técnicas de coleta de dados e a harmonização das abordagens de pesquisa entre os membros da equipe.

Roteiro das Entrevistas e Grupos Focais: Entrevistas em Profundidade: O pesquisador deverá apresentar ao grupo um roteiro para entrevistas que permita uma exploração detalhada dos temas de interesse que facilitarão a discussão e captarão uma variedade de perspectivas. Para a coleta da entrevista serão adotados o software MAXQDA: é um software que oferece recursos avançados para análise qualitativa e quantitativa. É adequado para diferentes tipos de pesquisa, incluindo análises de grupos focais. Dentre suas funcionalidades estão: a importação de diversos formatos de dados, ferramentas de visualização, análise de frequência, codificação automática, análise de texto em contexto e ferramentas de transcrição.

Dimensionamento: Definir a quantidade de profissionais que serão entrevistados e que participarão dos grupos focais, além de detalhar previamente o perfil desejado para cada participante antes da visita presencial.

Mobilização: Planejar como os participantes serão recrutados e mobilizados, garantindo uma representação adequada de todas as áreas relevantes. Criar um vídeo de apresentação do instrumento para facilitar a compreensão dos participantes antes da aplicação.

Fase 2: Implementação e Execução

Dia 1: Preparação: Nesta etapa será realizado uma reunião de alinhamento com toda a equipe da perícia oficial do estado visitado para revisar os objetivos, agenda e responsabilidades na instituição. Logo, será realizada uma conferência final dos materiais de apoio e documentos necessários, como guias de discussão e formulários de consentimento. Além disso, será realizada uma checagem técnica final dos equipamentos de gravação de áudio e vídeo para viabilizar as transcrições. A perícia oficial visitada deverá providenciar a preparação do espaço físico: arranjo de cadeiras, mesas, equipamentos de apresentação, data show, som, gravador de áudio.

A fim de garantir um alinhamento com o cronograma para as entrevistas presenciais, planeja-se visitar as capitais estaduais, onde espera-se ter a oportunidade de discutir pessoalmente os detalhes específicos que são cruciais para a contextualização e o sucesso do projeto em cada região. Entende-se a importância da interação face a face para estabelecer uma comunicação eficaz e construir um relacionamento sólido com todos os envolvidos.

Paralelamente, às entrevistas online serão organizadas para garantir a conveniência e a participação de todos, independentemente de localizações geográficas ou restrições de tempo. Essas sessões serão agendadas de maneira flexível e conduzidas utilizando plataformas digitais, permitindo a inclusão e o engajamento de todos os stakeholders.

Agenda Semanal : Execução do Grupo Focal: Esta fase será executada por eixos. (I. Organização administrativa (áreas meio); II. Recursos Humanos; III. Produtividade; IV Capacitação e Valorização; V Logística VI. Resíduos Sólidos, Químicos, de Serviço de Saúde; VII. Pesquisa Científica; VIII. Parcerias; IX. Publicações; X. Eventos. XI. Cadeia de Custódia. Recebimento e acolhimento dos participantes. Apresentação inicial pelo moderador, esclarecendo o propósito do grupo focal e as normas de participação. A condução das sessões de grupo focal conforme o guia apresentado na metodologia dividido por eixos:

Dia	Manhã	Tarde
Dia 1: Chegada e Preparação	Chegada dos participantes. Registro e acolhimento.	Sessão de abertura: objetivos e metodologia. Introdução ao Eixo I: Organização administrativa (áreas meio).
Dia 2: Eixos I e II	Grupo Focal sobre o Eixo I: Organização administrativa.	Introdução e Grupo Focal sobre o Eixo II: Recursos Humanos.
Dia 3: Eixos III e IV	Grupo Focal sobre o Eixo III: Produtividade.	Grupo Focal sobre o Eixo IV: Capacitação e Valorização.
Dia 4: Eixos V, VI e XI	Grupo Focal sobre o Eixo V: Logística.	Grupo Focal sobre o Eixo VI e XI: Resíduos Sólidos, Químicos, de Serviço de Saúde.
Dia 5: Eixos VII e VIII	Grupo Focal sobre o Eixo VII: Pesquisa Científica.	Grupo Focal sobre o Eixo VIII: Parcerias.
Dia 6: Eixos IX e X	Grupo Focal sobre o Eixo IX: Publicações.	Grupo Focal sobre o Eixo X: Eventos. Encerramento dos grupos focais e sessão de feedback geral.
Dia 7: Encerramento e Partida	Discussão de conclusões e estratégias futuras. Preparação do relatório preliminar.	Encerramento formal do grupo de trabalho.

Tabela 1: Cronograma de aplicação para os Eixos de pesquisa

Plano para Fase 3: Análise e Relatório

1. Organização das Informações Coletadas:

Objetivo: Organizar os dados coletados e consolidar todas as informações durante os encontros presenciais e online.

Atividades:

- Compilar dados de questionários, entrevistas em profundidade, e grupos focais.
- Organizar os dados em um formato estruturado para facilitar o acesso e a análise.

2. Elaboração do Relatório Técnico do Diagnóstico

Objetivo: Produzir um relatório técnico que incorpore todas as informações coletadas.

Atividades:

- Redigir um esboço inicial do relatório, destacando os principais achados.
- Incluir análises detalhadas e interpretações dos dados.
- Revisar e refinar o relatório com base em feedbacks internos.

3. Análise dos Dados de 2013

Objetivo: Analisar os dados do diagnóstico de 2013 para compreender as tendências e mudanças ao longo do tempo.

Atividades:

- Revisar e resumir os principais resultados do diagnóstico de 2013.
- Preparar dados para comparação com os resultados atuais.

4. Validação do Diagnóstico

Objetivo: Validar o conteúdo, design e prototipagem do novo diagnóstico.

Atividades:

- Conduzir sessões de validação com especialistas e stakeholders.
- Ajustar o diagnóstico com base nos feedbacks para finalização do produto.

5. Análise Correlacional e Comparativa

Objetivo: Comparar os dados de 2013 com os atuais para identificar padrões e mudanças significativas.

Atividades:

Realizar análises estatísticas para correlacionar e comparar os conjuntos de dados.

Sumarizar as descobertas em formatos gráficos e narrativos para fácil interpretação.

6. Apresentação da Base de Dados Estruturada

Objetivo: Apresentar a base de dados completa com respostas do questionário e um dicionário de variáveis.

Atividades:

- Desenvolver e testar dashboards dinâmicos para visualização de dados.
- Preparar documentação técnica e guias para usuários dos dashboards.

7. Apresentação de Relatório dos Grupos Focais

Objetivo: Documentar e apresentar os resultados dos grupos focais.

Atividades:

- Elaborar um relatório circunstanciado com detalhes das discussões dos grupos focais.
- Incluir citações relevantes e análises temáticas para ilustrar os pontos discutidos.

Cronograma Sugerido para fase 3:

Semanas 1-2: Organização das informações e início da elaboração do relatório técnico.

Semanas 3-4: Análise dos dados de 2013 e início das análises comparativas.

Semanas 5-6: Validação do diagnóstico e finalização das análises correlacionais.

Semanas 7-8: Desenvolvimento e teste dos dashboards dinâmicos, finalização do relatório técnico.

Eixo 1. Estrutura Organizacional: A estrutura organizacional reflete o quanto a Perícia Oficial de Natureza Criminal está adequadamente estruturada para realizar suas funções. Isto inclui clareza nas hierarquias, definição de papéis, atribuição de responsabilidades e a eficiência dos fluxos de trabalhos internos. A seguir serão apresentados as seguintes questões:

a) **Entrevista:** Áreas da perícia e especialidades desenvolvidas:

Quais são as especialidades periciais atualmente disponíveis na instituição?

Como são determinadas as necessidades de desenvolvimento de novas especialidades periciais?

Há processos de atualização e treinamento contínuo para os peritos nas suas áreas de especialização?

A1) Questionário: Avalie sua percepção sobre a diversidade e o desenvolvimento de áreas da perícia e especialidades no contexto atual. Utilize a seguinte escala:

Muito Bom - Satisfatório: Existe uma ampla gama de áreas e especialidades da perícia, todas bem desenvolvidas e altamente especializadas, cobrindo todas as necessidades possíveis.

Bom - Razoável: Cumprimento parcial - As áreas e especialidades da perícia são bem desenvolvidas e atendem às necessidades da maioria das situações.

Regular - Aceitável: Há uma variedade razoável de áreas e especialidades desenvolvidas, mas ainda há espaço significativo para expansão e aprimoramento.

Fraco - Limitado: Existem algumas áreas e especialidades, mas elas não são bem desenvolvidas ou amplamente disponíveis.

Insuficiente - Inadequado: As áreas e especialidades da perícia são extremamente limitadas e pouco desenvolvidas.

b) Interiorização e cobertura dos serviços periciais:

Como é a distribuição geográfica dos serviços periciais oferecidos pela instituição?

Existem desafios específicos enfrentados em regiões mais remotas quanto à entrega de serviços periciais?

Como a instituição garante a qualidade e a rapidez dos serviços periciais em todas as regiões cobertas?

B1) Questionário: Avalie sua percepção sobre a interiorização e a cobertura dos serviços periciais na sua região. Utilize a seguinte escala:

Muito Bom - Satisfatório: Cumprimentos dos serviços periciais são interiorizados e cobrem completamente as necessidades da região, correspondendo as melhores expectativas;

Bom - Razoável: Cumprimento parcial dos serviços periciais ou modesta cobertura na região.

Regular - Aceitável: Cumprimento superficial dos serviços periciais e estão razoavelmente distribuídos, mas ainda há espaço para melhorias.

Fraco - Limitado: Cumprimento restrito dos serviços periciais disponíveis, e não atendem adequadamente às necessidades da região.

Insuficiente - Inadequado: Não cumprimento ou cumprimento incompleto dos serviços periciais são extremamente limitados ou inexistentes na minha região.

c) Subordinação e autonomia (financeira/ administrativa):

A instituição possui autonomia financeira e administrativa? Em que medida?

Como a subordinação a outras entidades governamentais afeta as operações e a independência da perícia?

Existem procedimentos estabelecidos para garantir a integridade e a independência das análises periciais frente a possíveis interferências externas?

C1) Questionário: Avalie sua percepção sobre a subordinação e a autonomia financeira/administrativa da sua instituição. Utilize a seguinte escala:

Muito Bom - Satisfatório: A instituição possui certo grau de subordinação financeira à entidade governamental, mas possui autonomia administrativa para execução de atividades periciais.

Bom - Razoável: A instituição é totalmente subordinada financeiramente à entidade governamental, mas possui autonomia administrativa para execução de atividades periciais.

Regular - Aceitável: A instituição é totalmente subordinada financeiramente à entidade governamental e possui autonomia administrativa para execução de atividades periciais, havendo poucas interferências externas.

Fraco - Limitado: A instituição é totalmente subordinada financeiramente à entidade governamental e possui alguma autonomia administrativa para execução de atividades periciais, mas ainda com muitas interferências externas.

Insuficiente - Inadequado: A instituição é totalmente subordinada financeiramente e administrativamente à entidade governamental, comprometendo a independência de análises periciais.

d) Cooperação ou termo equivalente com outras instituições:

Quais são as instituições com as quais a perícia mantém acordos de cooperação?

Como essas parcerias influenciam a eficácia dos serviços periciais?

Existem mecanismos de feedback e avaliação da eficácia dessas cooperações?

D1) Questionário: Avalie sua percepção sobre cooperações e parcerias com outras instituições. Utilize a seguinte escala:

Muito Bom - Satisfatório: A instituição estabeleceu diversas cooperações e parcerias com outras instituições ao longo dos anos, sendo que essas colaborações permanecem ativas, com demonstração de interesse e capacidade para firmar novas colaborações.

Bom - Razoável: A instituição estabeleceu diversas cooperações e parcerias com outras instituições ao longo dos anos, sendo que a maioria dessas colaborações permanecem ativas, com ponderado interesse e capacidade para firmar novas colaborações.

Regular - Aceitável: A instituição estabeleceu algumas cooperações e parcerias com outras instituições ao longo dos anos, sendo que pelo menos metade dessas colaborações permanecem ativas, mas sem demonstração de interesse e capacidade para firmar novas colaborações.

Fraco - Limitado: A instituição estabeleceu poucas cooperações e parcerias com outras instituições ao longo dos anos, sendo que essas colaborações são raramente acionadas.

Insuficiente - Inadequado: A instituição não possui qualquer cooperação ou parceria com outra instituição.

e) Gestão da informação:

Quais sistemas são utilizados para gerenciar as informações periciais?

Os sistemas utilizados suprem as reais necessidades de armazenamento, processamento e análise de dados?

Como é garantida a segurança e a confidencialidade das informações coletadas e analisadas?

Existem processos de revisão e atualização dos sistemas de informação para adaptá-los às mudanças tecnológicas e às necessidades operacionais?

Como são gerenciadas as atualizações e manutenções de segurança dos sistemas?

Existem treinamentos para utilização dos sistemas?

f) Acesso à internet:

Todas as pessoas, setores e departamentos da Perícia Oficial de Natureza Criminal têm acesso à internet/intranet e a um endereço de e-mail?

g) Sistemas de gerenciamento das informações (registro dos procedimentos administrativos e periciais, laboratório, cadeia de custódia, produtividade, almoxarifado, logística, recursos humanos, entre outros):

Quais os sistemas de gerenciamento das informações estão sendo utilizados para registro dos procedimentos administrativos e periciais?

Quais os sistemas de gerenciamento das informações estão sendo utilizados para registro dos procedimentos nos laboratórios?

Quais os sistemas de gerenciamento das informações estão sendo utilizados para registro dos procedimentos da produtividade, almoxarifado, recursos humanos, entre outros?

Quais os sistemas de gerenciamento das informações estão sendo utilizados para registro dos procedimentos da cadeia de custódia?

h) Digitalização dos arquivos das unidades, incluindo identificação, laudos, documentos administrativos e registros em geral:

A Perícia Oficial de Natureza Criminal implantou infraestrutura de Tecnologia da Informação (internet, intranet e sítio na web) e dotou a organização com a estrutura necessária para facilitar a efetiva gestão de conhecimento?

Existem investimentos regulares para atualização dos equipamentos e softwares utilizados?

Quais tecnologias avançadas estão sendo utilizadas atualmente na coleta e análise de evidências?

O site da Polícia Criminal é responsável e otimizado para dispositivos móveis?

Quais funcionalidades interativas estão disponíveis no site (por exemplo, formulários de contato, relatórios online, chat ao vivo)?

Como os peritos são treinados para usar as tecnologias disponíveis?

A perícia criminal utiliza análise de dados ou inteligência artificial para melhorar a interpretação de evidências?

Existem plataformas ou sistemas que permitem a colaboração em tempo real?

i) Recursos Materiais e de estrutura física:

Quais são os principais recursos materiais atualmente disponíveis para a perícia oficial?

Como esses recursos são distribuídos entre as diversas áreas da perícia?

Existem dificuldades ou limitações significativas em relação aos recursos materiais disponíveis?

j) Equipamentos relevantes existentes:

Quais são os principais equipamentos utilizados em cada área da perícia?

Qual é o estado atual de funcionamento e manutenção desses equipamentos?

Como é feito o controle do histórico de manutenção e substituição dos equipamentos?

Qual é a localização específica de cada equipamento dentro das instalações da perícia?

k) Instalações e espaço físico (área):

Como são as instalações físicas atualmente utilizadas pela perícia?

O espaço físico disponível é adequado para as necessidades operacionais atuais e futuras?

Existem planos para expansão ou modernização das instalações físicas?

l) Controle e monitoramento efetivo de acesso:

Como é gerenciado o acesso às instalações da perícia oficial?

Existem sistemas de segurança em vigor para controlar o acesso de pessoal não autorizado?

Como são monitoradas e registradas as entradas e saídas nas áreas críticas?

ESCALA DE MATURIDADE: Eixo 1. Estrutura Organizacional:

1. Inicial (1 ponto): As operações são ad hoc e predominantemente reativas. A falta de procedimentos padronizados e a dependência de esforços individuais predominam. Não há uma estrutura formal ou documentação consistente das atividades. A gestão é realizada de maneira informal, sem uso de tecnologia ou métodos modernos. Inconsistências no desempenho, dificuldades em responder a novos desafios e falta de eficiência geral. Pode-se apresentar as seguintes características:

- Áreas da perícia e especialidades desenvolvidas: especialidades limitadas, sem desenvolvimento estruturado.
- Cooperações esporádicas ou inexistentes.
- Informações desorganizadas, sem sistemas de gestão.
- Acesso à internet limitado e inconsistente.
- Predominância de registros em papel.
- Instalações e equipamentos inadequados.
- Equipamentos obsoletos ou insuficientes
- Falta de controle de acesso adequado.

2. Básico (2 pontos): Reconhecimento da necessidade de processos estruturados, porém a implementação inconsistente. Algumas políticas e procedimentos começam a ser documentados. Existem tentativas de gestão baseada em processos, mas ainda sem uma aplicação uniforme ou abrangente. Falta de uniformidade e continuidade nos procedimentos. Flutuações na qualidade e eficiência ainda são comuns. Pode-se apresentar as seguintes características

- Serviços concentrados em áreas urbanas.
- Total dependência de órgãos superiores
- Acesso garantido em áreas principais.
- Sistemas rudimentares ou ausentes.
- Processo de inicial digitalização em andamento em poucos setores.
- Espaços insuficientes ou inapropriados.
- Sistemas de controle instalados, mas com limitações de funcionamentos;

3. Intermediário (3 pontos): Processos padronizados e consistentemente aplicados em toda a organização. Existem políticas e procedimentos claramente documentados, e os membros da organização são treinados para seguir essas diretrizes. A gestão, baseia-se em métodos definidos e há uma compreensão clara das funções e responsabilidades. Enquanto os processos são estabelecidos, pode haver espaço para melhoria na eficiência e inovação. Pode-se apresentar as seguintes características

- Diversas especialidades estabelecidas com treinamento regular.

- Parcerias estabelecidas, mas com espaço para melhoria.
- Sistemas de gestão implementados, mas com melhorias necessárias.
- Sistemas funcionais, mas com necessidade de integração e atualização.
- Processo de digitalização em andamento.
- Recursos adequados, mas com necessidade de renovação.
- Equipamentos adequados, mas não de última geração.
- Sistemas de controle instalados, mas com melhorias necessárias.
- Instalações adequadas, mas com espaço limitado para expansão.

4. Avançado (4 pontos): Os processos são padronizados, são monitorados e avaliados regularmente para eficácia. A organização utiliza métricas para avaliar seu desempenho e utiliza feedback para fazer ajustes. Há uma gestão proativa, com foco em prever e mitigar riscos antes que eles afetem significativamente. Apesar do controle, a adaptação a mudanças rápidas e a incorporação de inovações tecnológicas podem necessitar de esforços adicionais. Pode-se apresentar as seguintes características

- Serviços alcançam áreas mais remotas, mas com limitações.
- Alguma autonomia nas decisões locais.
- Gestão de informação parcial e segura com políticas incompletas de atualização constantes.
- Sistemas integrados, automatizados.
- Arquivos totalmente digitalizados.
- Infraestrutura limitada.

5. Excelente (5 pontos): Os processos são continuamente revisados e melhorados com base em um ciclo de feedback sistemático e inovação. A organização se destaca por sua capacidade de adaptar-se rapidamente a novas condições e tecnologias. A excelência operacional é uma prioridade, e há um compromisso contínuo com a melhoria da qualidade e eficiência. Manter a liderança e a inovação constantes frente a um ambiente competitivo e em constante mudança. Pode-se apresentar as seguintes características

- Liderança e inovação constantes em especialidades, expansão contínua.
- Cobertura ampla e eficiente, incluindo áreas remotas.
- Autonomia financeira e administrativa plena.
- Cooperações estratégicas e eficazes regularmente revisadas e expandidas.
- Acesso universal e de alta velocidade em todas as unidades.
- Sistemas integrados, automatizados e constantemente atualizados.
- Arquivos totalmente digitalizados e acessíveis digitalmente.
- Infraestrutura moderna e bem mantida.
- Equipamentos de ponta e regularmente atualizados.
- Espaços amplos, adequados e com potencial para expansão.
- Controle de acesso rigoroso e monitoramento 24/7.

Eixo II - RECURSOS HUMANOS: O papel do Recursos Humanos é fundamental para a pericia oficial de natureza criminal. O Eixo II deste relatório evidencia a análise detalhada da composição e distribuição dos profissionais nas unidades periciais, abordando diversos critérios que são essenciais para entender a estrutura e a eficiência operacional do setor. Esses critérios incluem o quantitativo de profissionais por cargo e unidade, a distribuição de profissionais disponibilizados a outros órgãos ou à perícia, bem como uma análise demográfica detalhada que contempla gênero, faixa etária, e área de formação. Além disso, abordaremos a natureza das atividades realizadas, o nível educacional, o tempo de serviço, as políticas de capacitação, e a estruturação do plano de carreira, incluindo a análise de vagas previstas, ocupadas e ociosas. Essa avaliação aprofundada permite não apenas um entendimento completo do perfil atual dos profissionais, mas também facilita a identificação de áreas que necessitam de atenção estratégica para o desenvolvimento e a retenção de talentos dentro da organização. A seguir serão apresentados as seguintes questões:

a) Quantitativo de Profissionais por Cargo nas Unidades

Quantos profissionais estão alocados em cada cargo dentro das unidades?

b) Quantidade de Profissionais à Disposição de Outros Órgãos e Disponibilizados à Perícia

Quantos profissionais estão atualmente disponibilizados para outros órgãos?

Quantos profissionais estão alocados exclusivamente à perícia?

c) Quantidade de Profissionais por Sexo/Gênero

Qual é a distribuição de profissionais por sexo/gênero dentro da organização?

d) Quantidade de Profissionais por Faixa Etária

Como os profissionais estão distribuídos em termos de faixa etária?

e) Quantidade de Profissionais por Área Pericial

Quantos profissionais trabalham em cada área pericial específica?

f) Natureza das Atividades (Administrativo, Técnico)

Quantos profissionais estão envolvidos em atividades administrativas em comparação com atividades técnicas?

g) Nível Educacional

Qual é o nível educacional predominante entre os profissionais da perícia criminal?

h) Tempo de Serviço

Qual é a distribuição do tempo de serviço dos profissionais dentro da organização?

i) Política de Capacitação de Novos Profissionais

Como a organização capacita novos profissionais?

Existem programas de treinamento obrigatórios ou contínuos?

j) Plano de Carreira, incluindo Número de Vagas Previstas, Ocupadas e Ocioas

Como está estruturado o plano de carreira?

Quantas vagas estão previstas, ocupadas e atualmente ociosas?

k) Área de Formação

Quais são as principais áreas de formação dos profissionais dentro da organização?

l) Atuação dos Peritos

Como os peritos atuam dentro da organização?

Existem diferenças significativas na atuação dependendo da área ou da unidade?

m) Remuneração

Como é estruturada a remuneração dos profissionais?

Existem diferenças significativas por cargo ou área de atuação?

n) Funcionamento das Unidades

Como as unidades operacionais funcionam em termos de eficiência e adequação às necessidades da perícia criminal?

o) Regime de Trabalho por Área (Expediente, Plantão)

Como os regimes de trabalho são distribuídos por área?

Quais áreas operam em regime de plantão e quais em expediente regular?

p) Regime de Atendimento Externo e Interno

Como é organizado o atendimento externo e interno?

Existem diferenças nos processos ou na qualidade do atendimento?

q) Processos de Trabalho, incluindo Cadeia de Custódia, Padronização de Procedimentos Operacionais, Avaliação de Laudos

Como são gerenciados os processos de trabalho?

Existem padrões e procedimentos operacionais claramente definidos e seguidos?

Como é a qualidade e a avaliação dos laudos emitidos?

1. Inicial (1 ponto): No nível inicial, as práticas de RH são ad hoc e predominantemente reativas. Não há sistemas formais para gerenciamento de RH, e as decisões são tomadas com base em necessidades imediatas ou preferências individuais, sem um planejamento ou política clara. Consistência e equidade nas decisões de RH são mínimas, o que pode levar a insatisfação e desmotivação dos funcionários. A falta de dados dificulta o planejamento eficaz e a resposta a necessidades de capacitação e desenvolvimento. Contratações e promoções são realizadas sem critérios claros e documentados; não existe um plano estruturado para treinamento e desenvolvimento de pessoal.

2. Básico (2 pontos): Neste nível, há necessidade de ampliar as estrutura em RH. Início da documentação de políticas e procedimentos, embora ainda de forma inconsistente. Começam a ser coletados alguns dados sobre o pessoal, mas ainda sem uma análise sistemática.

Desafios: Manter o compromisso com a melhoria contínua e garantir a implementação de políticas de forma consistente em todas as unidades. Ainda há uma grande dependência de processos manuais. Introdução de

descrições básicas de cargos e requisitos mínimos para recrutamento. Início da realização de treinamentos mais formais, embora ainda não totalmente alinhados às necessidades organizacionais.

3. Intermediário (3 pontos): Neste nível as políticas e procedimentos de RH são formalizados e aplicados consistentemente. Existem sistemas básicos para coleta e análise de dados, facilitando um entendimento mais claro das necessidades de pessoal e da eficácia das políticas de RH. Evoluir de sistemas de gestão de RH básicos para processos mais integrados e estratégicos. Começar a usar dados para planejamento estratégico e tomada de decisões baseada em evidências. Implementação de avaliações de desempenho regulares; políticas de promoção e desenvolvimento profissional são aplicadas de maneira mais estruturada.

4. Avançado (4 pontos): Neste nível os processos de RH são estabelecidos, monitorados e avaliados quanto à sua eficácia. Uso de métricas de desempenho para gerenciar e melhorar as práticas de RH. Decisões de RH são baseadas em dados, com maior alinhamento estratégico. Desafios: Integrar completamente as práticas de RH com as estratégias organizacionais. Manter a adaptabilidade das políticas de RH para responder a mudanças externas e internas. Sistemas avançados de gestão de talentos; programas de liderança e desenvolvimento são bem estabelecidos e regularmente atualizados.

5. Excelente (5 pontos): Neste nível as práticas de RH são continuamente revisadas e aprimoradas, incorporando inovações e melhores práticas. RH é visto como um parceiro estratégico vital na organização, contribuindoativamente para seus objetivos e sucesso geral. Manter a liderança e inovação em um ambiente competitivo e em constante mudança. Garantir que as práticas de RH continuem a apoiar e promover a cultura organizacional desejada. Excelente alinhamento das práticas de RH com as necessidades e estratégias organizacionais; uso de tecnologias de ponta para gestão e desenvolvimento de recursos humanos; forte foco em cultura, engajamento e satisfação dos funcionários.

Eixo III. Produtividade: A produtividade da Polícia Criminal é um aspecto para avaliar a eficiência e eficácia de operações na investigação de crimes e no fornecimento de serviços periciais essenciais. Essa produtividade será medida por vários indicadores chave, como o número de laudos periciais emitidos, o tempo médio para a liberação desses documentos, a quantidade de atendimentos periciais realizados, e o volume de análises laboratoriais completadas. A seguir serão apresentados as seguintes questões:

a) Métricas de Produção em 2023

Quantos laudos periciais foram emitidos este ano, divididos por tipo?

Qual foi a quantidade total de atendimentos periciais realizados em 2023?

Quantas análises laboratoriais foram completadas ao longo do ano?

Existem outras métricas de produção que a organização considera críticas? Se sim, quais são e quais foram os resultados?

b) Demandas Recebidas e Atendidas por Área em 2023

Quantas demandas foram recebidas por cada área de atuação dentro da organização?

Dessas demandas, quantas foram completamente atendidas?

Existe alguma área que superou as expectativas em termos de atendimento das demandas? Qual?

Houve áreas com desempenho abaixo do esperado? Quais foram e por quê?

c) Demanda Não Atendida por Área em 2023

Quantas e quais são as demandas que não foram atendidas em cada área?

Quais são as principais razões para o não atendimento dessas demandas?

Como a organização planeja endereçar essas demandas não atendidas?

d) Laudos Periciais Pendentes em 2023 e Anos Anteriores

Quantos laudos periciais estão atualmente pendentes, e como eles são distribuídos pelos anos (incluindo 2023 e anteriores)?

Quais são os principais fatores que contribuem para a pendência desses laudos?

Quais estratégias estão sendo implementadas para resolver o acúmulo de laudos pendentes?

e) Tempo Médio de Liberação do Laudo Pericial ou Termo Equivalente

Qual foi o tempo médio de liberação dos laudos periciais em 2023?

Houve melhoria na rapidez de liberação dos laudos em comparação com anos anteriores?

Se existem atrasos, quais são as principais causas e como podem ser mitigadas?

1. Inicial (1 ponto): Neste nível não há coleta sistemática ou análise de métricas de produção. As demandas são frequentemente não registradas ou mal gerenciadas, levando a altos índices de demanda não atendida e acumulação de laudos pendentes. Não há prazos estabelecidos ou acompanhamento do tempo de liberação dos laudos. Desafios: Ineficiência operacional, falta de capacidade de resposta e insatisfação dos solicitantes.

2. Básico (2 pontos): Neste nível existe documentação de métricas básicas e reconhecimento das demandas recebidas e atendidas. Tentativas iniciais de reduzir o número de laudos pendentes são feitas, embora sem um sistema estruturado. O tempo de liberação dos laudos começa a ser monitorado, mas sem metas claras e consistentes. Desafios: Processos ainda são reativos e não proativos, com falta de planejamento para antecipar ou gerenciar demandas futuras.

3. Intermediário (3 pontos): Neste nível existem processos definidos para registrar e analisar todas as demandas, com métricas de produção sendo usadas para avaliação regular. A demanda não atendida é identificada e analisada para entender as causas subjacentes. A gestão de laudos pendentes é mais eficaz, com esforços para reduzir o backlog. O tempo de liberação do laudo é monitorado, e esforços são feitos para manter a consistência. Desafios: Necessidade de melhorar a eficiência dos processos para atender um volume maior de demandas sem aumentar os recursos proporcionalmente.

4. Avançado (4 pontos): Neste nível os processos de produção são definidos, efetivamente gerenciados com o auxílio de sistemas avançados. A demanda não atendida é minimizada através de melhor planejamento e alocação de recursos. A produtividade é alta com a maioria dos laudos sendo liberados dentro dos prazos estabelecidos, que são consistentemente monitorados e frequentemente avaliados para melhorias. Desafios: Manter e melhorar os níveis de produtividade frente a mudanças nas demandas e na complexidade dos casos.

5. Excelente (5 pontos): Neste nível existe a excelência em produtividade com uso de tecnologia de ponta e práticas inovadoras que garantem a otimização constante dos processos. Praticamente não há demanda não atendida, e os laudos pendentes são quase inexistentes. O tempo de liberação dos laudos é otimizado e se encontra no estado da arte, com a Organização frequentemente revisando e ajustando seus processos para responder a mudanças dinâmicas no ambiente operacional. Desafios: Continuar inovando e melhorando em um ambiente já otimizado e manter a liderança em práticas de produtividade.

Eixo IV - Capacitação e Valorização: Avaliar a maturidade da capacitação e valorização dentro da polícia oficial criminal do Brasil requer uma análise profunda de como o desenvolvimento profissional e a valorização dos colaboradores são integrados à cultura organizacional. Uma organização com maturidade elevada, neste aspecto, demonstra um compromisso contínuo com a formação e o aprimoramento de seus funcionários, oferecendo regularmente programas de treinamento, atualizações de qualificações e oportunidades de aprendizado contínuo que são alinhados com as metas estratégicas do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Além disso, a valorização dos colaboradores é evidente através de sistemas de reconhecimento eficazes, políticas de promoção justas e iniciativas que fomentam um ambiente de trabalho inclusivo e motivador. Uma maturidade elevada nesse aspecto é indicativa da Perícia Oficial de Natureza Criminal que valoriza seu capital humano e investe ativamente em desenvolvimento contínuo. A seguir serão apresentados as seguintes questões:

Os programas de capacitação existentes ampliam o conhecimento, as habilidades e as capacidades do perito criminal federal, servem de apoio para o alcance dos objetivos da Perícia Oficial de Natureza Criminal e contribuem para o alto desempenho?

A Perícia Oficial de Natureza Criminal dissemina de maneira sistemática informações sobre os benefícios, as políticas, as estratégias, os modelos, os planos e as ferramentas de gestão de conhecimento para novos peritos criminais federais?

A Perícia Oficial de Natureza Criminal tem processos formais de mentoring, coaching e tutoria?

A Perícia Oficial de Natureza Criminal conta com banco de competências dos seus servidores?

A colaboração e o compartilhamento do conhecimento são ativamente reconhecidos e recompensados?

A Perícia Oficial de Natureza Criminal contempla a formação de pequenas equipes/grupos (exemplos: grupos de trabalho, comissões, círculos de qualidade, equipes de melhoria de processos de trabalho, equipes interfuncionais, equipes interdepartamentais) e a estrutura por processos para enfrentar as preocupações e os problemas no local de trabalho?

Escala de Avaliação de Maturidade para Capacitação e Valorização:

1. Inicial (1 ponto):

- Capacitação: Pouco ou nenhum investimento em treinamento e desenvolvimento profissional.
- Valorização: Ausência de sistemas de reconhecimento ou recompensa. Baixo moral e satisfação dos funcionários.

2. Básico (2 pontos):

- Capacitação: Treinamentos esporádicos, geralmente focados apenas em novos ingressos; desenvolvimento limitado para cargos existentes.
- Valorização: Reconhecimento e recompensas são raros e não sistemáticos; esforços de valorização são inconsistentes e não estruturados.

3. Intermediário (3 pontos):

- Capacitação: Programas de treinamento regulares disponíveis para novos funcionários e algumas oportunidades para desenvolvimento contínuo de pessoal existente.
- Valorização: Existem práticas de reconhecimento, mas ainda não são bem integradas à cultura da organização; começam a surgir políticas para melhorar a satisfação dos funcionários.

4. Avançado (4 pontos):

- Capacitação: Sólidos programas de treinamento e desenvolvimento profissional para todos os níveis hierárquicos, com atualizações periódicas e alinhamento estratégico.
- Valorização: Sistemas de reconhecimento bem estabelecidos que são regularmente utilizados para promover e recompensar o desempenho; políticas de valorização que contribuem para a retenção de talentos.

5. Excelente (5 pontos):

- Capacitação: Abordagem proativa para treinamento e desenvolvimento, incluindo iniciativas de liderança, gestão de carreiras e educação continuada. Forte ênfase na capacitação como um pilar estratégico.
- Valorização: Cultura organizacional fortemente ancorada no reconhecimento e na valorização dos funcionários; sistemas de recompensa e reconhecimento são inovadores e integralmente alinhados com os objetivos organizacionais.

Eixo V - Logística: Para avaliar a maturidade da área logística na Polícia de Natureza Criminal, especialmente em aspectos como transporte de materiais, manutenção e gestão de frota, e controle e gestão de almoxarifado, é essencial estabelecer questões específicas que abordem cada um desses elementos. Para aplicar a escala de maturidade na avaliação da logística da Polícia de Natureza Criminal, é essencial seguir um processo sistemático e organizado. Cada área de logística deve ser avaliada separadamente, utilizando as questões específicas desenvolvidas para cada segmento. É importante que os avaliadores registrem evidências que suportem cada pontuação atribuída, como relatórios de incidentes, registros de manutenção, políticas de gestão de inventário.

a) Transporte de Materiais (incluindo biológicos): a seguir serão apresentados as seguintes questões:

Como são definidos os procedimentos para o transporte seguro e eficiente de materiais, incluindo materiais biológicos?

Existem protocolos específicos para a manipulação, armazenamento temporário e transporte de materiais sensíveis?

Como a organização assegura a conformidade com regulamentações locais e nacionais para o transporte de materiais perigosos ou delicados?

Quão frequentemente os procedimentos de transporte são revisados e atualizados?

Escala de Maturidade para Transporte de Materiais (incluindo biológicos)

1. Inicial (1 ponto):

- Procedimentos de Transporte: Procedimentos não formalizados ou inconsistentes, com práticas ad hoc.
- Protocolos de Manipulação e Armazenamento: Ausência de protocolos específicos; manipulação e armazenamento são realizados sem diretrizes claras.
- Conformidade Regulatória: Conhecimento e aplicação mínimos das regulamentações locais e nacionais; alto risco de não conformidade.
- Revisão de Procedimentos: Procedimentos raramente ou nunca são revisados e atualizados.

2. Básico (2 pontos):

- Procedimentos de Transporte: Procedimentos básicos em lugar, mas não totalmente adequados ou seguros para todos os tipos de materiais.

- Protocolos de Manipulação e Armazenamento: Protocolos básicos existem, mas não cobrem todas as situações ou tipos de materiais.
- Conformidade Regulatória: Alguma conformidade com regulamentações, mas com falhas na cobertura ou entendimento completo.
- Revisão de Procedimentos: Revisões esporádicas, sem regularidade ou profundidade suficientes.

3. Intermediário (3 pontos):

- Procedimentos de Transporte: Procedimentos bem definidos que são seguidos na maioria das vezes; pequenas falhas ainda podem ocorrer.
- Protocolos de Manipulação e Armazenamento: Protocolos cobrem a maioria das necessidades, com espaço para melhorias.
- Conformidade Regulatória: Conformidade geral com regulamentações locais e nacionais, mas ocasionalmente sujeita a erros.
- Revisão de Procedimentos: Revisões regulares planejadas, mas nem sempre profundamente implementadas.

4. Avançado (4 pontos):

- Procedimentos de Transporte: Procedimentos de transporte robustos e seguros, amplamente seguidos e eficazes para todos os tipos de materiais.
- Protocolos de Manipulação e Armazenamento: Protocolos específicos e detalhados em uso, com poucas exceções não cobertas.
- Conformidade Regulatória: Forte conformidade com todas as regulamentações relevantes, com raras exceções.
- Revisão de Procedimentos: Revisões sistemáticas e efetivas implementadas regularmente.

5. Excelente (5 pontos):

- Procedimentos de Transporte: Procedimentos exemplares e inovadores, servindo como referência para melhores práticas no setor.
- Protocolos de Manipulação e Armazenamento: Protocolos abrangentes e meticulosamente seguidos, garantindo segurança e eficácia máximas.
- Conformidade Regulatória: Excelente gestão de conformidade, incluindo proatividade em antecipar mudanças regulatórias.
- Revisão de Procedimentos: Revisões contínuas e adaptativas que garantem a atualização e relevância constante dos procedimentos.

b) Manutenção e Gestão de Frota: a seguir serão apresentados as seguintes questões:

Como é estruturado o programa de manutenção preventiva para a frota de veículos?

Existem sistemas em vigor para monitorar o estado e a utilização dos veículos?

Quais critérios são usados para decidir a renovação ou aposentadoria de veículos?

Como a eficiência da gestão de frota é avaliada? Existem indicadores de desempenho?

Escala de Maturidade para Manutenção e Gestão de Frota

1. Inicial (1 ponto):

- Manutenção Preventiva: Ausência de um programa formal de manutenção preventiva; as manutenções são reativas e não planejadas.
- Monitoramento de Veículos: Não existem sistemas para monitorar o estado ou a utilização dos veículos.
- Renovação de Veículos: Não há critérios definidos; as decisões são tomadas ad hoc.
- Avaliação da Gestão: Não existem indicadores de desempenho; a gestão da frota não é medida ou avaliada regularmente.

2. Básico (2 pontos):

- Manutenção Preventiva: Programa de manutenção preventiva inconsistente ou parcialmente implementado.
- Monitoramento de Veículos: Monitoramento esporádico do estado dos veículos, com pouca utilização de dados para gestão.
- Renovação de Veículos: Critérios básicos e não sistemáticos para renovação ou aposentadoria de veículos.
- Avaliação da Gestão: Indicadores de desempenho básicos existem mas não são utilizados de forma efetiva.

3. Intermediário (3 pontos):

- Manutenção Preventiva: Programa de manutenção preventiva bem definido, mas com espaço para melhorias na cobertura ou na frequência.

- Monitoramento de Veículos: Sistemas de monitoramento em vigor que cobrem parte da frota; dados são parcialmente utilizados para gestão.
- Renovação de Veículos: Existem critérios claros, mas a aplicação não é totalmente consistente.
- Avaliação da Gestão: Indicadores de desempenho são regularmente revisados, mas nem sempre influenciam as decisões operacionais.

4. Avançado (4 pontos):

- Manutenção Preventiva: Programa de manutenção preventiva totalmente implementado, abrangendo toda a frota com eficiência.
- Monitoramento de Veículos: Sistemas de monitoramento abrangentes e integrados que fornecem dados em tempo real, usados ativamente na gestão da frota.
- Renovação de Veículos: Critérios bem definidos e sistematicamente aplicados para renovação e aposentadoria.
- Avaliação da Gestão: Indicadores de desempenho robustos e alinhados com os objetivos estratégicos, influenciando decisões e políticas.

5. Excelente (5 pontos):

- Manutenção Preventiva: Programa de manutenção preventiva exemplar que é referência no setor, com processos contínuos de melhoria.
- Monitoramento de Veículos: Monitoramento completo e eficiente com integração de sistemas avançados, proporcionando otimização constante da utilização da frota.
- Renovação de Veículos: Processo de renovação baseado em análise de dados abrangente, garantindo a máxima eficiência operacional e financeira.
- Avaliação da Gestão: Indicadores de desempenho são sofisticados e integralmente utilizados para aprimorar continuamente a gestão da frota.

c) Controle e Gestão de Almoxarifado

Quais sistemas são utilizados para controlar o inventário no almoxarifado?

Como são tratadas as questões de excesso ou falta de estoque?

Existem procedimentos claros para a recepção, armazenamento e distribuição de materiais?

Como a organização garante a segurança e a integridade dos itens armazenados no almoxarifado?

Existem auditorias regulares do almoxarifado? Como são realizadas?

Escala de Maturidade para Controle e Gestão de Almoxarifado

1. Inicial (1 ponto)

- Sistemas de inventário são manuais ou pouco desenvolvidos, sujeitos a erros frequentes.
- Falta de procedimentos efetivos para gerenciar excessos ou faltas de estoque.
- Procedimentos de recepção, armazenamento e distribuição são inconsistentes e não documentados.
- Segurança e integridade dos itens armazenados são ocasionalmente comprometidas; medidas preventivas são inadequadas.
- Auditorias de almoxarifado são raras ou não sistemáticas, sem correções efetivas implementadas.

2. Básico (2 pontos)

- Utilização de sistemas de inventário simples, mas digitalizados, com alguma propensão a erros.
- Procedimentos básicos para lidar com excessos ou faltas de estoque, embora nem sempre eficazes.
- Procedimentos de recepção, armazenamento e distribuição existem, mas não são totalmente claros ou seguidos por todos.
- Algumas medidas de segurança estão em vigor, mas não cobrem todos os riscos potenciais.
- Auditorias ocorrem, mas não são frequentes ou profundas o suficiente para gerar mudanças significativas.

3. Intermediário (3 pontos)

- Sistemas de gestão de inventário são digitalizados e integrados com outras áreas, mas com espaço para melhorias.
- Existem procedimentos padronizados para gerenciar estoque, com eficácia moderada.
- Procedimentos de recepção, armazenamento e distribuição são claros e seguidos pela maioria.
- Boas práticas de segurança são aplicadas regularmente, com algumas exceções.
- Auditorias são realizadas regularmente, com alguns ajustes sendo implementados como resultado.

4. Avançado (4 pontos)

- Sistemas de inventário são robustos e bem integrados, com rastreamento eficiente de estoques.

- Procedimentos eficazes e proativos para gerenciamento de estoque estão bem estabelecidos e são rigorosamente seguidos.
- Procedimentos de recepção, armazenamento e distribuição são eficientes, bem documentados e totalmente adotados.
- Segurança e integridade dos itens são garantidas através de medidas de segurança rigorosas e constantemente atualizadas.
- Auditorias regulares e detalhadas são uma prática comum, levando a melhorias contínuas.

5. Excelente (5 pontos)

- Sistemas de inventário, totalmente automatizados e com flexibilidade em relatórios.
- Gestão de estoque é otimizada com técnicas avançadas, como JIT (Just-In-Time) e previsões baseadas em dados.
- Procedimentos padronizados de recepção, armazenamento e distribuição são exemplares e servem como referência.
- Segurança e integridade são asseguradas por tecnologias de ponta e procedimentos que excedem as normas de segurança.
- Auditorias são estratégicas e integradas, com feedback que é prontamente implementado para refinamento contínuo dos processos.

Eixo VI. Resíduos Sólidos, Químicos, de Serviço de Saúde:

a seguir serão apresentados as seguintes questões:

a) Gerenciamento de Resíduos: geração, classificação, segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, destinação até a disposição final ambientalmente adequada.

Existe algum manual ou protocolo experimental (ex. *POP*) relacionado ao gerenciamento de resíduos: geração, classificação, segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, destinação até a disposição final ambientalmente adequada?

A instituição realizou alguma capacitação em gerenciamento de resíduos: geração, classificação, segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, destinação até a disposição final ambientalmente adequada ao longo do ano?

A instituição tem algum profissional qualificado em nível de pós-graduação em gerenciamento de resíduos: geração, classificação, segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, destinação até a disposição final ambientalmente adequada?

A instituição realizou algum gerenciamento de resíduos: geração, classificação, segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, destinação até a disposição final ambientalmente adequada ao longo do ano?

Com que frequência a sua instituição é requisitada para reconhecer resíduos sólidos, químicos, de serviço de saúde?

Com qual frequência sua instituição fornece os materiais e equipamentos necessários para o gerenciamento de resíduos: geração, classificação, segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, destinação até a disposição final ambientalmente adequada?

Escala de Maturidade para Resíduos Sólidos, Químicos, de Serviço de Saúde

1. Inicial (1 ponto):

- Reconhecimento básico da necessidade de gestão de resíduos.
- Ausência de políticas formais ou procedimentos estruturados para a gestão de resíduos.
- Desconhecimento ou negligência quanto às regulamentações aplicáveis.

2. Básico (2 pontos):

- Existência de políticas básicas para a gestão de resíduos.
- Treinamento ocasional dos colaboradores sobre práticas de descarte.
- Cumprimento mínimo das normas legais.

3. Intermediário (3 pontos):

- Implementação de procedimentos padronizados para coleta, separação e tratamento de resíduos.
- Realização de auditorias internas para monitoramento da gestão de resíduos.
- Melhorias contínuas baseadas em feedback interno e externo.

4. Avançado (4 pontos):

- Gestão integrada de resíduos com práticas sustentáveis e inovações tecnológicas.
- Treinamentos regulares e avançados para todos os envolvidos na gestão de resíduos.
- Parcerias estabelecidas com outras instituições para otimização de processos.

5. Excelente (5 pontos):

- Liderança no setor em práticas de gestão de resíduos, servindo de modelo para outras organizações.
- Adoção de tecnologias de ponta e métodos de redução, reutilização e reciclagem de resíduos.
- Impacto ambiental mínimo, com altos índices de recuperação e valorização de resíduos.

Eixo VII. Pesquisa Científica: Este eixo visa analisar as pesquisas científicas e troca de conhecimento técnico, recursos e tecnologias inovadoras criando um ambiente propício para o desenvolvimento de métodos forenses mais eficazes e precisos.

A polícia oficial de natureza criminal possui parcerias formais com instituições acadêmicas ou de pesquisa para o desenvolvimento de estudos para desenvolvimentos em áreas prioritárias das instituições?

Como são escolhidas as instituições parceiras para colaboração em pesquisas?

Quais são os principais temas e áreas de foco das pesquisas realizadas em parceria com outras instituições?

Eixo VIII. Parcerias: Este eixo visa analisar o estabelecimento e fortalecimento de colaborações estratégicas entre instituições acadêmicas, órgãos governamentais e entidades privadas com o objetivo de aprimorar as capacidades investigativas e operacionais da perícia criminal.

Quais recursos (financeiros, humanos, tecnológicos) são compartilhados entre a polícia e as instituições parceiras durante a realização das pesquisas?

Como é feita a divisão de responsabilidades e recursos nas parcerias de pesquisa?

Como a colaboração entre a polícia e as instituições parceiras é gerenciada e avaliada?

Quais são as instituições parceiras na realização de pesquisas científicas?

Existem barreiras ou desafios que impactam a colaboração efetiva em pesquisas? Como são superados?

Como as descobertas das pesquisas colaborativas são integradas às práticas e estratégias da perícia oficial?

Existem exemplos específicos ou relato técnico de como a pesquisa ajudou a resolver problemas complexos na área da perícia?

Como é determinada a autoria nas publicações resultantes das pesquisas colaborativas?

Eixo IX. Publicações: é dedicado a avaliar o desenvolvimento, promoção e disseminação de material acadêmico e científico gerado no âmbito de projetos de pesquisa e iniciativas educacionais. Este eixo enfoca a importância de compartilhar conhecimento através de diversas formas de publicações, incluindo livros, artigos em periódicos especializados, boletins informativos, e outras mídias impressas e digitais.

Quais tipos de publicações resultaram das pesquisas realizadas em cooperação (artigos em revistas científicas, livros, capítulos de livros, relatórios técnicos, etc.)?

Em quais plataformas ou meios são publicados os resultados das pesquisas?

Os resultados das pesquisas são acessíveis ao público geral ou restritos a círculos acadêmicos ou profissionais?

Qual é o impacto das publicações no campo acadêmico e na prática policial (citações, implementação de políticas, mudanças operacionais)?

Com que frequência os resultados das pesquisas são publicados?

Quais são os principais desafios enfrentados na publicação dos resultados das pesquisas?

Existem restrições legais ou éticas que impactam a publicação dos resultados das pesquisas?

Eixo X. Eventos: é dedicado a avaliar o desenvolvimento, promoção e disseminação de material acadêmico e científico gerado no âmbito de projetos de pesquisa e iniciativas educacionais.

Existe alguma periodicidade ou eventos específicos (conferências, seminários) onde os resultados das pesquisas são apresentados?

Escala de Maturidade para Pesquisa Científica, Parcerias, Publicações e Eventos

1. Inicial (1 ponto): Atividades de pesquisa e cooperação são esporádicas e não estruturadas. Publicações e participações em eventos são raras e realizadas de forma independente pelas entidades sem coordenação.

- Pouca ou nenhuma publicação resultante de cooperações.
- Eventos de divulgação de pesquisa praticamente inexistentes.
- Cooperação ad-hoc, sem processos ou acordos formais.
- Participação muito limitada ou inexistente em eventos científicos ou acadêmicos.
- Falta de representação e visibilidade em fóruns de pesquisa.
- Publicações raras ou ocasionalmente realizadas de maneira individual, sem coordenação com parceiros de pesquisa.
- Publicações, geralmente, de baixo impacto ou internas.
- Cooperações ad hoc, sem formalização ou estrutura.
- Parcerias esporádicas, sem objetivos claros ou compromissos de longo prazo.

2. Básico (2 pontos): Existem alguns projetos de pesquisa em cooperação, mas ainda faltam consistência e estrutura. As publicações ocorrem com alguma regularidade, e a participação em eventos começa a ser mais frequente.

- Publicações e apresentações em eventos locais ou de menor impacto.
- Existência de alguns acordos formais de cooperação.
- Primeiros passos na definição de objetivos comuns de pesquisa.
- Começo da participação em eventos locais ou especializados, mas ainda de forma irregular.
- Publicações com pouca visibilidade e impacto.
- Aumento na quantidade de publicações, ainda com variabilidade na qualidade.
- Publicações colaborativas começam a aparecer, mas não são frequentes.
- Existência de alguns acordos formais, mas ainda limitados a projetos específicos.
- Início de esforços para alinhar objetivos e recursos.

3. Intermediário (3 pontos): Cooperações são realizadas de forma estruturada, com projetos bem definidos. As publicações são frequentes e a participação em eventos é regular, com início de reconhecimento na comunidade.

- Publicações revisadas por pares e apresentações regulares em eventos nacionais.
- Existência de processos/termo de cooperação e autoria compartilhada nas publicações.
- Projetos de pesquisa alinhados com as estratégias institucionais.
- Participação regular em eventos nacionais, com apresentações de trabalhos em parceria.
- Início de reconhecimento na comunidade acadêmica e profissional.
- Publicações periódicas em revistas ou conferências de médio impacto.
- Processos de revisão por pares estabelecidos para garantir qualidade.
- Estruturas de cooperação mais formais e estabelecidas, com definição clara de papéis, responsabilidades e processos.
- Projetos alinhados estrategicamente com as missões das instituições envolvidas.

4. Avançado (4 pontos): Cooperação e publicações são gerenciadas de forma eficaz, com qualidade e impacto crescentes. Participação ativa e reconhecida em eventos nacionais e internacionais.

- Publicações de alto impacto e contribuições significativas para o campo.
- Participação ativa em redes de pesquisa e eventos internacionais.
- Participação ativa e reconhecida em eventos nacionais e internacionais.
- Organização de workshops e seminários em colaboração com parceiros.

- Consistência na publicação de trabalhos de alta qualidade, com boa aceitação e reconhecimento na comunidade.
- Publicações frequentemente citadas e usadas como referência.
- Cooperações contínuas, com avaliações regulares de desempenho e adaptações estratégicas.
- Intercâmbio de recursos e conhecimentos de maneira eficiente e sustentável.

5. Excelente (5 pontos): Liderança na área de pesquisa, com inovações e práticas exemplares.

- Publicações líderes na área e influentes na prática e política pública.
- Cooperações integradas e multidisciplinares com excelência e inovação contínua.
- Organização e liderança em eventos de grande escala e renome internacional.
- Liderança e influência em eventos internacionais, contribuindo significativamente para a definição de agendas de pesquisa e práticas no campo.
- Publicações líderes e inovadoras, reconhecidas internacionalmente e com impacto significativo na prática e na política.
- Excelência acadêmica e prática combinadas.
- Parcerias de pesquisa exemplares, com múltiplas instituições e disciplinas envolvidas, promovendo inovação contínua e melhorias significativas nas práticas e políticas.

XI. Cadeia de Custódia

a. Procedimentos de Isolamento e Preservação

- Quais os sistemas digitais de gerenciamento das informações que estão sendo utilizados para registro dos procedimentos da cadeia de custódia?
- Quais tecnologias estão sendo utilizadas atualmente para garantir a guarda e integridade da cadeia de custódia de provas digitais?
- Quais documentos escritos são utilizados para subsidiar no isolamento da cena do crime ou do sinistro (Manual, Cartilha, Protocolo Experimental (*ex. POP*), entre outros)?
- Existem treinamentos periódicos para avaliar e melhorar a qualidade dos procedimentos de isolamento e preservação da cena do crime ou do sinistro?
- A instituição realiza anualmente o curso de capacitação dos peritos para garantir a guarda e integridade da cadeia de custódia?
- A instituição pode realizar o controle de saída e entrada de pessoas no isolamento da cena do crime ou do sinistro?
- A instituição monitora e registra as alterações realizadas do local isolado da cena do crime ou do sinistro?
- A instituição fornece os materiais e equipamentos necessários para procedimentos de isolamento e preservação? Quais?

b. Sistema Digital de Gestão de Vestígios

- A instituição tem sistema digital de cadastro e acompanhamento da gestão de vestígio ou cadeia de custódia? Consegue inserir arquivos em pdf, word, excel, JPEG e entre outros?
- O sistema digital da instituição é interligado da unidade central com as subunidades da instituição?
- O sistema digital da instituição permite cadastrar a data, horário, localização, informação do isolamento e da preservação do local, e anexar as fotografias dos vestígios?
- O sistema digital tem algum módulo de busca na "biblioteca digital de vestígios" de vestígios do local de crime ou do sinistro?
- Existe algum módulo do sistema digital para inserção dos dados na forma texto de interesse para a produção do laudo?
- O sistema digital da instituição possui um módulo de consulta do protocolo experimental (*ex. POP*) ou Manual da Cadeia de Custódia?
- O sistema digital da instituição possui os modelos de coleta, de isolamento, de acondicionamento, de transporte, de recebimento, de processamento e de armazenamento e descartes dos vestígios para inserir as informações?
- A instituição realiza curso de capacitação do sistema digital de gestão de vestígios?

- A instituição fornece os materiais e equipamentos necessários para o sistema digital de gestão de vestígios? Quais?

- c. Procedimentos Relacionados aos Vestígios Documentoscópicos
 - Existe algum manual ou protocolo experimental (*ex. POP*) relacionado ao reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios documentoscópicos?
 - Quantos reconhecimentos de vestígios documentoscópicos foram realizados ao longo do ano?
 - A instituição realizou alguma capacitação em reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios documentoscópicos ao longo do ano?
 - A instituição tem algum profissional qualificado em nível de pós-graduação em reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios documentoscópicos?
 - A instituição realizou algum isolamento de local com vestígios documentoscópicos em procedimentos de busca e apreensão ao longo do ano?
 - Quais os tipos de documentos (cédulas, documentos bancários e entre outro) a instituição é requisitada para o reconhecimento de vestígios documentoscópicos?
 - A instituição fornece os materiais e equipamentos necessários para os procedimentos relacionados aos vestígios documentoscópicos? Quais?

- d. Procedimentos Relacionados aos Vestígios Digitais
 - Existe algum manual ou protocolo experimental (*ex. POP*) relacionado ao reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios digitais?
 - Quantos reconhecimentos de vestígios digitais foram realizados ao longo do ano? Quais?
 - A instituição realizou alguma capacitação em reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios digitais ao longo do ano?
 - A instituição tem algum profissional qualificado em nível de pós-graduação em reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios digitais de vestígios digitais?
 - A instituição realizou algum isolamento de local com vestígios digitais em procedimentos de busca e apreensão ao longo do ano?
 - Quais os tipos de vestígios (dispositivo de armazenamento, dispositivos computacionais portáteis e entre outro) a instituição é requisitada para o reconhecimento de vestígios digitais?
 - A instituição fornece os materiais e equipamentos necessários para os procedimentos relacionados aos vestígios digitais? Quais?

- e. Procedimentos Relacionados aos Vestígios Papiloscópicos
 - Existe algum manual ou protocolo experimental (*ex. POP*) relacionado ao reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios papiloscópicos?
 - Quantos reconhecimentos de vestígios papiloscópicos foram realizados ao longo do ano? Quais?
 - A instituição realizou alguma capacitação em reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios papiloscópicos ao longo do ano?
 - A instituição tem algum profissional qualificado em nível de pós-graduação em reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios papiloscópicos de vestígios papiloscópicos?
 - A instituição realizou algum isolamento de local com vestígios papiloscópicos ao longo do ano?

- A instituição possui protocolo digital para registro e identificação dos vestígios papiloscópicos?
 - Quais os tipos de vestígios (arquivos de mídia, vestígios papiloscópicos de cadáver e entre outro) a instituição é requisitada para o reconhecimento dos vestígios papiloscópicos?
 - A instituição fornece os materiais e equipamentos necessários para os procedimentos relacionados aos vestígios papiloscópicos? Quais?
- f. Procedimentos Relacionados aos Vestígios de Explosivos, Incêndios, Armas e Elementos de Munição.
- Existe algum manual ou protocolo experimental (*ex. POP*) relacionado ao reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios de explosivos, incêndios, armas e elementos de munição?
 - Quantos reconhecimentos de vestígios de explosivos, incêndios, armas e elementos de munição foram realizados ao longo do ano? Quais?
 - A instituição realizou alguma capacitação em reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios de explosivos, incêndios, armas e elementos de munição ao longo do ano?
 - A instituição tem algum profissional qualificado em nível de pós-graduação em reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios de explosivos, incêndios, armas e elementos de munição?
 - A instituição realizou algum isolamento de local com vestígios de explosivos, incêndios, armas e elementos de munição ao longo do ano?
 - A instituição possui protocolo digital para registro e identificação dos vestígios de explosivos, incêndios, armas e elementos de munição?
 - Quais os tipos de vestígios (projéteis e entre outro) a instituição é requisitada para o reconhecimento dos vestígios de explosivos, incêndios, armas e elementos de munição?
 - A instituição fornece os materiais e equipamentos necessários para os procedimentos relacionados aos vestígios de explosivos, incêndios, armas e elementos de munição? Quais?

g) Procedimentos Relacionados aos Vestígios de Perícias de Meio Ambiente e Engenharia

- Existe algum manual ou protocolo experimental (*ex. POP*) relacionado ao reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios de perícias de meio ambiente e engenharia?
- Quantos reconhecimentos de vestígios de perícias de meio ambiente e engenharia foram realizados ao longo do ano? Quais?
- A instituição realizou alguma capacitação em reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios de perícias de meio ambiente e engenharia ao longo do ano?
- A instituição tem algum profissional qualificado em nível de pós-graduação em reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios de perícias de meio ambiente e engenharia?
- A instituição realizou algum isolamento de local com vestígios de perícias de meio ambiente e engenharia ao longo do ano?
- Quais os tipos de vestígios (madeira, animal vivo, vegetal, produto mineral e entre outro) a instituição é requisitada para o reconhecimento dos vestígios de perícias de meio ambiente e engenharia?
- A instituição fornece os materiais e equipamentos necessários para os procedimentos relacionados aos vestígios de perícias de meio ambiente e engenharia? Quais?

h) Procedimentos Relacionados aos Vestígios de Toxicologia e Medicina Legal

- Existe algum manual ou protocolo experimental (*ex. POP*) relacionado ao reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios de toxicologia e medicina legal?
- Quantos reconhecimentos de vestígios de toxicologia e medicina legal foram realizados ao longo do ano? Quais?

- A instituição realizou alguma capacitação em reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios de toxicologia e medicina legal ao longo do ano?
- A instituição tem algum profissional qualificado em nível de pós-graduação em reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento de vestígios de toxicologia e medicina legal?
- A instituição realizou algum isolamento de local com vestígios de toxicologia e medicina legal ao longo do ano?
- Quais os tipos de vestígios (resíduos de disparo de arma, material biológico e entre outros) a instituição é requisitada para o reconhecimento dos vestígios de toxicologia e medicina legal?
- A instituição fornece os materiais e equipamentos necessários para os procedimentos relacionados aos vestígios de toxicologia e medicina legal? Quais?

Escala de Maturidade para Cadeia de Custódia

1 Inicial (1 ponto):

- Ausência de procedimentos formais ou documentados para a gestão da cadeia de custódia.
- Falta de conscientização sobre a importância da cadeia de custódia entre os envolvidos.
- Evidências são manuseadas de maneira ad hoc, sem registro ou controle sistemático.

2 Básico (2 pontos):

- Existência de procedimentos básicos para a gestão da cadeia de custódia, mas ainda inconsistentes ou parcialmente implementados.
- Treinamento inicial sobre a importância da cadeia de custódia para o pessoal envolvido.
- Registros manuais e simples de entrada e saída de evidências.

Intermediário(3 pontos):

- Procedimentos claramente definidos e documentados para todas as etapas da cadeia de custódia.
- Treinamento regular e recorrente para todos os envolvidos na manipulação de evidências.
- Implementação de sistemas básicos de rastreamento para garantir a integridade e segurança das evidências.

Avançado (4 pontos):

- Monitoramento e avaliação contínua dos procedimentos da cadeia de custódia.
- Uso de tecnologia para rastreamento e gerenciamento de evidências, com integração de sistemas de informação.
- Procedimentos adaptáveis que podem ser modificados conforme necessário para atender às exigências regulatórias e operacionais.

Excelente (5 pontos):

- Melhoria contínua e inovação nos procedimentos de cadeia de custódia, utilizando as melhores práticas e tecnologias avançadas.
- Excelência na gestão de riscos e na garantia de integridade de evidências em todas as fases do processo.
- Avaliação de desempenho avançada com métricas e indicadores para otimizar continuamente a gestão da cadeia de custódia.

V - Detalhamento da proposta de Conteúdo Programático dos projetos

Conteúdo Programático do Projeto de Diagnóstico de Maturidade

1. Introdução ao Projeto: Objetivos do Projeto: Definição do objetivo geral e dos objetivos específicos.

Justificativa: Relevância do diagnóstico para a melhoria contínua das instituições de perícia criminal no Brasil.

2. Metodología

Desenho do Estudo: Abordagem metodológica para o diagnóstico, incluindo métodos qualitativos e quantitativos.

Instrumentos de Coleta de Dados: Descrição dos questionários, entrevistas e grupos focais a serem utilizados.

Seleção de Participantes: Critérios para seleção das instituições e dos profissionais envolvidos. Processo de Coleta de Dados: Etapas para a coleta de dados em âmbito nacional.

3. Análise de Dados

Técnicas de Análise: Metodologias para análise dos dados coletados, incluindo análise estatística e análise de conteúdo. Software de Análise: Utilização de softwares apropriados para análise qualitativa e quantitativa.

4. Desenvolvimento do Modelo de Maturidade

Definição de dimensões: Identificação e definição das dimensões de maturidade relevantes para a perícia criminal.

Indicadores de Maturidade: Desenvolvimento de indicadores específicos para cada dimensão de maturidade.

5. Relatório de Diagnóstico

Elaboração de Relatórios: Preparação de relatórios circunstanciados com os resultados da análise.

Apresentação dos Resultados: Definição de formatos e fóruns para a apresentação dos resultados aos stakeholders.

6. Recomendações e Plano de Ação

Desenvolvimento de Recomendações: Formulacão de recomendações baseadas nos resultados do diagnóstico.

Plano de Ação: Criação de um plano de ação detalhado para implementar as melhorias sugeridas.

VI - Cronogramas detalhado

		Início das entrevistas presenciais – Amazonas, Pará e Amapá									
		Análise preliminar de procedimentos, estratégias e abordagens realizadas <i>in loco</i>									
		Prosseguimento de visitas e entrevistas presenciais – Roraima, Bahia e Ceará									
		Visitas e entrevistas presenciais – Pernambuco, Goiás e Mato Grosso									
		Consolidação dos dados levantados nas entrevistas iniciais e produção de Relatório circunstanciado dos grupos focais e entrevistas do diagnóstico.									
		Visitas e entrevistas presenciais – São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo									
		Últimas visitas presenciais – Rio Grande do Sul e Paraná									
		Finalização de levantamento de dados on-line									
4		Sistematização e análise integrada de dados coletados e produção de Relatório contendo dashboard dinâmico.									
5		Redação preliminar do Relatório Diagnóstico									
		Validação interna do relatório com especialistas da área de Administração e Segurança Pública, com ênfase na área pericial									
		Revisão e finalização do Relatório Diagnóstico									
		Preparação e realização da apresentação dos resultados obtidos									
		Encerramento do Projeto e devolutiva aos interessados									

VII - Resultados esperados

Espera-se que o projeto de pesquisa na perícia oficial de natureza criminal resulte em produtos e benefícios, conforme detalhado abaixo:

Documento Técnico Revisado: Entregar um documento técnico contendo um plano de trabalho e revisado, em conformidade com as diretrizes fornecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este documento inclui um cronograma detalhado de execução, garantindo a transparência e a previsibilidade do progresso do projeto.

Desenvolvimento Metodológico: Apresentação de uma abordagem metodológica, que será empregada ao longo da pesquisa na perícia oficial. Desta forma, envolverá a especificação precisa dos instrumentos de pesquisa, incluindo questionários, entrevistas (grupo focal) e/ou observações para a aplicação.

Estratégia de Aplicação dos Instrumentos: implementação de uma estratégia para a aplicação dos instrumentos de pesquisa, garantindo que os dados coletados sejam representativos e relevantes para as necessidades da investigação da perícia criminal. Este contexto, inclui a seleção de participantes, o processo de coleta de dados e a logística envolvida na distribuição e no retorno dos instrumentos de pesquisa.

Técnica de Análise das Respostas: definição das técnicas/ferramentas computacionais de análise que serão utilizadas para interpretar os dados coletados. Além disso, pode incluir análise qualitativa, quantitativa ou uma combinação de ambas, dependendo das necessidades e objetivos específicos do estudo.

Percepções e Experiências dos Participantes: o relatório incluirá uma análise detalhada das percepções e experiências compartilhadas pelos participantes que atuam diretamente na perícia oficial de natureza criminal.

Identificação de Problemas e Necessidades: destaca os principais problemas, lacunas e necessidades identificados pelos participantes em relação às práticas, processos e políticas atuais na perícia criminal.

A apresentação dos dados será feita através de dashboards dinâmicos, que permitirão aos usuários visualizar e interagir com os dados de forma intuitiva. Esses dashboards proporcionarão uma maneira eficaz de explorar tendências, padrões e correlações, e serão ferramentas valiosas para a tomada de decisão rápida e informada. O relatório incluirá uma análise aprofundada dos dados coletados, oferecendo insights sobre as práticas, desafios e necessidades dentro da perícia criminal. Esta análise ajudará a identificar áreas que necessitam de atenção, reforma ou suporte adicional.

Resultados Práticos e Aplicáveis: Os resultados esperados do projeto incluem resultados profundos e práticos sobre a eficácia e os desafios da perícia oficial de natureza criminal. Estes resultados e recomendações estratégicas para melhorar as práticas, políticas e procedimentos dentro da perícia criminal.

VIII - Equipe Técnica

ANEXO II

IX - Orçamento

ANEXO PLANILHA

X - Cronograma de Desembolso

ANEXO PLANILHA

XI - Relatórios Financeiros e Prestação de Contas

ANEXO

XII - Outras informações relevantes

ESTÁ NO FIM DO TRABALHO

XIII - Fontes e referências bibliográficas

BITITCI, U. S.; GARENGO, P.; ATES, A.; NUDURUPATI, S. S. Value of maturity models in performance measurement. International journal of production research, v. 53, n. 10, p. 3062-3085, 2015.

BLONDIAU, A.; METTLER, T.; WINTER, R. Designing and implementing maturity models in hospitals: An experience report from 5 years of research. Health informatics journal, v. 22, n. 3, p. 758-767, 2016.

DANESE, P.; MOLINARO, M.; ROMANO, P. Managing evolutionary paths in Sales and Operations Planning: key dimensions and sequences of implementation. International Journal of Production Research, v. 56, n. 5, p. 2036-2053, 2018.

DA SILVA, Tiago Ferreira; DE OLIVEIRA, Fabio Queiros Mendes; BASTOS, Vanessa Pimentel. Perícia Criminal e a Legislação Brasileira. **Revista Brasileira de Criminalística**, v. 11, n. 2, p. 14-23, 2022.

DA VIOLÊNCIA, IPEA Atlas. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>>. v. 13, 2023. Acesso em: 20 04 2024.

DAY, B.; LUTTEROTH, C. Climbing the ladder: capability maturity model integration level 3. *Enterprise Information Systems*, v. 5, n. 1, p. 125-144, 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2006)–. – São Paulo: FBSP, 2023. 357 p.: il. Anual. 360 páginas.

–. Cartografias das violências na Região Amazônica. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 2021.

–. **Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal** / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 2023.

HELGESSION, Y. Y. L.; HÖST, M.; WEYN, K. A review of methods for evaluation of maturity models for process improvement. *Journal of Software: Evolution and Process*, v. 24, n. 4, p. 436-454, 2012.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Editora ATLAS, 2021.

LIOU, J. C. On Improving CMMI in an immature world of software development. *Journal of Information Science and Engineering*, v. 27, n. 1, p. 213-226, 2011.

LENTES, J.; MANDEL, J.; SCHLIESSMANN, U.; BLACH, R.; HERTWIG, M.; KUHLMANN, T. Competitive and sustainable manufacturing by means of ultra efficient factories in urban surroundings. *International Journal of Production Research*, v. 55, n. 2, p. 480-491, 2017.

MILES, D. Anthony. A taxonomy of research gaps: Identifying and defining the seven research gaps. In: **Doctoral student workshop: finding research gaps-research methods and strategies, Dallas, Texas**. 2017. p. 1-15.

OXFORD DICTIONARIES. Maturity, acessado em 16 de Abril de 2024. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/>.

RUNGER, G.C. *Estatística aplicada e probabilidade para Engenheiros*, LTC. Editora, Rio de Janeiro, 2023, 2467p.

SANTOS NETO, J. B. S.; COSTA, A. P. C. S. Enterprise maturity models: a systematic literature review. *Enterprise Information Systems*, v.13 p. 1-51, 2019.

SERNA, E. Maturity model of Knowledge Management in the interpretativist perspective. *International Journal of Information Management*, v. 32, n. 4, p. 365-371, 2012.

VAN DE WETERING, R.; BATENBURG, R.; LEDERMAN, R. Evolutionistic or revolutionary paths? A PACS maturity model for strategic situational planning. *International journal of computer assisted radiology and surgery*, v. 5, n. 4, p. 401 409, 2010.

VECCHIA, E.D. *Perícia Digital: da Investigação à Análise Forense*. Ed. Millenium, 2019.

WENDLER, R. The maturity of maturity model research: A systematic mapping study. *Information and software technology*, v. 54, n. 12, p. 1317-1339, 2012.

ZHONG, L. D.; LEUNG, R. L.; WU, B. H.; SHAO, J. An application of the capability maturity model for evaluating attraction websites in mainland China. *International journal of tourism research*, v. 16, n. 5, p. 429-440, 2014.

C- Outras Informações Relevantes

Os membros dos projetos realizaram uma identificação abrangente das informações solicitadas no edital, diretamente no site da Perícia Oficial de Natureza Criminal. Este processo envolveu a coleta e análise de dados específicos conforme delineado pelo edital, garantindo que todas as exigências fossem atendidas com precisão e dentro dos prazos estipulados. O objetivo dessa identificação foi assegurar a transparência e a disponibilidade de informações relevantes para todas as perícias oficiais, permitindo uma compreensão clara das normas, procedimentos e requisitos necessários.

Anexo 1: Coleta de dados realizada da perícia criminal por região considerando informações disponíveis no site

Tabela 1: Região Norte

Sites	https://www.policiaci entifica.pa.gov.br/	https://www.ssp.am .gov.br/tag/dptc/	http://policiacient ifica.ap.gov.br/	https://www.to.go v.br/ssp/policia- cientifica/22bwbg vr24c	https://rondonia.r o.gov.br/politec/	NÃO encontr ado	NÃO encontr ado
Parâmetros de Avaliação	Pará	Amazonas	Amapá	Tocantins	Rondônia	Roraima	Acre
I. Organização administrativa - Pontos de Avaliação							
a) Áreas da perícia e especialidades desenvolvidas;	ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	ATENDE	ATENDE	x	x
b) Interiorização e cobertura dos serviços periciais;	ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	ATENDE	x	x
c) Subordinação e autonomia (financeira, administrativa);	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE	ATENDE	x	x
d) Cooperação ou termo equivalente com outras instituições;	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	x	x
e) Gestão da	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	x	x

na pesquisa 2013) por área, respectivo estado de funcionamento e de manutenção além de sua localização;							
k) Instalações e espaço físico (área);	ATENDE	ATENDE	ATENDE	ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE
l) Controle e monitoramento efetivo de acesso.	VERIFICAR PRESENCIAL						
II. Recursos Humanos;							
a) Quantitativo de profissionais por cargo nas unidades;	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	x	x
b) Quantidade de profissionais à disposição de outros órgãos e disponibilizados à perícia;	NÃO ATENDE	x	x				
c) Quantidade de profissionais por sexo/gênero;	NÃO ATENDE	x	x				
d) Quantidade de profissionais por	NÃO ATENDE	x	x				

faixa etária;							
e) Quantida de de profissionais por área pericial;	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	x	x
f) Natureza das atividades (administrativo, técnico);	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	ATENDE	x	x
g) Nível educacional;	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
h) Tempo de serviço;	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
i) Política de capacitação de novos profissionais;	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
j) Plano de Carreira, incluindo número de vagas previstas, ocupadas e ociosas;	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
k) Área de formação;	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO antede	ATENDE	x	x
l) Atuação dos peritos;	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
m) Remuneração;	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
n) Funcionamento das unidades;	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
o) Regime de trabalho por área (expediente, plantão);	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
p) Regime	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	x	x

de atendimento externo e interno;							
q) Processos de trabalho, incluindo cadeia de custódia, padronização de procedimentos operacionais, avaliação de laudos, entre outros pertinentes.	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
III. Produtividade;							
a) Métricas de produção em 2023 (quantidade de Laudos emitidos por tipo, quantidade de atendimentos periciais, quantidade de análises laboratoriais, entre outros);	ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
b) Demandas recebidas e atendidas por área em 2023;	ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
c) Demanda NÃO atendida por área em 2023;	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	x	x

d) Laudos periciais pendentes em 2023 e anos anteriores ;	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
e) Tempo médio de liberação do laudo pericial ou termo equivalente.	NÃO ATENDE	x	x				
IV. Capacitação e Valorização;							
a) Política de Capacitação dos profissionais;	NÃO ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
b) Curso de formação e matriz curricular ;	NÃO ATENDE	x	x				
c) Cursos Oferecidos;	NÃO ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
d) Quantidade de Capacidades em cursos específicos de perícia;	NÃO ATENDE	x	x				
e) Instituição executora e financiadora;	ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
f) Principais demandas de cursos;	NÃO ATENDE	x	x				
g) Cuidado com os profissionais;	ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	x	x

h) Assistênci a à saúde;	ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
i) Investime ntos em projetos e atividades que visam qualidade de vida para os profission ais;							
	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
j) Informaç ões sobre atendime ntos psiquiátri cos e psicológic os oferecid os aos profission ais;							
	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	x	x
k) Questões relativas à desmotiva ção profission al ou ambiente de trabalho.							
	NÃO ATENDE	x	x				
V. Logística ;							
a) Transp orte de materiais (incluindo biológico s);							
	NÃO ATENDE	x	x				
b) Manutenç ão e gestão de frota;							
	NÃO ATENDE	x	x				
c) Controle e gestão de almoxarif ado							
	NÃO ATENDE	x	x				
VI. Resíduos Sólidos, Químicos							

, de Serviço de Saúde;							
a) Gerenciamento de Resíduos: geração, classificação, segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, destinação até a disposição final ambientalmente adequada.	NÃO ATENDE	x	x				

Tabela 2: Região Nordeste

Sites	https://www.policiacivil.ma.gov.br/gov-ma/	http://www.dptc.pc.pi.gov.br/	NÃO ENC ONT RAO	http://www.itep.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=241640&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Legisla%E7%E3o	https://www.policiacientifica.pe.gov.br/	Não enc onta dro	http://www.dpt.ba.gov.br/
Parâmetros de Avaliação	Maranhão	Piauí	Sergipe	Rio Grande do Norte	Pernambuco	Ceará	Bahia
I. Organização administrativa - Pontos de Avaliação							
a) Áreas da perícia e especialidades desenvolvidas;	Não atende	ATENDE	X	ATENDE PARCIAL	ATENDE	Não atende	Atende

b) Interiorização e cobertura dos serviços periciais;								
	Não atende	ATENDE	X	ATENDE		ATENDE	Não atende	Não atende
c) Subordinação e autonomia (financiera, administrativa);	Atende	NÃO ATENDE	VERIFICAR PRESENCIAL	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	Não atende	Atende
d) Cooperação ou termo equivalente com outras instituições;	Verificar presencial	ATENDE	VERIFICAR PRESENCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL		ATENDE	Verificar presencial	Verificar presencial
e) Gestão da informação;	Verificar presencial	NÃO ATENDE	VERIFICAR PRESENCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL		NÃO ATENDE	Verificar presencial	Verificar presencial
f) Acesso à internet;	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFICAR PRESENCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL		VERIFICAR PRESENCIAL	Verificar presencial	Verificar presencial
g) Sistemas de gerenciamento das informações (registro dos procedimentos administrativos e periciais, laboratório, Verificar presencial			VERIFICAR PRESENCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL		NÃO ATENDE	Verificar presencial	Verificar presencial

cadeia de custódia, produtividade, almoxarifado, logística, recursos humanos, entre outros);							
h) Digitalização dos arquivos das unidades, incluindo identificação, laudos, documentos administrativos e registros em geral;	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFICAR PARCIAL	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIAL	Verificar presencial	Verificar presencial
i) Recursos Materiais e de Estrutura Física;	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFICAR PARCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL	Verificar presencial	Verificar presencial
j) Equipamentos relevantes existentes (incluindo os elencados na pesquisa 2013) por área, respeitivo estado	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFICAR PARCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL	Verificar presencial	Verificar presencial

de funcionamento e de manutenção além de sua localiza- ção;							
k) Instala- ções e espaço físico (área);	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFI- CAR PRES- ENCI- AL	VERIFICAR PRESENCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL	Veri- ficar pres- enci- al	Verificar presencial
l) Con- tro- le e monito- ramen- to efetivo de acesso.		verificar presencial	VERIFI- CAR PRES- ENCI- AL	VERIFICAR PRESENCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL	Veri- ficar pres- enci- al	Verificar presencial
II. Recursos Huma- nos;							Verificar presencial
a) Quanti- ativo de profissio- nais por cargo nas unida- des;	Verificar presencial	não atende	VERIFI- CAR PRES- ENCI- AL	VERIFICAR PRESENCIAL	NÃO ATENDE	Veri- ficar pres- enci- al	Verificar presencial
b) Quanti- dade de profissio- nais à disposi- ção de outros órgãos e disponi- biliza- dos à perícia;	Verificar presencial	não atende	VERIFI- CAR PRES- ENCI- AL	VERIFICAR PRESENCIAL	NÃO ATENDE	Veri- ficar pres- enci- al	Verificar presencial
c) Quanti- dade de profissio- nais por	Verificar presencial	não atende	VERIFI- CAR PRES- ENCI- AL	VERIFICAR PRESENCIAL	NÃO ATENDE	Veri- ficar pres- enci- al	Verificar presencial

sexo/gênero;							
d) Quantidade de profissionais por faixa etária;	Verificar presencial	não atende	VERIFICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	NÃO ATENDE	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
e) Quantidade de profissionais por área pericial;	Verificar presencial	não atende	VERIFICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	NÃO ATENDE	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
f) Natureza das atividades (administrativo, técnico);	Verificar presencial	não atende	VERIFICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	NÃO ATENDE	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
g) Nível educacional; h) Tempo de serviço;	Verificar presencial	não atende	VERIFICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	NÃO ATENDE	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
i) Política de capacitação de novos profissionais;	Verificar presencial	não atende	VERIFICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	NÃO ATENDE	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
j) Plano de Carreira, incluindo número de vagas previstas, ocupadas e	Verificar presencial	não atende	VERIFICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	NÃO ATENDE	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial

ociosas ;							
k) Área de formação;	Verificar presencial	atende	VERIFICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	NÃO ATENDE	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
l) Atuação dos peritos;	Verificar presencial	atende	VERIFICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	NÃO ATENDE	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
m) Remuneração;	Verificar presencial	não atende	VERIFICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	NÃO ATENDE	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
n) Funcionamento das unidades;	Verificar presencial	Não atende	VERIFICA R PRES ENCI AL	ATENDE	NÃO ATENDE	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
o) Regime de trabalho por área (expediente, plantão);	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFICA R PRES ENCI AL	NÃO ATENDE	VERIFICAR PRESENCIAL	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
p) Regime de atendimento externo e interno ;	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFICA R PRES ENCI AL	NÃO ATENDE	VERIFICAR PRESENCIAL	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
q) Processos de trabalho, incluindo cadeia de custódia, padronização de procedimentos operacionais	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFICA R PRES ENCI AL	NÃO ATENDE	VERIFICAR PRESENCIAL	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial

onais, avaliação de laudos, entre outros pertinentes.							
III. Produtividade;							
a) Métricas de produção em 2023 (quantidade de Laudos emitidos por tipo, quantidade de atendimentos periciais, quantidade de análises laboratoriais, entre outros);	Verificar presencial						
b) Demandas recebidas e atendidas por área em 2023;	Verificar presencial						
c) Demanda não atendida por área em 2023;	Verificar presencial						
d) Laudos periciais pendentes	Verificar presencial						

tes em 2023 e anos anteriores;			ENCI AL				
e) Tempo médio de liberação do laudo pericial ou termo equivalente.	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFI CAR PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL		Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
IV. Capacitação e Valorização;							
a) Política de Capacitação dos profissionais;	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFI CAR PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL		Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
b) Curso de formação e matriz curricular;	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFI CAR PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL		Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
c) Cursos Oferecidos;	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFI CAR PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL		Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
d) Quantidade de Capacitados em cursos específicos de perícia;	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFI CAR PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL		Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
e) Instituição executora e financeira;	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFI CAR PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL		Veri ficar pres enci al	Verificar presencial

f) Principais demandas de cursos;	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFI FICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
g) Cuidado com os profissionais;	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFI FICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
h) Assistência à saúde;	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFI FICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
i) Investimentos em projetos e atividades que visam qualidade de vida para os profissionais;	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFI FICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
j) Informações sobre atendimentos psiquiátricos e psicológicos oferecidos aos profissionais;	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFI FICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
k) Questões relativas à desmotivação profissional ou ambiente de trabalho.	Verificar presencial	verificar presencial	VERIFI FICA R PRES ENCI AL	VERIFICAR PRESENCIAL	VERIFICAR PRESENCIAL	Veri ficar pres enci al	Verificar presencial
V. Logística;							

a) Transporte de materiais (incluindo biológicos);	Verificar presencial					
b) Manutenção e gestão de frota;	Verificar presencial					
c) Controle e gestão de almoxarifado	Verificar presencial					
VI. Resíduos Sólidos, Químicos, de Serviço de Saúde;						
a) Gerenciamento de Resíduos: geração, classificação, segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, destinação até a disposição final ambiental e adequada.	Verificar presencial					

Sites	https://www.politec.mt.gov.br/	https://www.cgp.sejusp.ms.gov.br/	https://www.policiacientifica.gov.br/	https://www.pcdf.df.gov.br/unidades-policiais/policia-tecnica
Parâmetros de Avaliação	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Goiás	Distrito Federal
I. Organização administrativa - Pontos de Avaliação				
a) Áreas da perícia e especialidades desenvolvidas ;	ATENDE	ATENDE	ATENDE	ATENDE
b) Interiorização e cobertura dos serviços periciais;	ATENDE	ATENDE	ATENDE PARCIAL	Não atende
c) Subordinação e autonomia (financeira, administrativa);	ATENDE	Não atende	ATENDE	Não atende
d) Cooperação ou termo equivalente com outras instituições;	NÃO ATENDE	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
e) Gestão da informação;	ATENDE PARCIAL	Não atende	ATENDE PARCIAL	Não atende
f) Acesso à internet;	PRESENCIAL	PRESENCIAL	VER PRESENCIAL	VER PRESENCIAL
g) Sistemas de gerenciamento das informações (registro dos procedimentos administrativos e periciais, laboratório, cadeia de custódia, produtividade, almoxarifado, logística, recursos humanos, entre outros);	ATENDE	Parcialmente	ATENDE PARCIAL	Não atende
h) Digitalização dos arquivos das unidades,	ATENDE PARCIAL	ATENDE	VER PRESENCIAL	Não atende

incluindo identificação, laudos, documentos administrativos e registros em geral;				
i) Recursos Materiais e de Estrutura Física;	ATENDE	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
j) Equipamentos relevantes existentes (incluindo os elencados na pesquisa 2013) por área, respectivo estado de funcionamento e de manutenção além de sua localização;	ATENDE	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
k) Instalações e espaço físico (área);	PRESENCIAL	Presencial	VER PRESENCIAL	Não atende
l) Controle e monitoramento efetivo de acesso.	PRESENCIAL	Presencial	VER PRESENCIAL	Não atende
II. Recursos Humanos;				
a) Quantitativo de profissionais por cargo nas unidades;	PRESENCIAL	Parcialmente	NÃO ATENDE	Não atende
b) Quantidade de profissionais à disposição de outros órgãos e disponibilizados à perícia;	PRESENCIAL	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
c) Quantidade de profissionais por sexo/gênero;	PRESENCIAL	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
d) Quantidade de profissionais por faixa etária;	PRESENCIAL	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende

e) Quantidade de profissionais por área pericial;	PRESENCIAL	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
f) Natureza das atividades (administrativo, técnico);	PRESENCIAL	Não atende	ATENDE	Não atende
g) Nível educacional;				
h) Tempo de serviço;	PRESENCIAL	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
i) Política de capacitação de novos profissionais;	PRESENCIAL	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
j) Plano de Carreira, incluindo número de vagas previstas, ocupadas e ociosas;	PRESENCIAL	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
k) Área de formação;	PRESENCIAL	Atende	NÃO ATENDE	Não atende
l) Atuação dos peritos;	PRESENCIAL	Atende	NÃO ATENDE	Não atende
m) Remuneração;	PRESENCIAL	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
n) Funcionamento das unidades;	PRESENCIAL	Não atende	ATENDE	Não atende
o) Regime de trabalho por área (expediente, plantão);	PRESENCIAL	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
p) Regime de atendimento externo e interno;	PRESENCIAL	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
q) Processos de trabalho, incluindo cadeia de custódia, padronização de procedimentos operacionais, avaliação de laudos, entre outros pertinentes.	PRESENCIAL	não atende	NÃO ATENDE	Não atende
III. Produtividade;				

a) Métricas de produção em 2023 (quantidade de Laudos emitidos por tipo, quantidade de atendimentos periciais, quantidade de análises laboratoriais, entre outros);	PRESENCIAL	ATENDE	NÃO ATENDE	Não atende
b) Demandas recebidas e atendidas por área em 2023;	PRESENCIAL	Não atende	ATENDE	Não atende
c) Demanda não atendida por área em 2023;	PRESENCIAL	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
d) Laudos periciais pendentes em 2023 e anos anteriores;	PRESENCIAL	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
e) Tempo médio de liberação do laudo pericial ou termo equivalente.	PRESENCIAL	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
IV. Capacitação e Valorização;				
a) Política de Capacitação dos profissionais;	DIRETRIZES - NÃO ESTA CLARO		NÃO ATENDE	Não atende
b) Curso de formação e matriz curricular;	Não Atende	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
c) Cursos Oferecidos;	ATENDE	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
d) Quantidade de Capacitados em cursos específicos de perícia;	Não Atende	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
e) Instituição executora e financiadora;	Não Atende	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
f) Principais demandas de cursos;	Não Atende	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende

g) Cuidado com os profissionais;	ATENDE	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
h) Assistência à saúde;	Não Atende	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
i) Investimentos em projetos e atividades que visam qualidade de vida para os profissionais;	Não Atende	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
j) Informações sobre atendimentos psiquiátricos e psicológicos oferecidos aos profissionais;	Não Atende	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
k) Questões relativas à desmotivação profissional ou ambiente de trabalho.	Não Atende	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
V. Logística;				
a) Transporte de materiais (incluindo biológicos);	PRESENCIALMENTE	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
b) Manutenção e gestão de frota;	NÃO ATENDE	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
c) Controle e gestão de almoxarifado	NÃO ATENDE	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende
VI. Resíduos Sólidos, Químicos, de Serviço de Saúde;				
a) Gerenciamento de Resíduos: geração, classificação, segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, destinação até a disposição final ambientalmente adequada.	Não atende	Não atende	NÃO ATENDE	Não atende

Tabela 3 Região Sul

Sites	https://www.policiacientifica.pr.gov.br/		https://www.policiacientifica.sc.gov.br/		https://igp.rs.gov.br/inicial	
Parâmetros de Avaliação	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul	
I. Organização administrativa - Pontos de Avaliação	ATENDE?	OBS	ATENDE?	OBS	ATENDE?	OBS
a) Áreas da perícia e especialidades desenvolvidas;	ATENDE PARCIALMENTE	as especialidades desenvolvidas não está claro. possui apenas algumas informações em perfis aleatórios	ATENDE PARCIALMENTE	especialidades desenvolvidas não estão claras no site	ATENDE	
b) Interiorização e cobertura dos serviços periciais;	ATENDE PARCIALMENTE	não possui uma aba específica, mas está presente nas notícias do site	ATENDE PARCIALMENTE		ATENDE	
c) Subordinação e autonomia (financeira, administrativa);	ATENDE PARCIALMENTE	existe organograma administrativo, financeiro não possui esta informação	ATENDE		ATENDE PARCIALMENTE	não tem muitas informações sobre financeiro
d) Cooperação ou termo equivalente com outras instituições;	NÃO ATENDE	possui nas abas de notifca, mas não está claro	ATENDE		NÃO ATENDE	
e) Gestão da informação;	VERIFICAR PRESENCIALMENTE	no site não está especificado	VERIFICAR PRESENCIALMENTE		VERIFICAR PRESENCIALMENTE	
f) Acesso à internet;	ATENDE PARCIALMENTE	verificar presencialmente	VERIFICAR PRESENCIALMENTE		VERIFICAR PRESENCIALMENTE	
g) Sistemas de gerenciamento das informações (registro dos procedimentos administrativos e periciais, laboratório, cadeia de custódia, produtividade, almoxarifado, logística, recursos humanos, entre outros);	ATENDE PARCIALMENTE	tem algumas informações soltas no site, necessário verificar presencialmente	ATENDE PARCIALMENTE		NÃO ATENDE	
h) Digitalização dos arquivos das unidades, incluindo identificação, laudos, documentos administrativos e	ATENDE PARCIALMENTE	laudos e alguns registros sim, documentos administrativos não	NÃO ATENDE		ATENDE PARCIALMENTE	

registros em geral;					
i) Recursos Materiais e de Estrutura Física;	NÃO ATENDE	não possui essas informações, necessário verificar presencialmente	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	tem links que encaminham para portal da transparência
j) Equipamentos relevantes existentes (incluindo os elencados na pesquisa 2013) por área, respectivo estado de funcionamento e de manutenção além de sua localização;	NÃO ATENDE	não possui essas informações no site	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	tem links que encaminham para portal da transparência
k) Instalações e espaço físico (área);	NÃO ATENDE	não possui essas informações no site	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
l) Controle e monitoramento efetivo de acesso.	NÃO ATENDE	não possui essas informações no site	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
II. Recursos Humanos;					
a) Quantitativo de profissionais por cargo nas unidades;	NÃO ATENDE	no site possui somente endereço das unidades	NÃO ATENDE	ATENDE	
b) Quantidade de profissionais à disposição de outros órgãos e disponibilizados à perícia;	NÃO ATENDE	no site não possui essa informação	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	
c) Quantidade de profissionais por sexo/gênero;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
d) Quantidade de profissionais por faixa etária;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
e) Quantidade de profissionais por área pericial;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
f) Natureza das atividades (administrativo, técnico);	NÃO ATENDE		ATENDE PARCIALMENTE	somente dos diretores e ATENDE coordenadores	PARCIALMENTE
g) Nível educacional;	NÃO ATENDE		ATENDE PARCIALMENTE	somente dos diretores e coordenadores	NÃO ATENDE

h) Tempo de serviço;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	
i) Política de capacitação de novos profissionais;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	
j) Plano de Carreira, incluindo número de vagas previstas, ocupadas e ociosas;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	
k) Área de formação;	NÃO ATENDE		ATENDE PARCIALMENTE	somente dos diretores e coordenadores	NÃO ATENDE	
l) Atuação dos peritos;	NÃO ATENDE		ATENDE PARCIALMENTE		NÃO ATENDE	
m) Remuneração;	ATENDE PARCIALMENTE	no portal da transparência	NÃO ATENDE	no portal da transparência	ATENDE	
n) Funcionamento das unidades;	ATENDE PARCIALMENTE	possui informações de horário, contatos e endereço	ATENDE		ATENDE PARCIALMENTE	
o) Regime de trabalho por área (expediente, plantão);	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	
p) Regime de atendimento externo e interno;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	
q) Processos de trabalho, incluindo cadeia de custódia, padronização de procedimentos operacionais, avaliação de laudos, entre outros pertinentes.	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	
III. Produtividade;						
a) Métricas de produção em 2023 (quantidade de Laudos emitidos por tipo, quantidade de atendimentos periciais, quantidade de análises laboratoriais, entre outros);	NÃO ATENDE	site possui dados somente do ano de 2020	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	

b) Demandas recebidas e atendidas por área em 2023;	NÃO ATENDE	site possui dados somente do ano de 2020	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
c) Demanda não atendida por área em 2023;	NÃO ATENDE	site possui dados somente do ano de 2020	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
d) Laudos periciais pendentes em 2023 e anos anteriores;	NÃO ATENDE	site possui dados somente do ano de 2020	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
e) Tempo médio de liberação do laudo pericial ou termo equivalente.	NÃO ATENDE	site possui dados somente do ano de 2020	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
IV. Capacitação e Valorização;					
a) Política de Capacitação dos profissionais;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
b) Curso de formação e matriz curricular;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
c) Cursos Oferecidos;	NÃO ATENDE	verificar presencialmente	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
d) Quantidade de Capacitados em cursos específicos de perícia;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
e) Instituição executora e financiadora;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
f) Principais demandas de cursos;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
g) Cuidado com os profissionais;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
h) Assistência à saúde;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
i) Investimentos em projetos e atividades que visam qualidade de vida para os profissionais;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
j) Informações sobre atendimentos psiquiátricos e psicológicos oferecidos aos profissionais;	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	
k) Questões relativas à desmotivação profissional ou	NÃO ATENDE		NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	

ambiente de trabalho.					
V. Logística;					
a) Transporte de materiais (incluindo biológicos);	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE		
b) Manutenção e gestão de frota;	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE		
c) Controle e gestão de almoxarifado	verificar presencialmente	verificar presencialmente	NÃO ATENDE		
VI. Resíduos Sólidos, Químicos, de Serviço de Saúde;					
a) Gerenciamento de Resíduos: geração, classificação, segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, destinação até a disposição final ambientalmente adequada.	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE		

Outras Informações Relevantes

I - Breve relato da experiência da Instituição proponente no desenvolvimento de projetos e iniciativas em temáticas aderentes à da presente convocação, bem como na região selecionada. (No máximo uma página por experiência). Maiores detalhes poderão ser apresentados em anexo à proposta.

- Detalhes em anexo

II - Fontes e referências bibliográficas a serem utilizadas no desenvolvimento da metodologia

- Atendido no texto do projeto

III - Relação nominal da equipe com indicação da formação e resumo da experiência profissional relevante para a presente convocação (no máximo 1 parágrafo por membro da equipe). O currículo dos membros da equipe deverá ser enviado como anexo à proposta.

- Anexo II

IV - Proposta de contrapartida institucional conforme detalhamento do item 6.5 da presente convocação.

- Como parte do compromisso institucional e em conformidade com os termos da colaboração proposta, a Universidade Federal do Pará (UFPA) se compromete a oferecer contrapartidas essenciais para a execução eficaz do projeto. Entende-se a importância de prover suporte adequado para garantir que as atividades sejam realizadas com sucesso:

Contrapartidas da UFPA incluem:

Despesas de Energia e Telefonia: A UFPA arcará com todas as despesas relacionadas ao consumo de energia elétrica e serviços de telefonia necessários para o desenvolvimento das atividades do projeto.

Equipamentos de Informática: Será disponibilizado o uso de equipamentos de informática pertinentes e necessários para a realização das atividades do projeto. Isso inclui computadores, softwares específicos, e acessórios de TI, conforme as necessidades apresentadas pela equipe do projeto.

Recursos Humanos: A UFPA compromete-se a designar profissionais de seu quadro próprio, que serão responsáveis por contribuir com expertise técnica e suporte administrativo, garantindo a execução das tarefas designadas ao projeto.

Instalações Físicas: Serão disponibilizadas instalações físicas adequadas para o desenvolvimento do projeto, incluindo espaços para escritórios, salas de reunião e outras dependências necessárias, assegurando um ambiente propício para a realização das atividades.

ANEXO II

MODELOS DE APRESENTAÇÃO DA EQUIPE

Segue uma descrição organizada dos produtos de 01 a 05, com as respectivas atividades alocadas para cada membro da equipe conforme o quadro abaixo.

Nome completo do membro da equipe	Cargo	Atividade desenvolvida (a lista de atividades abaixo é exemplificativa, podendo ser alterada pelo proponente de acordo com o trabalho no eixo proposto)	Quantidade

<p>THIAGO POLETO</p> <p>Doutorado</p> <p>Tipo de vínculo: Professor ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal da Universidade Federal do Pará.</p> <p>thiagopoleto@ufpa.br;</p> <p>Celular (91)99377-9340</p>	<p>Coordenador-Geral</p>	<p>Coordena o trabalho como um todo.</p> <p>PRODUTO 01 - ATIVIDADE - Metodologia e fluxo que serão utilizados no desenvolvimento do diagnóstico;</p> <p>PRODUTO 01 - ATIVIDADE - Detalhamento do cronograma semanal de trabalho;</p> <p>PRODUTO 01 - ATIVIDADE - Definição da agenda imediata;</p> <p>PRODUTO 01 - ATIVIDADE - Validação dos produtos, equipes, papéis e responsabilidades;</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Realizar visitas técnicas para a realização de entrevistas, bem como para a verificação in loco da estrutura dos locais, visando entender e sistematizar o diagnóstico;</p> <p>PRODUTO - 03 - ATIVIDADE - Reunir as informações coletadas durante os trabalhos;</p> <p>PRODUTO - 03 - ATIVIDADE - Apresentação de relatório circunstanciado contendo o registro do trabalho realizado pelos grupos focais.</p> <p>PRODUTO 04 - ATIVIDADE - Analisar os dados coletados, com o intuito de verificar se a metodologia e instrumentos aplicados contemplam as demandas e resultados esperados pela Senasp/MJSP;</p> <p>PRODUTO - 05 - ATIVIDADE - Definir responsáveis por cada capítulo, contidos no item 3 deste edital ;</p> <p>PRODUTO - 05 - ATIVIDADE - Definição do design e da</p>	<p>1</p>
---	--------------------------	---	----------

		prototipagem do Diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil, objeto deste instrumento.	
<p>NILSON ALMEIDA DE SOUSA FILHO</p> <p>Mestre</p> <p>Tipo de vínculo: Discente matriculado da Universidade Federal do Pará.</p> <p>nilson.sousa.filho@hotmail.com</p> <p>Celular (91) 98712-6643</p>	<p>Equipe Técnica - Profissional com Pós-graduação lato sensu em Administração e/ou Gestão Pública ou áreas correlatas.</p>	<p>Responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos conforme descrito:</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Realizar visitas técnicas para a realização de entrevistas, bem como para a verificação in loco da estrutura dos locais, visando entender e sistematizar o diagnóstico;</p> <p>PRODUTO - 03 - ATIVIDADE - Reunir as informações coletadas durante os trabalhos;</p> <p>PRODUTO - 03 - ATIVIDADE - Apresentação de relatório circunstanciado contendo o registro do trabalho realizado pelos grupos focais;</p> <p>PRODUTO - 04 - ATIVIDADE - Reunir as informações coletadas durante os trabalhos;</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Acerca do tema da cadeia de custódia, análise dos dados resultantes do Diagnóstico e Proposição de um Modelo sobre a Cadeia de Custódia no Brasil, realizado em parceria com a UnB (Universidade de Brasília);</p> <p>PRODUTO - 05 - ATIVIDADE - Elaborar relatório técnico do diagnóstico, considerando todas as informações coletadas.</p>	<p>1</p>

<p>FERNANDA CARLA LIMA FERREIRA</p> <p>Doutorado</p> <p>Tipo de vínculo: Professor ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.</p> <p>fernacarlaluan@gmail.com</p> <p>Celular (91) 98202-6228</p>	<p>Equipe Técnica - Profissional com formação em Física</p>	<p>Responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos conforme descrito:</p> <p>PRODUTO - 01 - ATIVIDADE - Validação do modelo de gestão e monitoramento do diagnóstico.</p> <p>PRODUTO - 02 - ATIVIDADE - Plano de ação acerca das visitas técnicas, devendo especificar as unidades escolhidas e quais serão realizadas em formato on-line;</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Realizar visitas técnicas para a realização de entrevistas, bem como para a verificação in loco da estrutura dos locais, visando entender e sistematizar o diagnóstico;</p> <p>PRODUTO - 03 - ATIVIDADE - Reunir as informações coletadas durante os trabalhos;</p> <p>PRODUTO - 03 - ATIVIDADE - Apresentação de relatório circunstanciado contendo o registro do trabalho realizado pelos grupos focais.</p> <p>PRODUTO - 04 - ATIVIDADE - Apresentação da base de dados estruturada contendo as respostas obtidas na aplicação do questionário e dicionário de variáveis do diagnóstico.</p> <p>PRODUTO - 05 - ATIVIDADE - Elaborar relatório técnico do diagnóstico, considerando todas as informações coletadas.</p> <p>PRODUTO - 05 - ATIVIDADE - Validação do conteúdo, design e prototipagem do Diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil, objeto deste instrumento.</p>	<p>5</p>
---	---	---	----------

<p>ADAM DREYTON FERREIRA DOS SANTOS</p> <p>Doutorado</p> <p>Tipo de vínculo: Professor ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.</p> <p>adam.dreyton@gmail.com</p> <p>Celular: (91)98088-3012</p>	<p>Equipe Técnica - Profissional com formação em Sistema de Informação e em Engenharia da Computação</p>	<p>Responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos conforme descrito:</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Análise dos dados resultantes do Diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil, objeto deste instrumento;</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Análise correlacional e comparativa entre os dados resultantes do diagnóstico de 2013, com os dados coletados no presente diagnóstico nacional;</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Elaborar relatório técnico do diagnóstico, considerando todas as informações coletadas.</p>	
<p>HUGO PEREIRA KURIBAYASHI</p> <p>Doutorado</p> <p>Tipo de vínculo: Professor ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.</p> <p>hkuribayashi@gmail.com</p> <p>Celular: (91)99122-2411</p>	<p>Equipe Técnica - Profissional com formação em Ciências da Computação</p>	<p>Responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos conforme descrito:</p> <p>PRODUTO 01 - ATIVIDADE - Constituição da equipe de acompanhamento do diagnóstico (comissão de Governança a ser definida pelas partes);</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Realizar visitas técnicas para a realização de entrevistas, bem como para a verificação in loco da estrutura dos locais, visando entender e sistematizar o diagnóstico;</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Reunir as informações coletadas durante os trabalhos;</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Apresentação de relatório circunstanciado contendo o registro do trabalho realizado pelos grupos focais;</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Elaborar relatório técnico do diagnóstico, considerando todas as informações coletadas.</p>	

<p>MARCELA ALVES DE SOUZA</p> <p>Doutorado</p> <p>Tipo de vínculo: Técnico ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.</p> <p>marcelaalves89@gmail.com</p> <p>Celular:(94)99288-9894</p>	<p>Equipe Técnica - Profissional com formação em Sistema de Informação</p>	<p>Responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos conforme descrito:</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Realizar visitas técnicas para a realização de entrevistas, bem como para a verificação in loco da estrutura dos locais, visando entender e sistematizar o diagnóstico;</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Reunir as informações coletadas durante os trabalhos;</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Apresentação de relatório circunstanciado contendo o registro do trabalho realizado pelos grupos focais;</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Elaborar relatório técnico do diagnóstico, considerando todas as informações coletadas.</p>	
<p>JOSÉ ALBERTO SILVA DE SÁ</p> <p>Doutorado</p> <p>Tipo de vínculo: Professor ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Estadual da Universidade Estadual do Estado do Pará.</p> <p>josealbertosa@uepa.br</p> <p>Celular (91)98886-5856</p>	<p>Equipe Técnica - Profissional com formação em Engenharia Civil</p>	<p>Responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos conforme descrito:</p> <p>PRODUTO 01 - ATIVIDADE - Formulação dos questionários aplicáveis, conforme Nota Técnica com apresentação das demandas e resultados esperados pela Senasp/MJSP;</p> <p>PRODUTO 02 - ATIVIDADE - Validação dos produtos, equipes, papéis e responsabilidades;</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Realizar visitas técnicas para a realização de entrevistas, bem como para a verificação in loco da estrutura dos locais, visando entender e sistematizar o diagnóstico;</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Reunir as informações coletadas durante os trabalhos;</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Apresentação de relatório circunstanciado contendo o registro do trabalho realizado pelos grupos focais;</p>	

		<p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Elaborar relatório técnico do diagnóstico, considerando todas as informações coletadas;</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Acerca do tema da cadeia de custódia, análise dos dados resultantes do Diagnóstico e Proposição de um Modelo sobre a Cadeia de Custódia no Brasil, realizado em parceria com a UnB (Universidade de Brasília);</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Validação do conteúdo, design e prototipagem do Diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil, objeto deste instrumento.</p>	
<p>BRUNO RAFAEL DIAS DE LUCENA</p> <p>Doutorado</p> <p>Tipo de vínculo: Professor ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal da Universidade Federal do Pará.</p> <p>brunolucena@ufpa.br</p> <p>Celular (91)8408-7794</p>	<p>Equipe Técnica - Profissional com formação em Engenharia de Produção e Ciências de Dados</p>	<p>Responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos conforme descrito:</p> <p>PRODUTO 02 - ATIVIDADE - Elaborar roteiro base das entrevistas em profundidade e dos grupos focais;</p> <p>PRODUTO 02 - ATIVIDADE - Dimensionar a quantidade, forma de mobilização e perfil dos profissionais que serão entrevistados e que participarão dos grupos focais;</p> <p>PRODUTO 04 - ATIVIDADE - Aplicar os questionários, com a coleta de dados referentes ao período de janeiro a dezembro do ano de 2023;</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Elaborar relatório técnico do diagnóstico, considerando todas as informações coletadas.</p>	
<p>MARINALVA CARDOSO MACIEL</p> <p>Doutorado</p> <p>Tipo de vínculo: Professora ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal da Universidade Federal do Pará.</p> <p>marinalvamaciel@gmail.com</p> <p>Celular (91) 98169-6842</p>	<p>Equipe Técnica - Profissional com formação em nível superior em Estatística ou áreas correlatas.</p>	<p>Responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos conforme descrito:</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Análise dos dados resultantes do Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, realizado em 2013;</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Análise correlacional e comparativa entre os dados</p>	1

		resultantes do diagnóstico de 2013, com os dados coletados no presente diagnóstico nacional.	
ISAAC MATIAS Doutorado Tipo de vínculo: Professor ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal da Universidade Federal do Pará. imtias957@gmail.com Celular (91) 98502-1305	Equipe Técnica - Profissional com formação em Doutorado em Administração e Análise de Dados	<p>Responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos conforme descrito:</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Realizar visitas técnicas para a realização de entrevistas, bem como para a verificação in loco da estrutura dos locais, visando entender e sistematizar o diagnóstico;</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Reunir as informações coletadas durante os trabalhos;</p> <p>PRODUTO 03 - ATIVIDADE - Apresentação de relatório circunstanciado contendo o registro do trabalho realizado pelos grupos focais;</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Elaborar relatório técnico do diagnóstico, considerando todas as informações coletadas.</p>	1
MÁRIO FRANCISCO GUZZO JUNIOR Mestre Tipo de vínculo: Perito Criminal ocupante de cargo efetivo da Polícia Científica do Pará. mario.guzzo@policiacientifica.pa.gov.br Celular (91) 99112-0380	Equipe de Apoio - Profissional com formação em Engenharia Civil	<p>Responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos conforme descrito:</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Elaborar relatório técnico do diagnóstico, considerando todas as informações coletadas;</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Acerca do tema da cadeia de custódia, análise dos dados resultantes do Diagnóstico e Proposição de um Modelo sobre a Cadeia de Custódia no Brasil, realizado em parceria com a UnB (Universidade de Brasília);</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Validação do conteúdo, design e prototipagem do Diagnóstico da</p>	1

		Perícia Oficial no Brasil, objeto deste instrumento.	
CELSO DA SILVA MASCARENHAS Especialista Tipo de vínculo: Perito Criminal ocupante de cargo efetivo da Polícia Científica do Pará. celso.mascarenhas@policiacientifica.pa.gov.br Celular (91) 98149-6096	Equipe de Apoio - Profissional com formação em Farmácia	<p>Responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos conforme descrito:</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Elaborar relatório técnico do diagnóstico, considerando todas as informações coletadas;</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Acerca do tema da cadeia de custódia, análise dos dados resultantes do Diagnóstico e Proposição de um Modelo sobre a Cadeia de Custódia no Brasil, realizado em parceria com a UnB (Universidade de Brasília);</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Validação do conteúdo, design e prototipagem do Diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil, objeto deste instrumento.</p>	1
LIGIANE CRISTINA BRAGA DE OLIVEIRA FRIAES Mestre Tipo de vínculo: Discente matriculado da Universidade Federal do Pará e Técnico efetivo da Universidade Federal do Pará ligianebraga@ufpa.br Celular (91) 98253-5915	Equipe de Apoio - Profissional com formação em Mestrado em Administração	<p>Responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos conforme descrito:</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Organizar as informações coletadas durante os trabalhos desenvolvidos pela consultoria;</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Acerca do tema da cadeia de custódia, análise dos dados resultantes do Diagnóstico e Proposição de um Modelo sobre a Cadeia de Custódia no Brasil, realizado em parceria com a UnB (Universidade de Brasília);</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Elaborar relatório técnico do diagnóstico, considerando todas as informações coletadas.</p>	1

<p>OTÁVIO LUIZ DE CASTRO ROMANO JUNIOR Mestre</p> <p>Tipo de vínculo: Discente matriculado da Universidade Federal do Pará.</p> <p>otaviorj9@gmail.com</p> <p>Celular:(91) 98729-1820</p>	<p>Equipe de Apoio - Profissional com formação em Mestrado em Administração</p>	<p>Responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos conforme descrito:</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Organizar as informações coletadas durante os trabalhos desenvolvidos pela consultoria;</p> <p>PRODUTO 05 - ATIVIDADE - Elaborar relatório técnico do diagnóstico, considerando todas as informações coletadas.</p>	<p>1</p>
--	---	--	----------

ANEXO III
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DA EQUIPE

Nome completo do membro da equipe	Função no projeto	Experiências Profissionais	Período
THIAGO POLETO	Coordenador-Geral (Doutorado)	<p>Uso de veículos aéreos não tripulados (UAVs) e Sistemas de Informação Geográfico para fornecer monitoramento inteligente de segurança pública.</p> <p>Amazônia Porto Seguro: Monitoramento de segurança de transporte na navegação.</p> <p>Diagnóstico e Implementação de Ferramentas Inteligentes para Apoio à Segurança Pública no Estado de Alagoas.</p> <p>Análise da adoção de terceirização da Tecnologia da Informação.</p> <p>Professor do Programa de Pós-graduação em Administração.</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/2623462990819090</p>	<p>2022-2025</p> <p>2022-2025</p> <p>2022-2025</p> <p>2019-2025</p> <p>2019-atual</p>
NILSON ALMEIDA DE SOUSA FILHO	Equipe Técnica (Mestre)	<p>Atua na Gerência de Planejamento da Polícia Científica do Pará há 5 anos, com elaboração de planos e projetos institucionais para captação de recursos estaduais, federais ou privados.</p> <p>Atuou na equipe de produção técnica do Plano Estadual de Segurança Pública do Pará 2022-2031.</p>	<p>2019-atual</p>

		<p>Recebeu o Prêmio de Inovação concedido pela Escola de Governança do Pará em função da implementação dos serviços de Humanização da perícia criminal do Pará.</p> <p>Integrou a equipe do projeto de pesquisa “Efetividade e superação dos entraves na articulação dos Serviços de Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado do Pará (2007-2014 - CNPq).</p> <p>CV Lattes:</p> <p>http://lattes.cnpq.br/7195977532451265</p>	2022 2022 2022 2022 2016 2019
FERNANDA CARLA LIMA FERREIRA	Equipe Técnica (Doutorado)	<p>Diagnósticos e análises propositivas para questões de interesses comuns das Instituições de Ensino Superior (IES) no que tange aos intercâmbios de profissionais, pesquisadores e discentes (Protocolo de cooperação n. 23479.016707/2015-74, DOU N. 129, 9 de julho de 2015) - Rede Amazônica de Pesquisa Interdisciplinar (RAPI).</p> <p>Elaboração de projetos para melhoria da qualidade dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), conjuntamente com as IES do Pará e Amapá.</p> <p>Elaboração e desenvolvimento de diagnósticos das políticas públicas voltadas para região amazônica, em especial à região Sul e Sudeste do Pará - Rede Amazônica de Pesquisa Interdisciplinar (RAPI).</p> <p>Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Forenses (Mestrado).</p> <p>Núcleo Emergente de Pesquisa em Ciências Forenses (NEPForenses).</p> <p>PATENTE - Artefato de avaliação pericial de disparo de arma de fogo artesanal. INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial.</p> <p>PATENTE - Método de avaliação (pericial) de virtópsia por redes neurais convolucionais VGG16 & VGG19. INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial.</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/4052375344321601</p>	2015 - 2018 2014 - 2018 2015 - 2018 2021 - atual 2021 - atual 2022-2022 2023-2023

ADAM DREYTON FERREIRA DOS SANTOS	Equipe Técnica (Doutorado)	<p>Elaboração de diagnóstico e proposições de políticas públicas em áreas sociais, econômicas e ambientais para o Estado do Pará e região amazônica.</p> <p>Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Forenses (Mestrado).</p> <p>Núcleo Emergente de Pesquisa em Ciências Forenses (NEPForenses).</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/2616572481839756</p>	2017 - 2020 2021 - atual 2021 - atual
HUGO PEREIRA KURIBAYASHI	Equipe Técnica (Doutorado)	<p>Padronização e Modernização dos Processos de Coleta, Armazenamento e Tratamento de Dados Biométricos para a Polícia Civil do Estado do Pará.</p> <p>Diagnósticos e análises propositivas para questões de interesses comuns das Instituições de Ensino Superior (IES) no que tange aos intercâmbios de profissionais, pesquisadores e discentes (Protocolo de cooperação n. 23479.016707/2015-74, DOU N. 129, 9 de julho de 2015) - Rede Amazônica de Pesquisa Interdisciplinar (RAPI).</p> <p>Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Forenses (Mestrado).</p> <p>Núcleo Emergente de Pesquisa em Ciências Forenses (NEPForenses).</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/6572451959243064</p>	2021 - 2023 2015 - 2018 2022 - atual 2022 - atual

<p>MARCELA ALVES DE SOUZA</p>	<p>Equipe Técnica (Doutorado)</p>	<p>Projetos nas áreas de Sistemas de Informação, Análise e Desenvolvimento de Software, Modelagem de Processos e Administração de Banco de Dados, com conhecimento avançado em Linguagens de Programação e Frameworks de Desenvolvimento de Software.</p> <p>Estratégias Conjuntas para Associação de Usuários e Alocação de Recursos em Redes Móveis de Próxima Geração.</p> <p>Mina do Futuro: Criação e Estruturação do Polo de Tecnologia Digital e Inovação de Canaã dos Carajás.</p> <p>Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Forenses (Mestrado).</p> <p>Núcleo Emergente de Pesquisa em Ciências Forenses (NEPForenses).</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/5948064802257396</p>	<p>2015-2023</p> <p>2021-2023</p> <p>2023-atual</p> <p>2022 - atual</p> <p>2022 - atual</p>
<p>JOSÉ ALBERTO SILVA DE SÁ</p>	<p>Equipe Técnica (Doutorado)</p>	<p>Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Forenses - PPGCF/Unifesspa (Mestrado Acadêmico).</p> <p>Núcleo Emergente de Pesquisa em Ciências Forenses (NEPForenses).</p> <p>Descargas atmosféricas na Amazônia: Reconhecimento e Análise dos parâmetros de interesse para o planejamento estratégico dos sistemas de proteção de linhas de transmissão.</p> <p>Identificação dos Fatores para o Processo de Formação e Gestão de Alianças Estratégicas do Tipo Consórcio em Pequenas e Médias Empresas Construtoras. Um Estudo de Caso, Ano de Obtenção: 2004.</p> <p>Gestão da Qualidade na Indústria da Construção Civil. UFPA - Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Título: As Novas Relações de Suprimentos na Indústria da Construção Civil.</p> <p>Incêndios em sistemas fotovoltaicos: abordagem sobre os modos de falha e recomendações para realização de perícia.</p> <p>CAP-394 (Introdução à Data Science) - Programa de Pós-Graduação em Computação Aplicada - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.</p>	<p>2021-atual</p> <p>2021-atual</p> <p>2006 - 2011</p> <p>2001 - 2004</p> <p>1998 - 1999</p> <p>2023 - atual</p> <p>2018 - 2018</p>

		<p>Identificação e publicação de casos periciais da engenharia legal.</p> <p>Tecnologias emergentes: Diagnóstico da implantação do software livre em um órgão público federal.</p> <p>PATENTE - Artefato de avaliação pericial de disparo de arma de fogo artesanal. INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial.</p> <p>PATENTE - Método de avaliação (pericial) de virtópsia por redes neurais convolucionais VGG16 & VGG19. INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial.</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/9459574384403283</p>	2020 - atual
		<p>PATENTE - Artefato de avaliação pericial de disparo de arma de fogo artesanal. INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial.</p> <p>PATENTE - Método de avaliação (pericial) de virtópsia por redes neurais convolucionais VGG16 & VGG19. INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial.</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/9459574384403283</p>	2004-2004
		<p>PATENTE - Método de avaliação (pericial) de virtópsia por redes neurais convolucionais VGG16 & VGG19. INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial.</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/9459574384403283</p>	2022-2022
		<p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/9459574384403283</p>	2023-2023
BRUNO RAFAEL DIAS DE LUCENA	Equipe Técnica (Doutorado)	<p>Projetos nas áreas de qualidade, engenharia de valor e gerenciamento de riscos em projetos de downstream, monitoramento de programas e controle de recursos críticos de projetos.</p> <p>Professor do Programa de Pós-graduação em Administração (Mestrado).</p> <p>Diagnóstico e projetos nas áreas de Políticas Públicas, Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos, Qualidade, Gerenciamento de Programas e Projetos e Gerenciamento de Riscos em Projetos.</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/0451524747464562</p>	<p>2012 - atual</p> <p>2019 - atual</p> <p>2015 - atual</p>
MARINALVA CARDOSO MACIEL	Equipe Técnica (Graduação em Estatística e Doutorado em Economia)	<p>Estatísticas de apoio à gestão</p> <p>Monitoramento da representatividade, cobertura, confiabilidade e qualidade dos dados obtidos por meio do SISVAN</p> <p>Construção de soluções de suporte ao processo de tomada de decisão em ambientes multidisciplinares e de incerteza.</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/7097094334421162</p>	<p>2020-2024</p> <p>2020-2022</p> <p>2016-2020</p>
ISAAC MATIAS	Equipe Técnica (Doutorado)	<p>Diagnóstico e projeto na área de Relação do Capital Social, Estratégia Ambiental, Gestão Compartilhada e Desempenho de Famílias da Agricultura Familiar.</p> <p>Disclosure Contábil como Ferramenta de Governança em Entidade do Terceiro Setor.</p>	2018 - 2019

		CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/5296007792634529	2019 - 2020
MÁRIO FRANCISCO GUZZO JUNIOR	Equipe Técnica (Mestre)	<p>Experiência em perícias em locais de crime contra a vida e contra o patrimônio, investigação de explosões e incêndios e perícias de engenharia.</p> <p>Perícias em Locais de Explosões e Incêndios, Perícias em Incidentes de Fatalidade em Massa com Protocolo Interpol/DVI, Investigação e Reconstrução de Acidentes Aeronáuticos, Técnicas Analíticas Forenses e Engenharia Forense</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/3203576734501596</p>	2011- atual
CELSO DA SILVA MASCARENHAS	Equipe Técnica (Especialista)	<p>Experiência em estudo das Reações Adversas a Medicamentos.</p> <p>Direção geral e gestão da Polícia Científica do Estado.</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/1822614494327287</p>	2016 - 2016 2003 - atual
LIGIANE CRISTINA BRAGA DE OLIVEIRA FRIAES	Equipe Técnica (Mestrado)	<p>Divisão de Planejamento e Avaliação no Instituto de Ciências</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/1199359713821908</p>	2019- atual
OTÁVIO LUIZ DE CASTRO ROMANO JUNIOR	Equipe Técnica (Doutorando)	<p>Diagnóstico em Incubadora de Projetos Sociais</p> <p>Diagnóstico Da Capacidade Produtiva E Organizativa</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/3773820460485557</p>	2020- atual 2020- 2022

ANEXO IV - MODELO EXEMPLIFICATIVO DE ORÇAMENTO POR PRODUTO

PRODUTO 1 (10%)					
Categoria	Item de Despesa	Especificação Simplificada	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total
Pagamento da Equipe	Coordenador	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.500,00	1	R\$ 6.500,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-A	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 7.750,00	2	R\$ 15.500,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-B	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.175,00	3	R\$ 18.525,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-C	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 4.987,50	1	R\$ 4.987,50
	Equipe Técnica - Discente Doutorado	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 3.100,00	2	R\$ 6.200,00
	Equipe Técnica - Discente IC	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 800,00	6	R\$ 4.800,00
Outros	Despesas Operacionais - Fundação de Apoio	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 13.482,54	1	R\$ 13.482,54
TOTAL PRODUTO 1					R\$ 69.995,04

PRODUTO 2 (15%)					
Categoria	Item de Despesa	Especificação Simplificada	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total
Pagamento da Equipe	Coordenador	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.500,00	2	R\$ 13.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-A	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 7.750,00	4	R\$ 31.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-B	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.175,00	6	R\$ 37.050,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-C	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 4.987,50	2	R\$ 9.975,00
	Equipe Técnica - Discente Doutorado	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 3.100,00	4	R\$ 12.400,00
	Equipe Técnica - Discente IC	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ -		R\$ -
Outros	Despesas Operacionais - Fundação de Apoio	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.567,56	1	R\$ 1.567,56
TOTAL PRODUTO 2					R\$ 104.992,56

PRODUTO 3 (20%)					
Categoria	Item de Despesa	Especificação Simplificada	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total
Pagamento da Equipe	Coordenador	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.500,00	2	R\$ 13.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-A	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 7.750,00	4	R\$ 31.000,00

	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-B	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.175,00	6	R\$ 37.050,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-C	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 4.987,50	2	R\$ 9.975,00
	Equipe Técnica - Discente Doutorado	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 3.100,00	4	R\$ 12.400,00
	Equipe Técnica - Discente IC	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 800,00	12	R\$ 9.600,00
Material Permanente	Gravadores de Voz	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 500,00	8	R\$ 4.000,00
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	Serviço de Transcrição de Áudio (Minutos)	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 0,43	4990	R\$ 2.145,70
Matreial de Consumo	Material de Consumo TIC - 33.90.30-17	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 530,96	1	R\$ 530,96
Outros	Despesas Operacionais - Fundação de Apoio	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 10.144,21	2	R\$ 20.288,42
TOTAL PRODUTO 3					R\$ 139.990,08

PRODUTO 4 (20%)					
Categoria	Item de Despesa	Especificação Simplificada	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total
Pagamento da Equipe	Coordenador	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.500,00	2	R\$ 13.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-A	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 7.750,00	4	R\$ 31.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-B	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.175,00	6	R\$ 37.050,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-C	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 4.987,50	2	R\$ 9.975,00
	Equipe Técnica - Discente Doutorado	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 3.100,00	4	R\$ 12.400,00
	Equipe Técnica - Discente IC	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 800,00	12	R\$ 9.600,00

Material de Consumo	Material de Expediente - 33.90.30-16	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 3.000,00	1	R\$ 3.000,00
	Material de Consumo TIC - 33.90.30-17	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 2.469,04	1	R\$ 2.469,04
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	Serviço de Transcrição de Áudio (Minutos)	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 0,43	5010	R\$ 2.154,30
Outros	Despesas Operacionais - Fundação de Apoio	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 9.670,87	2	R\$ 19.341,74
TOTAL PRODUTO 4					R\$ 139.990,08

PRODUTO 5 (35%)					
Categoria	Item de Despesa	Especificação Simplificada	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total
Pagamento da Equipe	Coordenador	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.500,00	2	R\$ 13.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-A	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 7.750,00	4	R\$ 31.000,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-B	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 6.175,00	6	R\$ 37.050,00
	Equipe Técnica - Pesquisador DCR-C	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 4.987,50	2	R\$ 9.975,00
	Equipe Técnica - Discente Doutorado	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 3.100,00	4	R\$ 12.400,00
	Equipe Técnica - Discente IC	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 800,00	24	R\$ 19.200,00
Passagens Aéreas (ida e volta)	Passagem Aérea Belém-Macapá-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 750,00	2	R\$ 1.500,00
	Passagem Aérea Belém-Manaus-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.200,00	2	R\$ 2.400,00

	Passagem Aérea Belém-São Luis-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.050,00	2	R\$ 2.100,00
	Passagem Aérea Belém-Fortaleza-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.500,00	2	R\$ 3.000,00
	Passagem Aérea Belém-Natal-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 2.100,00	2	R\$ 4.200,00
	Passagem Aérea Marabá-Palmas-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 2.550,00	2	R\$ 5.100,00
	Passagem Aérea Marabá-Brasília-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.800,00	2	R\$ 3.600,00
	Passagem Aérea Marabá-BH-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 2.100,00	2	R\$ 4.200,00
	Passagem Aérea Marabá-São Paulo-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.800,00	2	R\$ 3.600,00
	Passagem Aérea Belém-Rio de Janeiro-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.950,00	2	R\$ 3.900,00
	Passagem Aérea Belém-Curitiba-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 1.800,00	2	R\$ 3.600,00
Diárias	Diárias para a Passagem Aérea Belém-Macapá-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Belém-Manaus-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Belém-São Luis-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Belém-Fortaleza-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Belém-Natal-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	20	R\$ 7.200,00
	Diárias para a Passagem Aérea Marabá-Palmas-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00

	Diárias para a Passagem Aérea Marabá-Brasília-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Marabá-BH-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Marabá-São Paulo-Marabá	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Belém-Rio de Janeiro-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
	Diárias para a Passagem Aérea Belém-Curitiba-Belém	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 360,00	20	R\$ 7.200,00
Passagens Rodoviárias (Ida e Volta)	Trecho Rodoviário Natal-João Pessoa	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 150,00	2	R\$ 300,00
	Trecho Rodoviário João Pessoa-Recife	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 150,00	2	R\$ 300,00
	Trecho Rodoviário Recife-Natal	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 225,00	2	R\$ 450,00
	Trecho Rodoviário Curitiba-Florianópolis	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 225,00	2	R\$ 450,00
	Trecho Rodoviário Florianópolis-Porto Alegre	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 300,00	2	R\$ 600,00
	Trecho Rodoviário Porto Alegre-Curitiba	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 300,00	2	R\$ 600,00
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	Serviço de Editoração e Impressão (Relatório Final)	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 11.999,99	1	R\$ 11.999,99
Outros	Despesas Operacionais - Fundação de Apoio	Atividade desenvolvida Anexo II	R\$ 9.154,41	4	R\$ 36.617,63
TOTAL PRODUTO 5					R\$ 244.982,62

Produtos				Data prevista	Valor (BRL)	%	Pagamento
1	Documento técnico contendo plano de trabalho revisado, conforme orientações da Senasp e do PNUD, com desenvolvimento detalhado da abordagem metodológica que será utilizada e especificação dos instrumentos de pesquisa, estratégia de aplicação e técnica de análise das respostas, bem como o cronograma detalhado de execução.	30 dias	R\$ 69.995,04	10%	A pagar		
2	Documento técnico com a metodologia e o roteiro dos grupos focais e das entrevistas em profundidade do objeto desta consultoria.	60 dias	R\$ 104.992,56	15%	A pagar		
3	Relatório circunstanciado dos grupos focais e entrevistas do diagnóstico.	180 dias	R\$ 139.990,08	20%	A pagar		
4	Relatório Apresentação dos resultados das entrevistas e discussões dos diagnósticos	210 dias	R\$ 139.990,08	20%	A pagar		
5	Relatório Apresentação dos resultados das entrevistas e discussões dos diagnósticos	270 dias	R\$ 244.982,62	35%	A pagar		
				Total		100%	

Item	Qtd.	Meses	Valor Unitário (R\$)	Valor (R\$)	Preço de Referência		
Previsão de Despesas (a+b+c+d+e+f+g+h)				R\$ 699.950,38	Tipo	Fonte	Observações

a - Pessoal				R\$ 508.612,50			
Descrição Item				R\$ 437.512,50			
Bolsa Pesquisador - 33.90.20 (Coordenador)	2	9	R\$ 5.951,05	107.118,90	Lei / Normativo	RN-028/2015 CNPQ e Resolução CONS AD UFPA nº 1452/2017	Pesquisador responsável pela liderança de ações do Projeto.
Bolsa Pesquisador - 33.90.20 (Pesquisador DCR-A)	3	9	R\$ 5.927,20	160.034,40			
Bolsa Pesquisador - 33.90.20 (Pesquisador DCR-B)	3	9	R\$ 4.971,20	134.222,40			
Bolsa Pesquisador - 33.90.20 (Pesquisador DCR-C)	1	9	R\$ 4.015,20	R\$ 36.136,80			
Descrição Item				R\$ 71.100,00			
Bolsa Discente Pós-Graduação (Doutorado) - 33.90.18	1	9	R\$ 3.100,00	R\$ 27.900,00	Lei / Normativo	RN-028/2015 CNPQ e Resolução CONS AD UFPA nº 1452/2017	Equipe de discentes responsáveis pelo desenvolvimento e pela implementação dos produtos associados ao projeto.
Bolsa Discente Graduação (IC) - 33.90.18	6	9	R\$ 800,00	R\$ 43.200,00			
b - Serviços Terceiros Pessoa Jurídica - 33.90.39				R\$ 16.300,00			
Descrição Item				R\$ 16.300,00			

Serviço de Editoração e Impressão (Relatório Final)	1	-	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	Pesquisa de Preço	Pesquisa de Preço	
---	---	---	---------------	---------------	-------------------	-------------------	--

Serviço de Transcrição de Áudio (Minutos)	10000	-	R\$ 0,43	R\$ 4.300,00	Pesquisa de Preço	Pesquisa de Preço	https://cloud.google.com/speech-to-text?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=latam-BR-all-pt-dr-SKWS-all-all-trial-e-dr-1707800-LUAC0014874&utm_content=text-ad-none-any-DEV_c-CRE_547331812522-ADGP_Hybrid+%7C+S_KWS+-EXA+%7C+Txt_AI+and+ML-Speech+to+Text-KWID_43700066537017299-kwd-1432325907532&utm_term=KW_transcrição%20voz-ST_Transcrição+voz&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw8pKxBhDARIsAPrG45nQbkYMzNeOoRoCIRaqkrq3eOsNJSO8ZTZfCneOBzhRH-dQ5-Vjd8aAikvEALw_wcB&gclsrc=aw.ds
c - Aquisição de Material de Consumo - 33.90.30				R\$ 2.000,00			
Descrição Item				R\$ 2.000,00			
Material de Expediente - 33.90.30-16	1	-	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	Pesquisa de preço	Pesquisa de preço realizada no mercado local	Material de consumo para manutenção de escritório de coordenação das atividades
Material de Consumo TIC - 33.90.30-17	1	-	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00			
d - Aquisição de Material Permanente - 44.90.52				R\$ 1.000,12			
Descrição Item				R\$ 1.000,12			

Gravadores de Voz	2	-	R\$ 500,06	R\$ 1.000,12	Pesquisa de preço realizada no mercado local	https://www.mercadolivr e.com.br/gravador-de- voz-digital-sony-px-icd- px240-do-4-gb- preto/p/MLB27118222?i tem_id=MLB364565539 9&from=gshop&matt_to ol=48450906&matt_wor d=&matt_source=google &matt_campaign_id=14 303413607&matt_ad_gr oup_id=125984287637 &matt_match_type=&m att_network=g&matt_de vice=c&matt_creative=5 39354956236&matt_key word=&matt_ad_positio n=&matt_ad_type=pla& matt_merchant_id=7351 25422&matt_product_id =MLB27118222- product&matt_product_ partition_id=226902850 6265&matt_target_id=pl a- 2269028506265&cq_src =google_ads&cq_cmp=14303413607&cq_net=g&cq_plt=gp&cq_med=pla&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw8pKxBhD_ARIsAPrG45knKmB1wCVmsafPmXvEAy6YX4ctCXJ0JunGxE-unzZpdJbmPYYFIoCaAuNNEALw_wcB
e - Passagens e despesas com locomoção - 33.90.33				R\$ 43.299,88		
Descrição Item				R\$ 43.299,88		
Passagens Aéreas no País	22	-	R\$ 1.845,45	R\$ 40.599,88	Pesquisa de preço realizada no mercado local	Despesas com deslocamento necessárias ao transporte da equipe técnica, nos termos necessários ao cumprimento dos entregáveis do projeto.
Passagens Rodoviárias no País	12	-	R\$ 225,00	R\$ 2.700,00	Pesquisa de preço realizada no mercado local	Despesas com deslocamento necessárias ao transporte da equipe técnica, nos termos necessários ao cumprimento dos entregáveis do projeto.
f - Despesas com Diárias - 33.90.14				R\$ 37.440,00		
Descrição Item				R\$ 37.440,00		

Diárias no País	104	-	R\$ 360,00	R\$ 37.440,00	Lei / Normativo	Resolução CNPQ RN-040/2013	Despesas com deslocamento necessárias ao transporte da equipe técnica, nos termos necessários ao cumprimento dos entregáveis do projeto.
g - Ganho Econômico				R\$ 0,00			
Descrição Item							
Rendimentos	-	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
h - Outros				R\$ 91.297,88			
Descrição Item				R\$ 91.297,88			
Despesas Operacionais	-	-		R\$ 91.297,88			

PLANO DE TRABALHO DO PROJETO

I – DADOS CADASTRAIS

TIPO DE INSTRUMENTO PROCESSUAL:

PARTE 1

1 – TIPO PARTÍCIPES	2 – RAZÃO SOCIAL: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	3 - CNPJ 34.621.748/0001-23
4 – ENDEREÇO/ SEDE (AV, RUA, Nº, BAIRRO):		
RUA AUGUSTO CÔRREA, S/N - CIDADE UNIVERSITÁRIA JOSÉ DA SILVEIRA NETTO - BAIRRO: GUAMÁ		
5 – CIDADE / ESTADO BELÉM – PARÁ	6 - CEP 66075-110	7 - DDD/TELEFONE 91-3201-7114
9 - NOME DO REPRESENTANTE LEGAL GILMAR PEREIRA DA SILVA		10 - CPF: 146.656.202-10
11 - CL/ÓRGÃO EXPEDIDOR 1544266	12 – CARGO REITOR	13 - DATA VENC. MANDATO 10/2024 – 10/2028
COORDENADOR		

14 - NOME DO COORDENADOR THIAGO POLETO	15 - CPF: 112.437.547-37	
16 - ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-mail) thiagopoleto@ufpa.br	17-MATRÍCULA SIAPE: 1376642	18-TELEFONES 91-99377-3940
19 – UNIDADE/SUBUNIDADE RESPONSÁVEL INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS		
FISCAL		
20 - NOME DO FISCAL	21 - CPF	

Filipy Furtado Sell		056.233.458-99	
22 - ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-mail)	23 - MATRÍCULA SIAPE:	24 - TELEFONES:	
filiplaysell@ufpa.br	1306927	48-9604-6199	
25 - UNIDADE/SUBUNIDADE RESPONSÁVEL INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS			
PARTE 2			
1 - TIPO CONTRATANTE	2 - RAZÃO SOCIAL	3 - CNPJ	
4 - ENDEREÇO/ SEDE (AV, RUA, Nº, BAIRRO):			
PARTE 3			
1 - TIPO INTERVENIENTE	2 - RAZÃO SOCIAL: FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	3 - CNPJ 05.572.870/0001-59	
4 - ENDEREÇO/SEDE (AV., RUA, Nº, BAIRRO): RUA AUGUSTO CÔRREA, S/N - CIDADE UNIVERSITÁRIA JOSÉ DA SILVEIRA NETTO - BAIRRO: GUAMÁ			
5 - CIDADE / ESTADO BELÉM – PARÁ	6 - CEP 66075-110	7 - DDD/TELEFONE 91-4005-7480	8 - FAX
9 - NOME DO REPRESENTANTE LEGAL ROBERTO FERRAZ BARRETO		10 - CPF: 132.202.092-20	
11 - CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR 328404093-SSP/SP	12 - CARGO DIRETOR EXECUTIVO	13 - DATA VENC. MANDATO 06/2022 A 06/2026	

II - CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

1 – TÍTULO DO PROJETO

Diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil

2 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei nº 14.133, de 1º. de abril de 2021; Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, Decreto nº 8.240/2014 e Decreto nº 8241/2014; Acórdão nº 1.178/2018 do Tribunal de Contas da União; demais legislações afetas à matéria.

3 – TIPO DE PROJETO

() Ensino () Pesquisa () Extensão () Desenvolvimento institucional

4 – OBJETO DO INSTRUMENTO FORMAL Apoiar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução do projeto indicado no item 1 acima.	5 - PERÍODO DE EXECUÇÃO: 9 MESES	
	INÍCIO: A Contar da data de publicação do Contrato no DOU	TÉRMINO: 31/08/2025

5 – CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE PROJETO (*elementos do projeto que justificam o tipo de projeto indicado no item 3.*)

Diagnóstico envolvendo aspectos quantitativos e qualitativos sobre a Perícia Oficial no Brasil, no âmbito do Projeto BRA/20/016

6 – OBJETIVOS

I - Objetivo geral

O objetivo geral do projeto é elaborar um diagnóstico de maturidade das instituições da perícia de natureza criminal do Brasil. Para tanto, foram incluídos como objetivos específicos:

II- Objetivos específicos

- Identificar e descrever as condições das instituições da perícia criminal para constatar quais lacunas operacionais afetam a eficiência e a eficácia das investigações e dos procedimentos

periciais.

- Examinar a tecnologia atualmente em uso pela perícia criminal para determinar a adequação e eficácia em atender às necessidades atuais e futuras das operações forenses.
- Desenvolver recomendações para melhorias nos processos e na utilização de tecnologia com base nas análises realizadas.
- Identificar necessidades de treinamento e desenvolvimento profissional para os membros da perícia criminal.
- Mensurar e analisar a maturidade das instituições de perícia criminal do Brasil através de estimação de índices e estatística aplicada

7 – JUSTIFICATIVA

Estudos sobre segurança pública, violência e policiamento estão na agenda de pesquisadores brasileiros, sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988, sob diversos olhares. Há trabalhos debatendo como o exercício violento e monopolizado da força ocorreu após a transição

autoritária (Pinheiro, 1991), quais dimensões podem explicar a crescente violência no cenário nacional (Adorno, 2002) ou apontam ainda a distinção crucial entre policiamento e polícia como necessário para discorrer teoricamente sobre as funcionalidades e aplicações de ambos. (Muniz;

Paes-Machado, 2010). Constitucionalmente, há referências à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade como direito inalienável (CF. Art. 5º CF/88). Iniciativas governamentais e arranjos institucionais no âmbito da segurança pública procuram atender as diretrizes jurídicas, fundamentalmente, através da preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas. Todavia, embora determinado legalmente, ter a vida como direito garantido não é, efetivamente, um êxito do Estado brasileiro. Para discutir apenas homicídios, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA assinala que a partir da promulgação da Constituição de 1988 a taxa de homicídios no Brasil cresceu 5,56% até 2021, sendo 2017 o cenário mais penoso do período, com a taxa de homicídios alcançando 31,59%³⁴. O debate sobre a problemática da violência no Brasil possui diversas facetas. Dois documentos recentemente publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública acerca da letalidade violenta manifestam, visivelmente, o dramático panorama amazônico: o primeiro, “Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal” (2023), afirma não haver capacidade operativa de enfrentamento à criminalidade organizada na Amazônia, nesse sentido, a ineficiência institucional e baixa produção de arranjos interinstitucionais não conseguem mitigar os crimes ambientais e o narcotráfico. O segundo trata de “Cartografias das Violências na Região Amazônica” (2021), argumenta como a violência na região se consolidou a partir de um processo de interiorização, entendida como um fenômeno

ocorrido entre 2018 e 2020, onde há redução de morte violenta em municípios urbanos em contraposição ao crescimento de homicídios em espaços rurais, assinala ainda como “[...] a taxa média de violência letal na região é 40,8% superior à taxa verificada nos demais municípios brasileiros” e que “[...] municípios com as maiores taxas são os sob pressão de desmatamento, 37,1 por 100 mil habitantes. Em contraposição, há um ponto de destaque positivo referente a atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública quanto ao levantamento de dados, informações e diagnóstico relativo ao funcionamento das Polícias Científicas nos estados. Ainda em 2014, o Ministério da Justiça aponta, através de modelos de estruturação das atividades de polícia técnica e de perícia no Brasil (2014), o que seria o modelo ideal de perícia. No ano anterior, a Secretaria Nacional de Segurança Pública publicou o Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil (2013), principal referência na visualização das Polícias Científicas e ferramenta de análise comparada entre as unidades federativas, abordando a estrutura organizacional, gestão da informação, recursos materiais e humanos, funcionamento, processos e produtividade. Os dados agregados concernentes a homicídios e os diagnósticos promovidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública apontam direcionamentos possíveis no enfrentamento da violência letal e diversos outros atos delituosos característicos em cada região. Nesse sentido, a presente proposta diagnóstica pretende atualizar dados, informações e elementos que identificam a organização pericial implementada nos territórios, remodelando a diagnose inicial produzida há onze anos, com apresentação de níveis de maturidade institucional (1 a 5), através do trabalho decampo imersivo e emergente acerca das entregas sociais realizadas pelas Polícias Científicas nos Estados, em onze dimensões, com ênfase especial sobre o cumprimento da Lei. 13. 964/2019, que aperfeiçoa a legislação penal e processual, com inovações acerca da rastreabilidade do vestígio através da Cadeia de Custódia.

8 - RESULTADOS ESPERADOS MENSURÁVEIS (Especificar METAS/ETAPAS)

M1 - Documento técnico contendo plano de trabalho revisado, conforme orientações da Senasp e do PNUD, com desenvolvimento detalhado da abordagem metodológica que será utilizada e especificação dos instrumentos de pesquisa, estratégia de aplicação e técnica de análise das respostas, bem como o cronograma detalhado de execução.

M2. Documento técnico com a metodologia e o roteiro dos grupos focais e das entrevistas em profundidade do objeto desta consultoria.

M3 - Relatório circunstanciado dos grupos focais e entrevistas do diagnóstico.

M4 - Relatório com a base de dados estruturada, contendo as respostas obtidas na aplicação dos questionários e dicionários de variáveis. A apresentação dos dados deverá conter dashboards dinâmicos.

M5 - Documento analítico contendo o resultado do diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil. O documento deverá conter a descrição e respostas dos questionários, complementadas pelas entrevistas e o trabalho dos grupos focais, contemplando o conteúdo do item 3. Deverá, ainda, conter análise comparativa entre os resultados encontrados na pesquisa e o Diagnóstico da Perícia Criminal publicado pela Senasp em 2013.

Este projeto não irá gerar propriedade intelectual.

9 – EQUIPE DO PROJETO

9.1 - EQUIPE TÉCNICA

Nome	Matrícula SIAPE (no caso de servidor público federal), matrícula estudantil (no caso de discente) ou CPF (contratados, servidores de outras esferas)	Vínculo (docente, técnico ou estudante da UFPA, externo ou estudante externo)	Função no projeto	Valor da Bolsa / Pagamento
Thiago Poleto	1376642	Docente	Coordenador	R\$ 5.951,05
Bruno Rafael Dias de Lucena	601.232.222-49	Docente	Pesquisador	R\$ 5.927,20
Isaac Matias	2331687	Docente	Pesquisador	R\$ 4.971,20
Ligiane Cristina Braga de Oliveira Friaes	055.106.664-47	Técnico	Pesquisadora	R\$ 4.015,20
Nilson Almeida de Sousa Filho	963.740.802-97	Estudante da UFPA	Discente	R\$ 3.100,00

Fernanda Carla Lima Ferreira	1871868	Externo	Pesquisador	R\$ 5.951,05
Adam Dreyton Ferreira dos Santos	2389852	Externo	Pesquisador	R\$ 4.971,20
Hugo Pereira Kuribayashi	2646754	Externo	Pesquisador	R\$ 5.927,20
Marcela Alves de Souza	2139809	Externo	Pesquisador	R\$ 4.971,20
José Alberto Silva de Sá	5832179-2	Externo	Pesquisador	R\$ 5.927,20
A definir	-	Estudante da UFPA	Discente	R\$ 800,00
A definir	-	Estudante da UFPA	Discente	R\$ 800,00
A definir	-	estudante da UFPA	Discente	R\$ 800,00
A definir	-	estudante da UFPA	Discente	R\$ 800,00
A definir	-	estudante da UFPA	Discente	R\$ 800,00
A definir	-	estudante da UFPA	Discente	R\$ 800,00

9.2 – RESUMO DA EQUIPE

VINCULAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
DOCENTES, TÉCNICOS E ESTUDANTES DA	11	68,8%

UFPA		
EXTERNOS	5	31,2%
TOTAL	16	100%

9.3 – JUSTIFICATIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MENOS DE 2/3 DE PESSOAS DO PROJETO

VINCULADAS À UFPA (docentes, técnicos e alunos) (quando for o caso)

Não se aplica

9.4 - JUSTIFICATIVA PARA A INDICAÇÃO DAS PESSOAS DA EQUIPE TÉCNICA

RELACIONADAS NO ITEM 9.1 (*anexar cópia do currículum no caso das pessoas que não sejam docentes ou servidores da UFPA, aceito também em meio digital – CD.*)

FERNANDA CARLA LIMA FERREIRA - A pesquisadora selecionada é servidora da Unifesspa do Programa de Pós-graduação em Ciências Forenses (PPGCF) e da Faculdade de Física. A pesquisadora possui doutorado e vasta experiência de ensino e pesquisa no curso de mestrado em Ciências Forenses. Além disso, tal pesquisadora participa do corpo docente permanente do PPGCF contribuindo para a melhoria do curso e tem experiência em projetos, elaboração de desenvolvimento de diagnósticos das políticas públicas voltadas para região amazônica, em especial à região Sul e Sudeste do Pará - Rede Amazônica de Pesquisa Interdisciplinar (RAPI). A presença da pesquisadora será importante para a execução das atividades e metas do projeto e contribuirá de maneira singular com o bom andamento deste projeto.

MARCELA ALVES DE SOUZA - A pesquisadora selecionada é servidora da UNIFESSPA e participa como membro do Programa de Pós-graduação em Ciências Forenses (PPGCF) do Instituto de Geociências e Engenharias. A pesquisadora possui doutorado e vasta experiência de ensino e pesquisa no curso de mestrado em Ciências Forenses. Além disso, tal pesquisadora participa do corpo docente colaborador do PPGCF contribuindo para a melhoria do curso e têm experiências em projetos nas áreas de sistemas de informação, análise e desenvolvimento de software, modelagem de processos e administração de banco de dados, com conhecimento avançado em linguagens de programação e frameworks de desenvolvimento de software. A presença da pesquisadora será importante para a execução das atividades e metas do projeto e contribuirá de maneira singular com o bom andamento deste projeto.

HUGO PEREIRA KURIBAYASHI - O pesquisador selecionado é servidor da Unifesspa do Programa de Pós-graduação em Ciências Forenses (PPGCF) e da Faculdade de Sistema de Informação do Instituto de Geociências e Engenharias. O pesquisador possui doutorado e vasta experiência de ensino e pesquisa no curso de mestrado em Ciências Forenses. Além disso, tal pesquisador participa do corpo docente permanente do PPGCF contribuindo para a melhoria do curso e tem experiências em projetos, elaboração de desenvolvimento de diagnósticos das políticas públicas voltadas para região amazônica, em especial à região Sul e Sudeste do Pará - Rede Amazônica de Pesquisa Interdisciplinar (RAPI). A presença do pesquisador será importante para a execução das atividades e metas do projeto e contribuirá de maneira singular com o bom andamento deste projeto.

ADAM DREYTON FERREIRA DOS SANTOS - O pesquisador selecionado é servidor da Unifesspa do Programa de Pós-graduação em Ciências Forenses (PPGCF) e da Faculdade de Sistema de Informação do Instituto de Geociências e Engenharias. O pesquisador possui doutorado e vasta experiência de ensino e pesquisa no curso de mestrado em Ciências Forenses. Além disso, tal pesquisador participa do corpo docente permanente do PPGCF contribuindo para melhoria do curso e têm experiências na elaboração de diagnóstico e proposições de políticas públicas em áreas sociais, econômicas e ambientais para o Estado do Pará e região amazônica. A presença do pesquisador será importante para a execução das metas do projeto e contribuirá de maneira singular com o bom andamento deste projeto.

JOSÉ ALBERTO SILVA DE SÁ - O pesquisador selecionado é servidor da UEPa e participa como membro do Programa de Pós-graduação em Ciências Forenses (PPGCF) do Instituto de Geociências e Engenharias da Unifesspa. O pesquisador possui doutorado e vasta experiência de ensino e pesquisa no curso de mestrado em Ciências Forenses. Além disso, tal pesquisador participa do corpo docente permanente do PPGCF contribuindo para a melhoria do curso e tem experiência em perícia criminal, em especial, com incêndios em sistemas fotovoltaicos: abordagem sobre os modos de falha e recomendações para realização de perícia. A presença do pesquisador será importante para a execução das atividades e metas do projeto e contribuirá de maneira singular com o bom andamento deste projeto.

JUSTIFICATIVAS PARA SELEÇÃO APÓS O RECEBIMENTO DE RECURSO

A Universidade Federal do Pará (UFPA) está envolvida no projeto de diagnóstico sobre a Perícia Oficial no Brasil, parte do Projeto BRA/20/016. A seleção de discentes bolsistas para participar deste projeto será determinada com base nos recursos financeiros que serão recebidos do PNUD, uma estratégia que garante eficiência e alinhamento com os objetivos do estudo. Esta abordagem possui várias justificativas importantes para seleção após o recebimento dos recursos financeiros: **Justificativas para Seleção de Discentes Baseada em Recursos Recebidos**

- Alocação Eficiente de Recursos:** O financiamento recebido define o escopo do projeto, incluindo quantos discentes podem ser suportados para realizar as tarefas necessárias.
- Cobertura Abrangente de Áreas de Estudo:** Os recursos determinam não apenas o número de discentes envolvidos, mas também as áreas de especialização que podem ser abordadas no diagnóstico.
- Qualidade e Profundidade da Pesquisa:** Com recursos adequados, é possível selecionar discentes altamente qualificados e motivados que possam contribuir significativamente para a pesquisa.
- Oportunidades de Formação e Desenvolvimento:** O projeto proporciona uma oportunidade para os discentes desenvolverem habilidades práticas e teóricas em um contexto real de pesquisa.

III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPA / FASE	META 1	ATIVIDADES	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
Produto 1	Documento técnico contendo plano de trabalho revisado, conforme orientações	Metodologia e fluxo que serão utilizados no desenvolvimento do diagnóstico; Detalhamento do cronograma semanal de trabalho; Definição da agenda	Relatório	1	1º mês	1º mês

ETAPA / FASE		INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO			
META 2		ATIVIDADES		Unidade	Quantidade	Início	Término
Produto 2	Documento técnico com a metodologia e o roteiro dos grupos focais e das entrevistas em profundidade do objeto desta consultoria	Plano de ação acerca das visitas técnicas, devendo especificar as unidades escolhidas e quais serão realizadas em formato online; Elaborar roteiro base das entrevistas em profundidade e dos grupos focais; Dimensionar a quantidade, forma de mobilização e perfil dos profissionais que serão entrevistados e que participarão dos grupos focais;	Relatório	1	2º mês	2º mês	

		Validação dos produtos, equipes, papéis e responsabilidades.				
--	--	--	--	--	--	--

ETAPA / FASE	META 3	ATIVIDADES	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
Produto 3	Relatório circunstanciado dos grupos focais e entrevistas do diagnóstico.	Realizar visitas técnicas para a realização de entrevistas, bem como para a verificação in loco da estrutura dos locais, visando entender e sistematizar o diagnóstico; Reunir as informações coletadas durante os trabalhos; Apresentação de relatório circunstanciado contendo o registro do trabalho realizado pelos grupos focais	Relatório	1	3º mês	5º mês
ETAPA / FASE	META 4	ATIVIDADES	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
Produto 4	Relatório com a base de dados estruturada, contendo as respostas obtidas na aplicação do questionário e dicionário	Aplicar os questionários, com a coleta de dados referentes ao período de janeiro a dezembro do ano de 2023; Analizar os dados coletados, com o intuito de verificar se a metodologia e instrumentos aplicados contemplam as demandas e resultados esperados pela Senasp/MJSP; Reunir as informações coletadas durante os trabalhos; Apresentação da base de dados estruturada contendo as respostas obtidas na aplicação do questionário e dicionário de variáveis do diagnóstico;	Relatório	1	6º mês	8º mês

de variáveis do diagnósti co completo. A apresent ação dos dados deverá conter dashboar ds

	dinâmico s.					
ETAPA / FASE	META 5	ATIVIDADES	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
Produto 5			Unidade	Quantidade	Início	Término
		<p>Documento analítico contendo o resultado do diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil. O documento deverá conter a descrição e respostas dos questionários, complementadas pelas entrevistas e o trabalho dos grupos focais, contemplando o conteúdo do Anexo VII.</p> <p>Deverá, ainda, conter análise comparativa entre os resultados encontrados na</p>	<p>Organizar as informações coletadas durante os trabalhos desenvolvidos pela consultoria;</p> <p>Definir responsáveis por cada capítulo, contidos no Anexo VII;</p> <p>Elaborar relatório técnico do diagnóstico, considerando todas as informações coletadas;</p> <p>Análise dos dados resultantes do Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, realizado em 2013;</p> <p>Análise dos dados resultantes do Diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil, objeto deste instrumento;</p> <p>Acerca do tema da cadeia de custódia, análise dos dados resultantes do Diagnóstico e Proposição de um Modelo sobre a Cadeia de Custódia no Brasil, realizado em parceria com a UnB (Universidade de Brasília);</p> <p>Análise correlacional e comparativa entre os dados resultantes do diagnóstico de 2013, com os dados coletados no presente diagnóstico nacional;</p> <p>Definição do design e da prototipagem do Diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil, objeto deste instrumento;</p> <p>Validação do conteúdo,</p>	<p>Relatório</p> <p>1</p>	<p>9º mês</p> <p>9º mês</p>	

		design e prototipagem do Diagnóstico da Perícia Oficial				
--	--	---	--	--	--	--

pesquisa e o Diagnóstico da Perícia Criminal publicado pela Senasp em 2013.	no Brasil, objeto deste instrumento.				
---	--------------------------------------	--	--	--	--

IV - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

1 – RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE RECURSOS (conforme planilha em anexo)

A – DESPESAS DO PROJETO

NATUREZA DE DESPESA Código – Título	Valor (R\$)
339004 – CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO	
339014 - DIÁRIAS SERVIDOR FEDERAL	R\$ 37.440,00
339018 – BOLSA ESTÁGIO	
339020 - BOLSA DE PESQUISA	R\$ 437.512,50
339018 – BOLSA DE DISCENTE	R\$ 71.100,00
339020 - BOLSA DE EXTENSÃO	
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 2.000,00
339032 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 43.299,88
339033 – LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE	
339036 – DIÁRIAS COLABORADOR EVENTUAL	
339036 – SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	
339039 – SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (sem as despesas administrativas da Fundação de Apoio)	R\$ 16.300,00
339039 – CUSTO OPERACIONAL FUNDAÇÃO	R\$ 91.297,88

339047 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (A contratação na natureza 339036 gera encargo patronal [acréscimo] de 20%, exceto diárias colaborador eventual)				
449039 – SOFTWARE				
449051 – OBRAS E INSTALAÇÕES				
449052 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 1.000,12			
SUBTOTAL R\$ 608.652,50				
TAXAS: % PROAD % UNIDADE	13 % FUNDAÇÃO			
Despesas administrativas: R\$ 91.297,88				
TOTAL GLOBAL: R\$ 699.950,38				
B – DESPESAS ADMINISTRATIVAS DA PARTÍCIPES				
Especificação	Detalhamento	Fonte dos recursos	Quantidade	Valor
Despesas Administrativas	Conforme planilha em anexo	PNUD	-	R\$ 91.297,88
SUBTOTAL				
2 – FONTE DOS RECURSOS				
FONTE	VALOR A CONCEDER	VALOR CONTRAPARTIDA UFPA		
PNUD	R\$ 699.950,38			
TOTAL		R\$ 699.950,38		

** Até 15%, devidamente especificada via especificação apresentada pela Fundação.

3 – PLANO DE APLICAÇÃO DE DESPESAS DETALHADO:

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339020 - BOLSA DE PESQUISA

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor
-----------	---------	------------	-------

			Unitário	Total
Bolsa Pesquisador - 33.90.20 (Coordenador e vice-coordenador)	Un	18	R\$ 5.951,05	R\$ 107.118,90
Bolsa Pesquisador - 33.90.20 (Pesquisador DCR-A)	Un	27	R\$ 5.927,20	R\$ 160.034,40
Bolsa Pesquisador - 33.90.20 (Pesquisador DCR-B)	Un	27	R\$ 4.971,20	R\$ 134.222,40
Bolsa Pesquisador - 33.90.20 (Pesquisador DCR-C)	Un	9	R\$ 4.015,20	R\$ 36.136,80
Subtotal 1				R\$ 437.512,50

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339018 - BOLSA DISCENTE

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Total
Bolsa Discente Pós-Graduação (Doutorado) - 33.90.18	Un	9	R\$ 3.100,00	R\$ 27.900,00
Bolsa Discente Graduação (IC) - 33.90.18	Un	54	R\$ 800,00	R\$ 43.200,00
Subtotal 2				R\$ 71.100,00

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 - SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Total
Serviço de Editoração e Impressão (Relatório Final)	Un	1	R\$ 12.000,00	R\$ 11.970,00
Serviço de Transcrição de Áudio	Un	1000	R\$ 0,43	R\$ 4.300,00

(Minutos)				
Seguro de alunos	Seis	6	5	R\$ 30,00
Subtotal 3				R\$ 16.300,00

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Total
Material de Expediente - 33.90.30-16	Un	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Material de Consumo TIC - 33.90.30-17	Un	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Subtotal 4				R\$ 2.000,00

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Total
Passagens Aéreas no País	Un	22	R\$ 1.845,45	R\$ 40.599,88
Passagens Rodoviárias no País	Un	12	R\$ 225,00	R\$ 2.700,00
Subtotal 5				R\$ 43.299,88

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339014 - DIÁRIAS SERVIDOR FEDERAL				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	

		Unitário	Total
Diárias no País	Dia	R\$ 360,00	R\$ 37.440,00
Subtotal 6		R\$ 37.440,00	

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339039 – CUSTO OPERACIONAL FUNDAÇÃO				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Total
Despesas Operacionais	Un	-	-	R\$ 91.297,88
Subtotal 7				R\$ 91.297,88

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 449052 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Total
Gravadores de Voz	Un	2	R\$ 500,06	R\$ 1.000,12
Subtotal 8				R\$ 1.000,12
Total Geral das Despesas do Projeto			R\$ 699.950,38	

V - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO**Parcela 1: R\$69.995,04 (10%)**

Meta/Etapa 1	MÊS	AN O	VALOR
(conforme planilha em anexo)			
Produto 1 - Documento técnico contendo plano de trabalho revisado, conforme orientações da Senasp e do PNUD, com desenvolvimento detalhado da abordagem metodológica que será utilizada e especificação dos instrumentos de pesquisa, estratégia de aplicação e técnica de análise das respostas, bem como o cronograma	1º mês	2024	R\$69.995,04

detalhado de execução.			
TOTAL PARCELA 1			
R\$69.995,04			
Parcela 2: R\$104.992,56 (15%)			
Meta/Etapa 2	MÊS	AN O	VALOR (conforme planilha em anexo)
Produto 2: Documento técnico com a metodologia e o roteiro dos grupos focais e das entrevistas em profundidade do objeto desta consultoria.	2º mês	2024	R\$104.992,56
TOTAL PARCELA 2			
R\$104.992,56			
Parcela 3: R\$139.990,08 (20%)			
Meta/Etapa 3	MÊS	AN O	VALOR (conforme planilha em anexo)
Produto 3 - Relatório circunstaciado dos grupos focais e entrevistas do diagnóstico.	5º mês	2025	R\$139.990,08
TOTAL PARCELA 3			
R\$139.990,08			
Parcela 4: R\$139.990,08 (20%)			
Meta/Etapa 4	MÊS	AN O	VALOR (conforme planilha em anexo)
Produto 4 - Relatório com a base de dados estruturada, contendo as respostas obtidas na aplicação do questionário e dicionário de variáveis do diagnóstico completo. A apresentação dos dados deverá conter dashboards dinâmicos.	8º mês	2025	R\$139.990,08
TOTAL PARCELA 4			
R\$139.990,08			
Parcela 5: R\$244.982,62 (35%)			

Meta/Etapa 5	MÊS	ANO	VALOR (conforme planilha em anexo)
Produto 5 - Documento analítico contendo o resultado do diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil. O documento deverá conter a descrição e respostas dos questionários, complementadas pelas entrevistas e o trabalho dos grupos focais, contemplando o conteúdo do Anexo VII. Deverá, ainda, conter análise comparativa entre os resultados encontrados na pesquisa e o Diagnóstico da Perícia Criminal publicado pela Senasp em 2013	9º mês	2025	R\$244.982,62
TOTAL PARCELA 5			R\$244.982,62

TOTAL	R\$699.950,38
--------------	----------------------

VI – IMPACTOS DO PROJETO

Social

Apresentação de um diagnóstico que eventualmente contribua para melhorias das condições de infraestrutura das instituições da Perícia Oficial no Brasil.

Capacitação de pelo menos 4 peritos criminal da Polícia Científica do Pará para realização de Diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil.

Realizar pelo menos 2 reuniões de trabalho para socialização dos resultados e *feedback* da equipe do Ministério da Justiça/PNUD, com intuito de aperfeiçoar o diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil.

Econômico

Contribuir com compilados de dados para implementação de políticas públicas que poderão ser incorporadas pelas instituições da Perícia Oficial no Brasil.

Contribuir com compilados de dados que possam contribuir na melhoria dos ambientes de trabalho de algumas áreas fins da Perícia Oficial no Brasil.

Ambiental

Por meio deste diagnóstico, poderá extrair informações para implementação de políticas públicas para redução de crimes ambientais, crime organizado em regiões fronteiriças, a proteção a defensores socioambientais e a proteção de povos indígenas e comunidades tradicionais.

VII – FISCALIZAÇÃO

Fica designado Filipy Furtado Sell, matrícula SIAPE nº 1306927, lotado no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, como Fiscal do presente Contrato.

Parágrafo Primeiro. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados pelo fiscal acima identificado:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - a compatibilidade entre a execução do objeto e o que foi estabelecido no Plano de

Trabalho;

III - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

VIII - DECLARAÇÕES

Declaro, para os devidos fins de direito, na função de Coordenador do Projeto relacionado ao presente Projeto Básico, que não possuo cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, não pertencentes ao quadro da UFPA, como integrante da equipe técnica.

Documento assinado digitalmente



THIAGO POLETO
Data: 15/07/2024 12:49:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1376642 112.437.547.37 08 de julho de 2024

Thiago Poleto

Nome/Assinatura SIAPE CPF Data Professor Coordenador

Declaro, para os devidos fins de direito, na função de Fiscal do Contrato do projeto em tela que não receberei pagamentos, bolsas ou qualquer outro valor com recursos do referido Contrato.

Documento assinado digitalmente



FILIPY FURTADO SELL

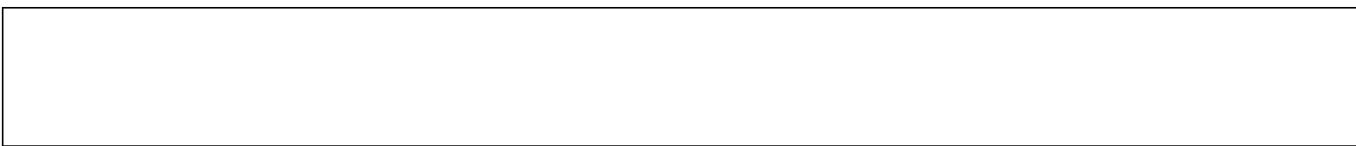
Data: 15/07/2024 13:34:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1306927 056.233.458-99 08 de julho de 2024

Filipy Furtado Sell

Nome/Assinatura SIAPE CPF Data Fiscal



Belém, de de .

De acordo,

Assinatura do/a representante legal da instituição proponente e pelo(a) gerente do projeto.

TERMO DE ASSINATURA

Este termo de assinatura confirma o acordo entre a Universidade Federal do Pará (UFPA), representada pela Pró-Reitora de Pesquisa, e o Coordenador do Projeto de Diagnóstico. O presente documento visa estabelecer as responsabilidades e compromissos de ambas as partes no desenvolvimento e execução do Projeto de Diagnóstico em questão.

Representante da Universidade Federal do Pará: Nome: Maria Iracilda da Cunha Sampaio. Cargo: Pró-Reitora de Pesquisa

Coordenador do Projeto de Diagnóstico da Perícia Oficial no Brasil: Nome: Thiago Poleto. Cargo: Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração

O objetivo do Projeto é elaborar um diagnóstico de maturidade das instituições da perícia de natureza criminal do Brasil. Compromissos das Partes:

A UFPA se compromete a fornecer os recursos necessários, incluindo infraestrutura e suporte acadêmico, para a realização do projeto.

O Coordenador do Projeto se compromete a coordenar as atividades de campo, coleta de dados e análise de resultados, garantindo a precisão técnica e científica do projeto.

Vigência: Este termo terá validade a partir da data de assinatura até a conclusão do projeto, prevista para nove meses.

Assinaturas: Ao assinar este documento, as partes confirmam seu acordo e comprometimento com os termos aqui estabelecidos.

Assinado por:



Documento assinado digitalmente
MARIA IRACILDA DA CUNHA SAMPAIO
Data: 26/04/2024 08:30:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente
THIAGO POLETO
Data: 25/04/2024 17:12:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nome: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Cargo: Pró-Reitora de Pesquisa

Nome: Thiago Poleto Coordenador do Projeto de Diagnóstico

ANEXO A
Comprovante do Currículo Lattes da Equipe.

ANEXO B
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

ANEXO C
Cópia do Estatuto Social ou equivalente.

ANEXO D
Comprovante de vínculo com a Administração Pública.

ANEXO E

No caso de propostas apresentadas por universidades, deverá ser referida na proposta sua respectiva fundação de apoio.